

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO**

ALMIR NABOZNY

**A COMPLEXIDADE ESPACIAL DA EXPLORAÇÃO SEXUAL
COMERCIAL INFANTO-JUVENIL FEMININA: ENTRE TÁTICAS E
ESTRATÉGIAS DE (IN) VISIBILIDADE**

**Ponta Grossa
2008**

ALMIR NABOZNY

**A COMPLEXIDADE ESPACIAL DA EXPLORAÇÃO SEXUAL
COMERCIAL INFANTO-JUVENIL FEMININA: ENTRE TÁTICAS E
ESTRATÉGIAS DE (IN) VISIBILIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Gestão do Território.

Orientadora: Professora Dra. Joseli Maria Silva

PONTA GROSSA
07 de fevereiro – 2008

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

N117c Nabozny, Almir
A complexidade espacial da exploração sexual comercial
infanto-juvenil feminina : entre táticas e estratégias de
(in)visibilidade. / Almir Nabozny. Ponta Grossa, 2008.
188f.

Dissertação (Mestrado em Geografia – Gestão do
Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Profa. Dra. Joseli Maria Silva

1. Espaço geográfico. 2. Exploração sexual comercial.
3. Gênero. 4. Poder. 5. Infância e adolescência. 6. Estatuto da
Criança e do Adolescente . I. Silva, Joseli Maria. II. T.

CDD: 364. 153.4

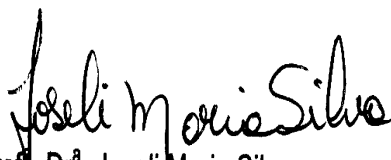
TERMO DE APROVAÇÃO

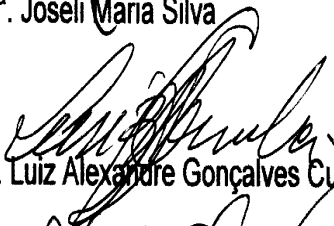
ALMIR NABOZNY

**"COMPLEXIDADE ESPACIAL DA EXPLORAÇÃO SEXUAL
COMERCIAL INFANTO JUVENIL FEMININA:
ENTRE TÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE (IN)VISIBILIDADE"**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador


Prof. Dr.^a Joseli Maria Silva
UEPG


Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
UEPG


Prof. Dr. Wolf-Dietrich Sahr
UFPR

Ponta Grossa, 07 de fevereiro de 2008.

A Pedro e Petronilha (Tuna). Pessoas de poucas sílabas, mas amplamente licenciadas nas diversas formas de racionalidades do cotidiano. Pelo legado ético para a minha formação.

AGRADECIMENTOS

No momento em que recorria às minhas memórias, sobretudo pensando na trajetória percorrida no ensejo de realizar este trabalho, meus olhos fizeram embaçar os meus óculos, tendo eu de fazer uma pausa para enxugar o rosto. Talvez esse seja um sintoma do fracasso positivista, sempre procurando dar razão mesmo àquilo que nos é sutil demais para explicar em palavras. No entanto, é preciso passar por certas chancelas do racionalismo, para galgar outros espaços no universo acadêmico. Assim, nós nos apresentamos como que destituídos de personalidade. Diria que o trabalho aqui exposto é um roteiro de uma peça geográfica e social. Permito-me entrar no palco dos agradecimentos e lhes apresentar um pouco dos bastidores dessa dissertação, que pode agora ir empoeirar nas prateleiras da biblioteca. Já nos foi um veículo de amadurecimento como pesquisador geógrafo e, sobretudo, como um ser humano sonhador com espaços mais luminosos. Passo então a externar meus sinceros agradecimentos:

À Joseli pela amizade e orientação. Ela que tão bem soube aliar as palavras desafios e parcerias. E por sua permanente crítica e incentivo. E, ainda, pela vivência cotidiana, nessa caminhada de solidariedade acadêmica.

Grato à Fundação Araucária pela concessão de doze meses de bolsa de estudos, ainda que reste o pagamento das parcelas finais;

À instituição Universidade Estadual de Ponta Grossa e ao Programa de Pós-graduação em Geografia. Ambos não são anônimos, pois são formados por professores, funcionários e colegas de estudos. Especial saudação às(aos)

funcionárias(os) do Restaurante(s) Universitário(s) (RU) por acrescentarem os seus temperos;

À professora Cicilian por efetuar importantes contribuições no Exame de Qualificação e no Seminário de Pesquisa. Ao professor Wolf-Dietrich pela leitura atenciosa do relatório de qualificação e oportunidade de estágio-docência. Aos professores Edson Armando e Ivan Jairo por terem nos ajudado com seus diálogos em tomadas de decisões metodológicas. À professora Adriana Cançado pelos estimulantes debates em torno das questões de gênero;

Aos companheiros e companheiras do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) por me proporcionarem um ambiente acadêmico instigante e fértil. Desses, em carinho especial, o geógrafo e amigo Marcio;

Aos meus pais Pedro e Petronilha (Tuna) pela minha história;

Aos irmãos Ari Estevão (com gratidão), Alci (com respeito), Airton (com saudades – *in memoriam*) e ao Alison (com amor);

Aos amigos que tornaram essa caminhada mais aprazível: Alides, Ben-Hur, Jason, Ricardo (Putrefa), Rodrigo (Shetara), Wagner, comadre Jovane (representando a ala feminina) e ao Marcelo, este um grato encontro que o curso de mestrado me proporcionou. E outros cujos nomes se não estão no texto, certamente nos acompanham em reminiscências de felizes momentos;

Meu permanente agradecimento a Andrea Rita pelo amor, carinho, dedicação, paciência, compreensão, força e toda harmonia e equilíbrio que me proporciona. Em especial por carregar dentro de si uma sementinha que já ilumina nossas vidas;

Esse trabalho não teria saído do projeto de pesquisa se não fosse a contribuição de uma rede de apoiadores e facilitadores, os quais os represento nos nomes de:

Thaís, Juíza Noeli, Promotor Carlos Alberto, da Vara da Infância e Juventude; Fabiane, Rosmeri, Jocemara e demais Conselheiros do Conselho Tutelar Oeste; Adriana e Irmãs da Casa Santa Luiza de Marillac; Ana Claudia e Irmã Terezinha, da APAM; Denise, do PEMSE; Ana e Carmen, agentes comunitárias do PSF; Francisca, do CMDCA; Francisco K. e Maria, do CEVES; Lídia, da Gerência de Epidemiologia; Marcelo, da Polícia Militar; Ana Alina, do SENTINELA; Mônica, do Departamento da Criança; Lucia, Psicóloga da UEPG/CEVES; Débora, Regina e Joice, da ONG Renascer; Alceu, da ONG Reviver; as Assistentes Sociais do SAI; Manuela e Vânia, da Semi-Liberdade; Mônica, da ALDEIA; Edna, do Instituto João XXIII; Amarildo, do Centro de Sócio-Educação; e as profissionais do sexo adultas, por aceitarem em compartilhar suas agruras, curiosidades e minúcias do cotidiano da “batalha”, elas as quais optamos por preservar seus nomes, guardando suas imagens, palavras e ensinamentos para e sobre a vida;

Sobretudo nossa enorme gratidão às protagonistas dessa dissertação, as meninas que de forma indireta (processos) e diretamente nas atividades de artesanato, assistindo filmes, recortando figuras de revistas etc e nas entrevistas, mais do que nos mostrar uma geografia ofuscada, elas nos emocionaram, levando-nos a redimensionarmos diversos valores. Mais do que prostituídas, institucionalizadas, são protagonistas de talentos sublimes cujo aproveitamento é necessário para construção de novos cenários.

EPÍGRAFE

O PIB DA PIB – PROSTITUIR (Tom Zé/Sérgio Molina/Alê Siqueira)

Catorze, catorze anos,
Doze anos, doze anos
A Prostituição Infantil Barata
É a criança coitadinha do Nordeste
Colaborando com o Produto Interno
Bruto
E esse produto enterra bruto

REFRÃO:

Que dor, que dor
Que suja a bandeira
Oi, essa quebradeira
Oisquindô – lalá

Catorze, catorze anos,
Doze anos, doze anos

Sufocada, magricela, seca, pequenina,
Ah, Nossa Senhora minha

VERSOS PARA POSSÍVEIS PARCERIAS

Imagine um gringo daquele tamanho
Em cima da criança pobre nordestina,

O PIB da PIB que pimba no seco
Pimba no molhado
Pimba no seco saco seco
Peixe badesco na filha dos outros é
refresco
Ô Senhora, Mãe Senhora,
Nessa hora olha pra tua menina,
Senhora

O governo acha que se ela pega
Uma aidisinha não é nada, nada
Passa na vizinha, vai na rezadeira
Pede à benzedeira chá de aroeira
Que esse Produto Interno Bruto
Justifica Tudo.

A grana da Europa que bate na porta
Doutor pouco se importa se ela seja
porca
Vêm o godo, o visigodo, o germano, o
bretão
Eita, globalbarbarização

O diabo zela a politipanela
Quando acende vela
Reza Ave-Maria todo o dia
Esse capeta pelo rabo
Soque esse diabo

Ah, Ah, pinta-la-inha
Bê cana-bentinha
Cê cê de marre-deci

REFRÃO:

Que dor, que dor
Que suja a bandeira
Oi, essa quebradeira
Oisquindô – lalá

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

RESUMO

ABSTRACT

RESUMEN

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	18
1 - Os primeiros caminhos percorridos na experiência de pesquisa.....	19
2 - Aspectos resultantes da experiência.....	21
 I – A TRAJETÓRIA DE PESQUISA DO FENÔMENO DA EXPLORAÇÃO	29
SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL FEMININA	
1 - A proposta original e as questões iniciais:	29
Procurando meninas – conceituações e (des)encontros	
1.1 - Espacialidades sociais de meninas prostituídas.....	39
2 - A problemática de acessibilidade as meninas, das revelações do	49
campo a reconstrução da pesquisa	
2.1 - A (re)construção do fenômeno no discurso institucional.....	54
 II – O ESPAÇO COTIDIANO DAS PROTAGONISTAS DO FENÔMENO	74
DA EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL E AS	
CONTRADIÇÕES DA REGULAÇÃO CONCEBIDA PELO ESTADO	
1- O Espaço Cotidiano das Protagonistas do Fenômeno da Exploração	79
Sexual Comercial Infanto-Juvenil Feminina	
1.1 – Uma família protagonizada entre auto descrição e supervisão.....	80
1.2- A conformação espacial identitária cotidiana das meninas e suas famílias	90
2- As Contradições Concebidas pelo Estado no Tratamento do Fenômeno.....	96
2.1- As instituições estatais e a infância na concepção do Estatuto da	97
Criança e do Adolescente (ECA)	
2.2- A exploração sexual comercial na margem das ações centrais	111
do Estado	
 III - AS REDES DE INTERDEPENDÊNCIA E AS TÁTICAS	121
ESPACIAIS COTIDIANAS NA PERSISTÊNCIA DO FENÔMENO	
1- A pluralidade organizacional das redes de interdependência e as táticas	126
espaciais	
2- O paradoxo da invisibilidade e a persistência do fenômeno	144
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	163
APÊNDICES	173
ANEXOS	184

LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência.

AIDS - Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida.

AMENCAR - Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente.

APAM - Associação de Promoção à Menina.

BASE LEGIS - Base de Dados Legislativa sobre Infância e Juventude.

CECRIA - Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes.

CEVES - Comissão Municipal Permanente de Estudo, Análise e Enfrentamento das Violências Físicas, Psicológicas e Sexuais.

CIESPI - Centro Internacional de Estudos Sobre a Infância.

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.

CMDCA / PG - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ponta Grossa.

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

GETE – Grupo de Estudos Territoriais.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MARILLAC - Casa Santa Luiza de Marillac.

MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

MS – Estado do Mato Grosso.

ONG – Organização Não-Governamental.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PEMSE - Programa de Execução de Medidas Sócio-educativa em Meio Aberto de Ponta Grossa.

PE – Pedidos de Providências.

PI – Procedimentos Investigatórios.

PIB – Produto Interno Bruto.

PMPG – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

PRF – Polícia Rodoviária Federal.

PR – Estado do Paraná.

PSF – Programa Saúde da Família.

PSP - Profissional de Segurança Pública.

SAI - Serviço de Auxílio à Infância e Juventude.

SIPIA - Sistema de Informação Para Infância e Adolescência.

SP – Estado de São Paulo.

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Exploração sexual comercial no Brasil e suas diferenças regionais.....	40
Figura 02: Pontos de Exploração sexual comercial infanto-juvenil no Estado do Paraná	42
Figura 03: Fluxo de atendimento do público infanto-juvenil em Ponta Grossa – PR	55
Figura 04: Fluxo de reconstrução dos questionamentos e modelo de análise	60
Figura 05: Vilas de procedência das protagonistas dos processos e acesso à rede de esgoto	92
Figura 06: Vilas de procedência das protagonistas dos processos e acesso à escolaridade e renda	93
Figura 07: Topologia dos protótipos e Protótipo do Terminal Central de Ônibus.....	135
Figura 08: Protótipo Centro – Cemitério Municipal São José	136
Figuras 09: Espacialidades da Exploração Sexual Comercial próximo às rodovias	139
Figura 10: Espacialidade dos principais hotéis de Ponta Grossa – PR	141
Figura 11: Espacialidade dos principais hotéis de alta rotatividade de Ponta Grossa – PR	141
Figura 12: Fluxo da Exploração Sexual comercial infanto-juvenil feminina	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Rede de exploração sexual de meninas no Brasil**45**

Quadro 02: Perfil das meninas protagonistas da pesquisa**69**

Quadro 03: Entrada da menina na rede institucional – a**148**
primeira notificação

Quadro 04: Menina na rede institucional – depois da primeira notificação**149**

RESUMO

Esta dissertação constrói elementos para compreensão do processo sócio-espacial da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina em Ponta Grossa – PR. Em meio a um marco legal (regulador das distinções entre adultos, crianças, adolescentes) existem as práticas cotidianas das meninas conformando significados em torno da sexualidade, do corpo e das identidades. O espaço geográfico exerce um papel mediador, componente de relações e representações desenvolvidas na sua cotidianidade. O grupo focal dessa investigação se constitui por crianças e adolescentes do sexo feminino exploradas sexualmente na forma comercial. A operacionalização desta pesquisa se deu a partir de (a) observação sistemática de pontos de prostituição adulta; (b) análise de processos constantes na Vara da Infância e da Adolescência, Comarca de Ponta Grossa; (c) leitura de registros de ocorrências do Conselho Tutelar Oeste, após o ano de 1990; (d) entrevistas com profissionais do sexo adultas; (e) entrevistas com profissionais que trabalham em instituições cujo público-alvo são adolescentes e crianças; (f) diálogos com profissionais de segurança pública; (g) interlocução com agentes comunitárias do Programa Saúde da Família e (h) investigação junto às crianças e adolescentes institucionalizadas em abrigos, a partir de entrevistas semi-estruturadas e de expressão corporal e visual. Essas diversas frentes de trabalho são complementares na compreensão do fenômeno indagado e reforçam a validação metodológica. Constatou-se que a espacialidade do fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina é de alta complexidade e não apresenta um padrão homogêneo. Pelo contrário, sua sobrevivência só é possível pelas múltiplas configurações espaciais. Assim se viabilizam as práticas dos agentes componentes da rede de interdependência espacial. São táticas invisíveis às estratégias estatais.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço geográfico, exploração sexual comercial, gênero, poder, infância e adolescência, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

ABSTRACT

This research constructs elements for comprehension of social-spatial process of commercial infantile-juvenile feminine sex exploitation in Ponta Grossa, State of Paraná, Brazil. In the middle of a legal mark (regulator of distinctions between adults, children, adolescents) there are quotidian practises of the girls forming meanings around of sexuality, body and identities. The geographical space exercise an mediator role, composing relations and representations by the quotidianity. The focal group of this investigation is constituted by children and adolescents of female sex who are sexual exploited in a commercial way. The execution of this research is based on (a) sistematical observation of adult prostitution points; (b) analisis of proceedings of Infancy and Youth Judgeship of Ponta Grossa, Brazil; (c) reading of registers of occurrences of Conselho Tutelar Oeste (West Tutelary Council), after the year of 1990; (d) interviews with adults sex professionals; (e) interviews with professionals who works in institutions whose target public are adolescents and children; (f) dialogues with public security professionals; (g) interlocution with communitaries agents of Programa Saúde da Família (Family Health Program) and (h) investigation with the institutionalized children and adolescents that are in shelters, by half-structured interviews and corporal and visual expression. These various fronts are complementaries in the comprehension of the phenomenon enquired and they reforce the methodological validation. The research evidenced that the spatiality of the feminine infantile-juvenile sexual exploitation phenomenon is characterized by a high complexity and it does not presents a homogeneous standard. On the contrary, its survival is possible by the multiple spatial configurations. In this way, make feasible the practises fo the components agents in the spatial interdependence. These are invisible tactics to strategies referred to the State.

KEY WORDS: geographical space, comercial sexual exploitation, gender, power, Infancy and Youth, Statute for Children and Adolescents (ECA, in portuguese)

RESUMEN

Esta investigación construye elementos para la comprensión del proceso sócio-espacial de la exploración sexual comercial infantil y juvenil del sexo femenino en la ciudad de Ponta Grossa, Estado de Paraná, Brazil. En medio a uno mojón legal (regulador de las distinciones entre adultos, niños y adolescentes) existen las practicas cotidianas de las niñas, ajustando significados al rededor de la sexualidad, del cuerpo y de las identidades. El espacio geográfico exerce uno papel mediador, componente de las relaciones y representaciones desarrolladas en su cotidianidad. El grupo focal de esta investigación se constituye por niñas y adolescentes del sexo femenino exploradas sexualmente de forma comercial. La operacionalización de esta investigación se dió a partir de (a) la observación sistemática de puntos de prostitución adulta; (b) el análisis de juicios presentes en la Vara de Infância e Adolescência, Comarca de Ponta Grossa (Jurisdicción de Infancia y Adolescencia, región de Ponta Grossa); (c) la lectura de registros de ocurrencias del Conselho Tutelar Oeste (Consejo Tutelar Oeste), después del año de 1990; (d) entrevistas con profesionales del sexo adultas; (e) entrevistas con profesionales que trabajan en instituciones cuyo público específico son adolescentes y niñas; (f) diálogos con profesionales de seguridad pública; (g) interlocución com agentes comunitárias del Programa Saúde da Família y (h) investigación junto a las niñas y adolescentes institucionalizadas en refugios, a partir de entrevistas semi-estructuradas y de expresión corporal y visual. Esas diversas frentes de trabajo son complementares en la comprensión del fenómeno indagado y reforzan la validación metodológica. Se concluyó que la espacialidad del fenómeno de la exploración sexual comercial femenina infantil y juvenil es de alta complejidad y no presenta un patrón homogéneo. Por el contrario, su supervivencia so es posible por las múltiples configuraciones espaciales. Así se posibilitan la prácticas de los agentes componentes de la red de interdependencia espacial. Son tácticas invisibles a las estrategias estatales.

PALABRAS-CLAVES: espacio geográfico, exploración sexual comercial, género, poder, infancia y adolescencia, Estatuto del niño y del adolescente (ECA, en portugués)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A formação de um pesquisador e de suas escolhas teórico-metodológicas refletem uma teia complexa de relações e identidades que compõem uma história que é singular e coletiva simultaneamente. As trajetórias de pesquisas e as possibilidades de questões que um pesquisador faz à realidade estão profundamente arraigadas em sua construção como ser humano. Michel Foucault e Judith Butler, por exemplo, dedicaram grande parte de suas pesquisas voltadas a discussões do poder e a des-construir as “naturalizações” das construções sociais normativas de gênero. Estes filósofos têm suas vidas profundamente arraigadas no “*estar* homossexual” e, por conseguinte, refletem suas identidades nas causas por eles abraçadas. No cinema de Fritz Lang há referências da falta de complacência do ser humano e a projeção de uma metáfora, a Alemanha órfã, pós-Primeira Guerra Mundial. A filmografia do cineasta sueco Ernst Ingmar Bergman é marcada pela contestação da vida religiosa do pai. Nem de longe temos a pretensão de comparabilidade com os cânones referidos. A exemplificação sustenta o argumento de que a relação pesquisa e pesquisador não se estabelece sobre uma tábua rasa, mas sim respaldada pelo histórico de vida e pelos anseios (engajamento) buscados pelo agente pesquisador.

O ator / pesquisador dessa dissertação nasceu e foi criado no Distrito de Itaicoca, área rural do município de Ponta Grossa, filho de uma mãe do lar, agora também fiscal do ônibus escolar e de um motorista. Os dois possuem reduzida alfabetização formal, mas estão amplamente licenciados na construção do saber do dia-a-dia. Ambos ex-pequenos agricultores inviabilizados pela “modernização

agrícola”, os quais referendando suas vidas na geografia de Itaicoca. Isso reflete diretamente na educação, na sensibilidade e a maneira de olhar o mundo do filho. A marca de ser itaiacocano esteve sempre em conflito com rançoso preconceito deferido ao *meu* povo considerado: sem estudo, violento e que resolve suas diferenças nas “brigas de foice”, em bailes iluminados pela luz do lampião de querosene, às vezes, lembrado em alguma crônica ufanista de rádios emissoras AM ou em esparsos escritos acadêmicos. Esses são alguns dos textos que perfazem a vida desse geógrafo, que poderia estar problematizando a agricultura familiar, as minas de exploração de talco, ou os fornos de cal, mas que preferiu abraçar uma outra causa, a de lutar por estabelecer visibilidade científica aos discursos de grupos silenciados: as mulheres chefes de família, as crianças e adolescentes prostituídas e outros que, quem sabe, virão. Não estamos preocupados com o pragmatismo, mas, afinal de contas para quê serviria? Para quem serve as nossas pesquisas? Ou, quem as utiliza?

1 - Os primeiros caminhos percorridos na experiência de pesquisa

Nossas primeiras inquietações durante a graduação estiveram voltadas à área humana da Geografia, notadamente aos seus aspectos simbólicos, tendo como primeiro questionamento da realidade o de compreender como os significados culturais ratificam o Cemitério Municipal São José no espaço central de Ponta Grossa. A concepção teórica estava fundamentada na tese de que são os seres humanos os produtores de significados. E que as formas presentes no cemitério são projetados significados que são intercambiáveis e comunicáveis entre os grupos

sociais, podendo ser compartilhados, mas também contestados. Embora houvesse um interesse pessoal pelos aspectos simbólicos ligados à morte. Talvez pelo fantasma da experiência da perda de um irmão não efetivamos esta pesquisa - a vida apresentou outras questões.

Ainda que sem executar a pesquisa relativa ao cemitério municipal, devemos dizer que foi ela que levou a explorar o campo da Geografia Cultural e aproximar do grupo de pessoas que até agora fazem parte da minha formação científica. Durante a graduação, um grupo de alunos desenvolveu relações de afetividade, solidariedade e identidade teórica que culminou com a formação do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), no ano de 2003, junto à Professora Dra. Joseli Maria Silva.

No GETE, nossas primeiras pesquisas estiveram articuladas pelo “Protocolo de Pesquisa - *Espaço, cultura e poder na configuração das relações de gênero na periferia pobre de Ponta Grossa. – PR*”, de responsabilidade da professora Joseli Maria Silva. Nossas preocupações estavam voltadas a dar visibilidades à geografia das mulheres pobres chefes de família e cada membro do grupo abordou um aspecto da realidade de vida dessas mulheres. Rodrigo Rossi (2003 a 2005) estudou as representações sociais instituídas pelas mulheres chefes de família moradoras das margens do Arroio do Padre, em Ponta Grossa – PR. Sendo os fundos de vale eram locais privilegiados de moradia deste grupo focal.

Outro trabalho, desenvolvido nesse período e articulado aos demais, foi o de Marcio José Ornat (2003 a 2005). Essa pesquisa teve por objetivo compreender os deslocamentos cotidianos intra-urbanos desenvolvidos pelas mulheres chefes de família moradoras da Vila Dom Bosco e da Vila Nova. E sua relação com a reprodução dos espaços de pobreza. A pesquisa de Ornat demonstrou como as

relações de gênero influenciam e são influenciadas pelos processos socioespaciais, em especial as mulheres chefes de família de baixo rendimento e moradoras de “espaços” com baixa qualidade de infra-estrutura. Minha reflexão sobre esse grupo focal foi a participação política e gênero na produção dos espaços de pobreza em Ponta Grossa – PR. Homens e mulheres são desigualmente representados no Estado e isso decorre das diferenças de oportunidades que ambos adquirem no processo de participação política e na organização de diferentes instituições que só serão eficientes e fortes se houver um desempenho dinâmico dos cidadãos no desenvolvimento das políticas públicas (PUTNAM, 1996). Esse trabalho resultou em novos questionamentos que deram origem a minha monografia de conclusão de curso sob o título *“Espaços de transgressão: participação política feminina na periferia de Ponta Grossa – PR”*.

Enfim, essa experiência no GETE foi o pilar de minha formação como pesquisador durante a qual pude refletir sobre os obstáculos, superar a falsa sensação da segurança teórica frente ao referencial empírico e aprendi a ouvir quando os fatos dizem não à teoria, conforme argumenta Bourdieu *et al* (2004).

2 - Aspectos resultantes da experiência

Inicialmente, trabalhar com a associação entre gênero e Geografia foi um desafio. A temática é recente na geografia brasileira. Silva (2006b), ao fazer um levantamento na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aponta que o número de pesquisadores além de reduzido é disperso e não constitui uma rede de pesquisa. Com exceção para Rosa

Ester Rossini que desde a década de mil novecentos e oitenta, vem sistematicamente pesquisando na área de geografia e gênero. Com foco voltado para a exploração da força de trabalho feminina, tanto nas atividades rurais como urbanas (ROSSINI, 1993, 2004). E, recentemente, o gênero tem sido enfoque de várias teses de doutorado. Um trabalho voltado para a educação geográfica e gênero foi desenvolvido por Tonini (2002). Garcia (2004) consagrou sua tese de doutorado à análise de gênero na luta pela terra no Pontal do Paranapanema. E Silva (2004) realizou recentemente seu doutorado na área de trabalho informal e gênero.

Outro aspecto do desafio enfrentado pelo GETE foi construir um suporte teórico e metodológico o qual desse conta das relações entre gênero e espaço urbano e que estivesse alinhado com nossa concepção de ciência geográfica. A compreensão comum entre os membros do grupo era de que “gênero” deveria ser compreendido como um conceito representação, que se define num contexto de relações sociais processualmente re-elaboradas, compostas por seres multi – identitários (SILVA, 2003), onde:

Todos os aspectos de nossa existência são construídos a partir do gênero, do tom de voz aos gestos, dos movimentos às normas de comportamento. Reproduzimos socialmente – fazemos e re-fazemos – o gênero em milhares de pequenas ações praticadas ao longo do dia (GIDDENS, 2004. p.108)

Foi importante discutir os fundamentos dos recortes de grupo (focal). Diante da concepção de que gênero é uma representação e de que as mulheres não constituem um único grupo identitário. Assim, é preciso construir grupos com características socioespaciais similares enlaçadas às específicas temporalidades, pois não podemos estudar “mulheres” genericamente. Ao estabelecermos o grupo

focal, os recortes temporais e espaciais trazemos à luz fenômenos que, em geral, são escamoteados na análise geográfica tradicional. O cuidado com a escolha da escala de análise (geográfica) também foi um fator fundamental para as pesquisas endossadas aos espaços cotidianos, intrinsecamente relacionadas à política de escolha intencional dos pesquisadores. Pois, ao adotar uma escala, ao *geografar*, abre-se um leque de possibilidade em dar visibilidade aos grupos sociais invisíveis. E a possibilidade de escolha em potencializar a visibilidade da ação de grupos vulneráveis que, quase sempre, são desprezados na geografia brasileira por procedimentos numéricos em guaritas laboratoriais.

Outro embaraço enfrentado, é que nossos estudos provocam, de certa forma, o poder instituído do perfil masculino de produção científica. E isso inspirava críticas e descréditos em torno de nossos trabalhos no GETE. Ainda que, nos países de capitalismo central, os trabalhos das *geografias feministas* escalem visibilidade desde a década de mil novecentos e setenta, essas pesquisas ou perspectivas tiveram pouca permeabilidade na produção geográfica brasileira. De acordo com Morin (1996), as construções de verdades em ciência são sempre concensuadas, não sendo nem boas, e nem ruins *a priori*. O fato é que as fabricações da objetividade e de temáticas dignas de pesquisas são geradas a partir de campos de poder, as ciências construídas por aqueles que a instituem nominal e não neutramente, em situações de estratégias. Todas as ordens que discorrem não ficam isentas, há “sorrisos de canto de boca”, anedotas, e até mesmo, o questionamento, no nosso caso, da *geograficidade* dos temas abordados.

Ainda, um quarto elemento imbricou nossa trajetória. Estávamos desenvolvendo temáticas relacionadas a explorar o universo de grupos focais femininos. Já os componentes do grupo de estudos eram do sexo masculino, o que

se apresentava como um complicador. Por exemplo, no âmbito de efetuar entrevistas em profundidade em que abordávamos aspectos da intimidade, sexualidade, entre outros, que se interconectavam a uma gama de elementos no momento da posicionalidade e singularidade, entre o pesquisador masculino e as entrevistadas femininas. Obviamente, como o gênero é contraditório e complementar, havia variações. Por outro lado, isso nos remeteu a um posicionamento crítico inspirado na geógrafa Rose (1997), a qual argumenta que a realidade espacial juntamente com a pesquisa se constrói numa relação de forças. Embatem-se os saberes científicos com a posição de quem os pronuncia. Assim, os conhecimentos se chocam, a noção de realidade que a pesquisa propõe é sempre construída no ato de pesquisar consensuado.

De tal modo, havia todos os elementos possíveis para um caminhar mal sucedido. No entanto, pensamos que a partir das adversidades pudemos trilhar uma alameda de pesquisa em Grupo em que consegui uma formação de pesquisador geógrafo que agora posso perceber o quanto foi especial. Fomentamos coletivamente nossa capacidade de imaginação geográfica em que todo fenômeno social é passível de ser analisado pela Geografia, pois, nas palavras de Cosgrove (2004), a “Geografia está em toda parte”. O que me parecia uma constatação banal, não obstante, em estágio de docência realizado na disciplina de “Introdução a Ciência Geográfica” com a supervisão do Professor Dr. Wolf-Dietrich Gustav Johannes Sahr, é que pude perceber no âmbito do exercício pedagógico em sala de aula o quanto que a imaginação geográfica é importante e como os alunos, em geral, têm dificuldades para problematizar uma dimensão de suas vidas, o espaço geográfico.

A solidariedade de dados também é (foi) um aspecto enriquecedor no que

tange ao trabalho grupal, produzindo análises mais consistentes. Abrindo o percurso da triangulação de pesquisa, confronto de dificuldades, busca por soluções conjuntas, a crítica interna, sugestões e compartilhamento de leituras promovidas em nossos encontros semanais. O trabalho em grupo potencializa os resultados, na medida em que cada componente possui talentos específicos, que somados possibilitam progressos. Em nosso caso, habilidades como domínio de geotecnologias livres, ferramentas de banco de dados, acesso a outros idiomas.

Outro aspecto que destacamos é a ambição teórica, não em um tom pretensioso. Mas, humildemente, averiguar que a investigação científica não está pautada apenas na aplicação de modelos (implica às vezes na renovação dos próprios modelos). Idear outras reflexões em torno da posicionalidade do pesquisador com relação ao fenômeno inquirido. Debater a eficácia conceitual com às questões efetivadas a realidade, que é muito mais complexa que todo aparato científico. Enfim, também solidificamos nossos laços de afabilidade, fazendo geografia.

Já na tentativa de operacionalizar os trabalhos e sustentarmos financeiramente, o grupo de pesquisa concorreu ao edital 045/2005 – Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –CNPq, no ano de 2005 e obteve a aprovação do projeto, *“Feminização das periferias pobres: Gênero e sexualidade como elementos para desenvolvimento de políticas urbanas contemporâneas”*.

Dessa trajetória, aliada a aceitação do projeto no CNPq, foi aberta uma nova frente de pesquisa, fruto de nossas reflexões em torno da invisibilidade de sujeitos e temas no discurso geográfico, tópicos que poderiam ser explorados como a relação entre sexualidade e espaço. Estabelecemos parceria com a Organização Não-

Governamental (ONG) Renascer via o projeto de extensão *“Para além da 'batalha' na rua: práticas de inclusão sócio-espacial e promoção de direitos humanos dos grupos em situação de vulnerabilidade social*, concomitantemente ao “Protocolo de Pesquisa *Ausências e silêncios do discurso geográfico: a produção do espaço interdito*”. Nos quais, Marcio Jose Ornat desenvolveu sua dissertação de mestrado (Mestrado em Gestão do Território – UEPG) abordando a co-relação existente entre a territorialidade da prostituição travesti e a instituição dos sujeitos transgêneros na cidade de Ponta Grossa, Paraná. A Prof^a.Dr^a Joseli Maria Silva explora a temática da produção do espaço interdito na experiência cotidiana do sujeito transgênero. E a dissertação que apresentamos *“A Complexidade Espacial da Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil Feminina: Entre Táticas e Estratégias de (In) Visibilidade*”.

A trajetória de pesquisa junto ao grupo e a permanente vigilância epistemológica permitiu várias re-elaborações das questões que norteiam a presente investigação, culminando com a seguinte questão central: Como a dimensão espacial compõe a exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina? Essa questão foi sistematizada nas seguintes sub-questões: Quais as relações entre os elementos que compõem as múltiplas dinâmicas espaciais da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina? Como as relações de gênero instituem os papéis dos agentes na configuração da rede de exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina?

Na organização interna do trabalho as nuances, os avanços e retrocessos do movimento de pesquisa compõem o capítulo I da dissertação, intitulado “Trajetória de Pesquisa do fenômeno”. Apresentamos a proposta original de investigação e as questões iniciais. Fazemos uma breve discussão em torno da prostituição, evidenciando o espaço geográfico e o tempo como instâncias compositoras do

fenômeno. E definimos nosso recorte de grupo e refinamos as ferramentas temáticas relacionadas à exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina.

Ainda no capítulo inaugural, debatemos as revelações do campo e a reconstrução da pesquisa sustentada pela incursão investigativa nas ruas e nas instituições que realizam trabalhos junto ao público infanto-juvenil. Se na primeira parte do capítulo é importante a definição dos recortes temático, de grupo, temporal e espacial, nesse segundo momento é fundamental a re-construção das questões suscitadas pelo trabalho empírico e modelo de análises. Delineamos o espaço como elemento fundante do trabalho e destacamos alguns autores importantes nessa arguição teórica, tais como Duncan (2004), Rose (1993), McDowell (1999), acrescidos de Butler (2003), Elias (1994a-b) e Foucault (1990, 2006).

No capítulo subsequente, discutimos o espaço cotidiano das protagonistas da rede de interdependência de exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina centrando o olhar nas relações entre os grupos identitários e em questões atinentes às características socioespaciais. Para tal iniciativa, dissertamos em torno da criação de uma família paradigmática, que nos serve como exemplo, no âmbito de exercício analítico.

Fazemos uma contraposição entre o significado atribuído ao contexto familiar por parte das meninas e sua infância e juventude vivida. E contrastamos com a impressão efetivada pelo Estado, essa substanciada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Discutimos algumas atribuições dos órgãos constituintes do Estado e as suas ações margeantes com relação ao fenômeno aqui debatido. Bem como nossa concepção teórica em torno do Estado arregimentado em Offe (1984) e os embates relacionados às teorias referentes à infância e adolescência.

Finalizamos o trabalho com o terceiro capítulo “*As redes de interdependência*

e as táticas espaciais cotidianas na persistência do fenômeno”. Relacionamos as ações do diversos agentes envolvidos, das quais discursamos a partir das inserções das meninas nos processos e relatórios estatais. Mesmo havendo uma denúncia no sentido de dificultar a exploração sexual comercial, essa aparece de forma tangencial no Estado. Alguns agentes não têm o interesse em desarticular a rede. Outros o têm, mas, paradoxalmente, buscam esconder a exploração, por ser um coadjuvante, pela moralidade ou pela tentativa de preservar a própria menina.

Traçamos um panorama da pesquisa enquanto um meio de formação pedagógica de um pesquisador. Trilhar um caminho alicerçado na perspectiva de grupo. Chegando ao momento em que decidimos efetuar a busca por compreender como a dimensão espacial compõe a exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina. Posteriormente, fazemos uma apresentação dos três capítulos que compõem essa dissertação, ficando aqui mais do que um convite à leitura, mas a expectativa de suscitar novas questões, debates e o aprofundamento das mesmas no processo de construção científica e do engajamento social.

I – A TRAJETÓRIA DE PESQUISA DO FENÔMENO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL FEMININA

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como, não deve existir e à menor manifestação fá-leão desaparecer – sejam atos ou palavras. As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-los, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. (FOUCAULT, 2006. p.10)

O objetivo deste capítulo é compartilhar o percurso científico trilhado na elaboração da pesquisa em tela. No processo de investigação desenvolvemos uma relação possível entre agente pesquisador e objeto de pesquisa a partir de um tempo e de ferramentas disponíveis para construir a inteligibilidade do fenômeno que elegemos. No caso da Geografia, uma ciência social, investigamos uma relação que complexifica o vínculo entre agente-objeto do conhecimento, pois, no ato da pesquisa, o agente pesquisador já compõe seu objeto e refletir sobre isso é nosso papel enquanto produtores de ciência. Assim, nas linhas que seguem, desdobra-se um incessante e, porque não dizer, angustiante processo de análises dos cenários, de reformulação de parâmetros, tentativas de abordagens que compuseram e marcaram a produção deste trabalho.

1 - A proposta original e as questões iniciais: Procurando meninas – conceituações e (des)encontros

Esta proposta aborda um dos mais graves desafios sociais brasileiros, a comercialização de práticas sexuais com crianças e adolescentes, em especial do

sexo feminino. A negociação ultrapassa o ato sexual em si, pois a sexualidade compreende aspectos biológicos, sociais, psicológicos e culturais nos quais se inserem diferenças dos papéis sociais de gênero.

Gomes *et al* (1999) consideram como nominativo dessas práticas comerciais a expressão: prostituição infanto-juvenil a qual, remete a uma abordagem que entrecruza a exploração econômica e a obtenção de prazer por parte do cliente, com danos a quem está sendo explorado. Ao remetermos a conceituação da questão enquanto prostituição destaca-se um brioso artigo de Libório & Castro (2004) em que se altercam os debates acadêmicos e políticos, em torno do comércio de práticas sexuais femininas. Neste texto Libório & Castro (2004) discutem a polarização de trabalhos referentes à prostituição, onde alguns autores optam pela situação de escolha e outros argumentam sobre a opção forçada pela prostituição por parte das mulheres em meio às forças estruturais externas.

Em decorrência dessa dualidade, o primeiro grupo defende a profissionalização (legalistas). O segundo conjunto remete a abolição (abolicionistas), para os abolicionistas trata-se de uma pseudo-escolha ou de uma sutil forma de escravidão condicionada por situações como violência, miséria entre outros elementos que seriam geradores do fenômeno / prostituição. O indivíduo nesse sentido é passivo à exploração que expressa idéias e comportamentos tanto de ordem econômica quanto de gênero. As mulheres percorreriam caminhos demarcados pelos papéis sociais de gênero e, por fim, teriam o seu corpo adquirido para o uso sexual do homem.

Ainda referendando-nos nas idéias de Libório & Castro (2004), destacam-se argumentos que defendem o uso do termo *situação de prostituição* como substitutivo da nomenclatura prostituição. Nesse viés salienta-se a necessidade da discussão do

poder e a problematização da moral, hodiernamente pautada na honra e na sexualidade cristã¹. E os discursos tendem a atacar as prostitutas em vez de debater todo um arranjo que promove a prostituição, incluindo clientes, aliciadores, cafetões e cafetinas. Critica-se as próprias instituições que trabalham nessa temática quando centram as discussões somente nas sujeitas / prostitutas, o que contribuiria para reforçar relações assimétricas de poder. Entretanto, o debate em torno da idéia de sujeitas é extremamente melindroso, tanto nas referências de sujeitas enquanto situações de não-escolha (ou pseudo), ou mesmo, em opção voluntariosa. Paradoxalmente negaria a própria idéia do *ser sujeito* (ativo), que dentro de uma sociedade de consumo faz uma escolha racional. Nesse âmbito as sujeitas não são vítimas voluntariosas, mas sim resistentes num contexto capitalista de consumo e relações de classes dessimétricas.

As situações de prostituição perpassariam a um contexto *societal* ligado às construções das subjetividades, do desejo e das necessidades sexuais destituídas da moral cristã --- a qual intercambia sexo e amor. O sentimento legítimo na moral cristã é o amor vivido no espaço privado e associado ao sexo. A vivência sexual sem o amor seria inconcebível na esfera pública. Sendo assim, o ato da prostituição impinge ao sujeito que se prostitui uma situação de negatividade.

Os diversos posicionamentos e as expressões conceituais não são somente uma representação de grupos ou autores frente a um fenômeno, eles também criam as representações racionais de realidade. Essas criações têm conseqüências, já que passam também a compor o real. Carmama e Torralbo (2006), em trabalho executado em Madrid (Espanha), optam pela categoria profissionais do sexo – definição provinda do próprio grupo. O Ministério da Saúde no Brasil em manual-

1 Ver a respeito do debate em torno da cristianização da sexualidade a obra “**A sexualidade, ontem e hoje**” de CATONNÉ, J-P. (2001).

referencial (2002) para combater e prevenir doenças sexualmente transmissíveis também incorpora a mesma terminologia utilizada pelas autoras espanholas. Todas as descrições ou discursos sobre o mundo são também ações. Logo, toda inteligibilidade fenomenal por mais que traga o *agente* investigado para a condição de *protagonista*², essa escolha do pesquisador é pautada na construção científica, qual não se dá como uma tradução de uma realidade externa. Assim, a ciência se constrói por pessoas apoiadas em uma condição construída por artefatos, conceitos, categorias.

A *posicionalidade* adotada pelos pesquisadores frente a uma questão abordada é compreendida nesta pesquisa conforme Löwy (2000). A autora disserta sobre o concreto situado em uma realidade comunicada e argumenta que há um posicionamento do conhecimento gerado na comunidade científica que é inscrito em redes e produzidos por pessoas que fazem suas opções. Para ela, o *conhecimento situado* é uma estratégia para sair tanto do totalitarismo quanto do relativismo de posições.

Carvalho (2000), em sua dissertação de mestrado, ao discutir uma vasta bibliografia, destaca que a prostituição tem sido amplamente debatida no âmbito da Medicina, da Criminologia, da Vigilância Sanitária, das Doenças Sexualmente Transmissíveis, da Epidemiologia e das Representações, ressaltando uma polissemia em torno do assunto. Enfatiza ainda as variações que podem ser vistas, de um lado, como resultado das escolhas ideológicas dos pesquisadores

2 Muito embora na bibliografia se utilize a expressão **Sujeito** em prol de afirmar ou a remeter a uma ação ativa dos indivíduos, ao pesquisarmos por **Sujeito** encontramos por definição cinco opções que remetem a submissão (sujeitar-se) “Que está ou fica por baixo. 2. Que se sujeitou ao poder do mais forte; dominado, escravo. 3. Adstrito, constrangido. 4. Sem vontade própria; domado, escravizado. 5. Exposto a qualquer coisa, pela sua natureza ou situação”. Dessa forma optamos por utilizar a palavra **Agente** ou **Protagonista** conforme o contexto. **Protagonista**: “Principal personagem de uma peça dramática. 2. Pessoa que, de qualquer acontecimento, ocupa o primeiro lugar”. **Agente**: “Que age, que exerce alguma ação; que produz algum efeito”. Fonte dicionário eletrônico Michaelis. (versão,2002).

(posicionamento situado) e, de outro, conforme os contextos em que se decorrem as investigações.

Ao considerar o contexto, tomamos como fundamental as categorias de *espaço* e *tempo*. Ribeiro (1997) estuda a prostituição de rua em Copacabana bairro da Zona Sul na Cidade do Rio de Janeiro (RJ) e, quando aborda a atividade feminina, afirma que esta “pode ser subdividida conforme sua localização” (RIBEIRO, 1997, p.99), estando alicerçadas a diferentes formas de territorialidades. Em artigo anterior, Ribeiro, juntamente com Mattos, demarca que há diferenças claras entre a prostituição fechada e a de rua, quanto às personificações corporais (gestos, vestimentas), níveis sociais (das prostitutas e clientes), formas de pagamento, atributos físicos, entre outros. A primeira, do bordel, boate, etc, com certos véus de esconderijo social. Já na rua ao invés do acortinar, é preciso deixar claro o que procura, a partir de suas vestes, atos de escolha espacial, local reconhecido como de prostituição, pois o cliente precisa saber a quem se chegar (MATTOS & RIBEIRO, 1996).

Em análise do fenômeno, considerando o tempo também evidencia variações, Campos (2000) realizou um estudo das territorialidades do sexo na cidade do Recife (Pernambuco) na primeira metade do século XX. Recorrendo as memórias de ex-dona de pensão e de ex-universitário. A “zona” local da atividade de prostituição, é rememorada como local de iniciação sexual, intelectual e de sociabilidade da juventude. Lócus de formação de clubes literários, lembrado com nostalgia por prostitutas como um tempo em que se tinha um parceiro fixo. Já Villalobos (1999), numa excursão mais distante, busca em relatos de viajantes do Brasil Colonial um imaginário social que produzia uma geografia sexual entrecruzando sexo, clima e relevo ou uma erotização e o perigo do feminino (a *mulher ameríndia* como uma

ameaça aos bons costumes dos homens europeus), em comparação à fabulosa fertilidade das terras do Novo Mundo.

Nosso posicionamento sobre o debate apresentado a propósito das negociações sexuais é de evidenciarmos como pilastras *espaço*, *tempo* e as atitudes situadas na conjuntura de grupos sociais (de pesquisadores e pesquisados). Ainda que tenhamos separado as composições espaciais e as construções sociais de tempo na exposição bibliográfica, para nós comportam-se como instâncias componentes simultâneas de uma mesma realidade.

As dimensões de espaço e tempo consideradas na análise de um fenômeno em que o recorte de grupo são crianças e adolescentes do sexo feminino e moradoras de periferias pobres, complexifica ainda mais os caminhos deste trabalho. Isso porque as pessoas não nascem prontas, seja do ponto de vista biológico (maturação do cérebro) ou pelo nível de interações sociais experimentadas.

Ao longo da vida as pessoas vivenciam diferentes fases e interagem de forma distinta enquanto crianças, adolescentes ou adultos. Além disso, são submetidas também a diferentes enquadramentos sociais, morais e legais de acordo com seu espaço-tempo social. Além de cada sociedade construir parâmetros próprios a serem seguidos, há também diferenciações internas a serem consideradas. São as experiências da vida concreta, cotidiana, que instituem pessoas de mesma faixa etária com graus de maturidade diferentes, ainda sob uma mesma base legal e moral.

O contrato social do Brasil reza que as pessoas com idade de até doze anos incompletos são consideradas crianças e aquelas cuja faixa etária está compreendida entre doze e dezoito são adolescentes, conforme prevê o Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Esta legislação concebe que a sociedade brasileira tem a obrigação de manter e proteger essa parcela da sociedade e criar mecanismos específicos que norteiam a ação do Estado no tratamento de questões que envolvam pessoas menores de dezoito anos.

Conforme o ECA, a prática comercial sexual com crianças e adolescentes é considerada um crime perante o Estado brasileiro, realizado pelos adultos-clientes e também por aqueles que facilitam, induzem ou forçam a prostituição desta parcela da sociedade. Desde o ano de 1993, quando se efetivou no Brasil uma importante Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a então chamada *prostituição infanto-juvenil*, a temática passou a ser compreendida como *exploração sexual comercial infanto-juvenil*, a fim de diferenciar o fenômeno em relação às atividades de comercialização de práticas sexuais realizadas por adultos.

Em vista disso, a pessoa com idade inferior a dezoito anos não é parte culpada da atividade de exploração sexual comercial. Leal (1999) destaca que a nossa legislação compreende que uma criança, indivíduo com menos de doze anos de idade, e um adolescente, menor de dezoito anos, não optam por se prostituírem, mas fazem parte de um grupo social de risco e são seduzidos pela prática dos adultos. Elas são *prostituídas* e não prostitutas.

Mesmo depois da CPI de 1993 Gomes *et al* (1999) mantém a postura conceitual em prol da terminologia 'prostituição infanto-juvenil' mas há polêmicas em torno da nomeação do fenômeno. Faleiros e Campos (2000), que adotam a terminologia de 'exploração sexual comercial', advertem que a conceituação é ainda difícil e há limites de pesquisa tanto de aspectos qualitativos quanto quantitativos. A dificuldade conceitual da questão e sua precária avaliação quantitativa se devem ao fato da rede de exploração ser extremamente poderosa economicamente,

constantemente 'reciclada', ilegal e criminosa³.

O termo exploração é reivindicado não somente com relação à questão monetária, considera também o prejuízo sócio-mental que acarretam ao explorado. Tanto o público infantil, quanto juvenil, não possuem uma consciência formada sobre sua sexualidade e seus corpos. A exploração sexual comercial infanto-juvenil, além de uma realidade jurídica (ou de enquadramento como crime na legislação aos que fazem uso comercialmente de corpos infanto-juvenis) se traduz em um mercado de pedofilia (1), turismo sexual (2), pornografia infantil (3) e a mercantilização de práticas sexuais envolvendo trocas entre crianças e adolescentes com clientes e facilitadores (4), este trabalho debate a quarta modalidade.

As relações transcorridas no mercado ilegal estão imbricadas pelo poder, exercendo também uma sedução em torno das adolescentes que começam a descobrir sua sexualidade, haja vista que no livro organizado por Leal (1999) há relatos de pessoas que trabalham em organizações não governamentais (ONG) junto ao público de adolescentes prostituídas, em que as meninas afirmam algumas vezes que também sentem prazer nessa relação, enquanto prática sexual, porém convêm ressaltarmos que é:

3 Quando nos referimos à expressão que remete a criminalidade, não estamos simplesmente reproduzindo o discurso da lei. Referimo-nos a fatos e cenas semelhantes as que o leitor poderá ver ao assistir o filme: "Anjos do Sol" (2006) roteiro e direção de Rudi Lagemman. No filme a personagem Maria (doze anos de idade), após ser vendida pelos pais no Sertão da Bahia, passa por um "leilão de virgens", vira presente de quinze anos do filho de um fazendeiro. Depois é escravizada em uma boate na floresta amazônica – para atender ao público do garimpo. Foge para o Rio de Janeiro, onde uma cafetina providencia sua maioridade (falsifica documentos), após fugir da cafetina, pede carona em uma rodovia, terminando o filme com a pergunta de um caminhoneiro, de como ela pretendia pagar a carona. Treze textos (livros e artigos) mais notícias de jornais sobre exploração sexual comercial infanto-juvenil embasam o roteiro do filme. Muito diferente, por exemplo, da realidade do filme "O Céu de Suely" (2006) co-produção Brasil-França-Alemanha e Portugal, dirigido por Karim Aïnouz. Nesse filme, Hermila (21 anos), após retornar de São Paulo com um filho nos braços para a cidade de Guatu interior do Ceará, se vê sufocada pelo contexto interiorano. Inspirada na amiga Georgina (prostituta) formula o codinome Suely e rifa uma noite de sexo para conseguir dinheiro a fim de viajar a uma cidade cosmopolita. Ressaltamos que "A arte de representar nos oferece um caminho de reconhecimento do mundo, da vida, da memória e dos sonhos que pulsam do/no espaço geográfico" (BARBOSA, 2000. p.86).

na adolescência (que) ocorre a desorientação temporal, a manifestação da evolução sexual, a atitude anti-social e separação progressiva dos pais e muitas outras mudanças, além do jovem buscar a construção de uma nova identidade. Nesta fase do indivíduo, o mercado do sexo parece um lugar de aventura, liberdade, autonomia, sedução e conquista. Mas, o que significa viver a adolescência no mercado do sexo numa fase de mudança do corpo, sem conhecimento sobre o mesmo, cheio de mitos e fantasias? Viver este momento como um simples objeto, num espaço que, muitas vezes, não se encontra afeição? Como valorizar este novo corpo na prostituição que, na verdade, o desvaloriza? Ou será que recebe uma importância que fora dela não encontra? Será que o corpo é o único "instrumento" da mulher pobre que é visto pelo mercado moderno? O adulto em vez de ser referencial, dar apoio, aproveita-se deste momento de fragilidade e de busca do adolescente. Os riscos deste mercado de sexo são muitos como a gravidez precoce, abortos, doenças sexualmente transmissíveis, assim como a dupla exclusão social, quando não atendem mais as exigências do mercado do sexo. Numa cultura machista, na qual a primeira relação sexual é tão valorizada, a perda da virgindade desvaloriza a menina. A saída encontrada é casar com o autor ou ser vista como perdida (para o casamento). O casamento precoce e a separação em seguida ou a nova identidade de perdida são alguns dos fatores que influenciam na entrada no mercado do sexo. Falta de lazer e opções de sobrevivência, vivência de abuso sexual na família e repressão sexual são alguns outros (HAZEU & FONSECA, 1998. p.36)

A atividade inscreve-se como alternativa de renda mas, implica relações sociais e culturais dessimétricas, envolvendo os desejos e valores em que se ancora um processo complexo que inclui grupo social, gênero, etnia e situações concretas de vida na qual se constroem histórica e espacialmente as categorias crianças e adolescentes.

O fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil se compõe também de várias fabricações simbólicas como a valorização do consumo, gerando um processo de retro-alimentação, a erotização precoce infanto-juvenil, a virgindade, e o desejo de consumir este erotismo fantasioso por parte do homem adulto. As trocas de 'bens' por atos sexuais vão desde celulares, roupas de marcas famosas, até um chocolate ou ajuda no orçamento familiar. As práticas estão profundamente arraigadas ao processo de exploração sexual comercial e às características sócioespaciais de clientes e infantes explorados.

Assim, adota-se para esta pesquisa a terminologia 'exploração sexual

comercial'. Compreendendo o fenômeno investigado a partir da experiência de crianças e adolescentes da periferia pobre como mais um componente de uma realidade ampla de exclusão social, econômica e espacial.

As crianças e adolescentes, focos desta pesquisa, estão excluídas dos acessos à escola, ao consumo, ao mercado de trabalho, à saúde e aos bens culturais. Leal (1999) argumenta que a violência intra e extra familiar também é um fator importante, não enquanto um dado *determinante*, mas enquanto fomentador de uma situação de vulnerabilidade à exploração sexual comercial e outros tipos de violência. Nesse sentido, a pobreza não somente indica *exclusão* social, mas possibilita a *inclusão*⁴ de crianças e adolescentes no mercado do sexo, ressaltando que:

a pobreza e a indigência são vistas, assim, como condições de **propiciamento e possibilidade** da exploração sexual de crianças e adolescentes pela exclusão que comportam, pelas exigências de trabalho e sobrevivência que recaem sobre as crianças, tanto pela falta de condições da família como pela forma em que esta se estrutura para sobreviver e relacionar-se (CECRIA, 1997. s/p)

Além disso, para esta pesquisa há uma outra importante questão a ser abordada que é o perfil majoritariamente feminino de crianças e adolescentes exploradas sexualmente em oposição ao perfil masculino dos clientes, conforme

4 Embora seja utilizada a expressão *exclusão*, fazemos a contrapartida com a *inclusão*. Longe, de fazermos um trocadilho sarcástico referenciamos que esses antônimos não podem ser tomados numa amplitude social, sempre que citados precisam necessariamente ser antecidos pela idéia excluída - incluída com relação à quê? Como seres sociais às meninas prostituídas não estão imbuídas numa exclusão totalizante, mas **incluídas precariamente**, ou nas palavras de Castel (1998) estão nos déficits de lugares ocupáveis na estrutura social. Entretanto, o citado autor trabalha com a expressão inúteis para o capital no âmbito da precarização do trabalho e a negação da cidadania, tendo por efeito a inutilidade social. Parcialmente Castel (1998) nos é apropriado quanto à negação da cidadania, mas como o próprio autor referencia há inserção dos flagelados em redes de sociabilidade. Essas redes podem garantir a vivência ainda que num circuito mais nefasto do que o trabalho precário, porém, salientamos que não são inúteis, na sociedade capitalista, em que complementaríamos a idéia com a canção gravada por Tom Zé "A PIB do PIB" para qual a exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina faz parte do ciclo da *globalbarbarização*: "Prostituição Infantil Bruta a serviço do Produto Interno Bruto"; inseridas numa terminologia mais abrangente o qual situa-se esse trabalho: a **exploração**.

investigado por Faleiros e Campos (2000). Esse ponto evidencia que há um importante elemento simbólico de caráter de gênero que compõe o processo de exploração comercial sexual deste grupo focal.

1.1 - Espacialidades sociais de meninas prostituídas

O fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil é bastante heterogêneo, havendo elementos constitutivos desta espacialidade diferencial a serem explorados. Ele se manifesta com maior intensidade, ou está mais saliente a observação, em algumas localidades específicas, de certa forma acompanhando as “necessidades sexuais territorializadas” e em consonância com a prostituição adulta:

é importante destacar as articulações do fenômeno da exploração sexual com as atividades econômicas dos territórios onde ocorre. Ou seja, as formas de exploração variam segundo o desenvolvimento econômico das localidades ou regiões nas quais existe. Por exemplo, no Brasil, nas cidades onde houve incremento ao turismo floresceu o sexo turismo; próximo a atividades econômicas primárias de extração (garimpos) existem bordéis com mulheres escravizadas; em Brasília, centro político e administrativo, há a oferta de garotas (os) de programa, “acompanhantes” de políticos e executivos; nos portos encontra(m)-se, além de bordéis, o “turismo náutico”. Verifica-se, também, que grandes empreendimentos e obras, com presença de importantes contingentes de população masculina necessitando “ser servida sexualmente”, provocam o aparecimento de muitas empresas do mercado do sexo (CAMPOS & FALEIROS, 2000, p.19)

Além das diferentes intensidades do fenômeno, há uma diversidade econômica, social e espacial. Muito embora seja importante traçarmos algumas variáveis propiciadoras do fenômeno estudado, lembramos que ele ocorre num modo total de “singularização capitalística” emprestando uma expressão de Guattari (1986), em que a subjetividade não é opositora da materialidade, mas uma matéria

prima para todo o sistema. Nesse sentido, Guattari (1986) é enfático contra a polarização indivíduo e sociedade para o autor, o que há é um agenciamento social, uma espécie de diálogo entre as duas forças, onde é produzida a subjetividade, “ou seja, toda a produção de sentido” (GUATTARI,1986, p.31).

Assim, enquanto apontamento para referência aos nossos procedimentos de pesquisa, destaca-se um importante relatório sobre a exploração sexual comercial infanto-juvenil do Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), divulgado em 1999, o qual demonstra que há especificidades regionais a serem consideradas e que, no caso da Região Sul do Brasil, a exploração sexual comercial está arraigada à circulação de capital, drogas e pessoas nas rodovias como podemos ver na figura 01:

Figura 01: Exploração sexual comercial no Brasil e suas diferenças regionais

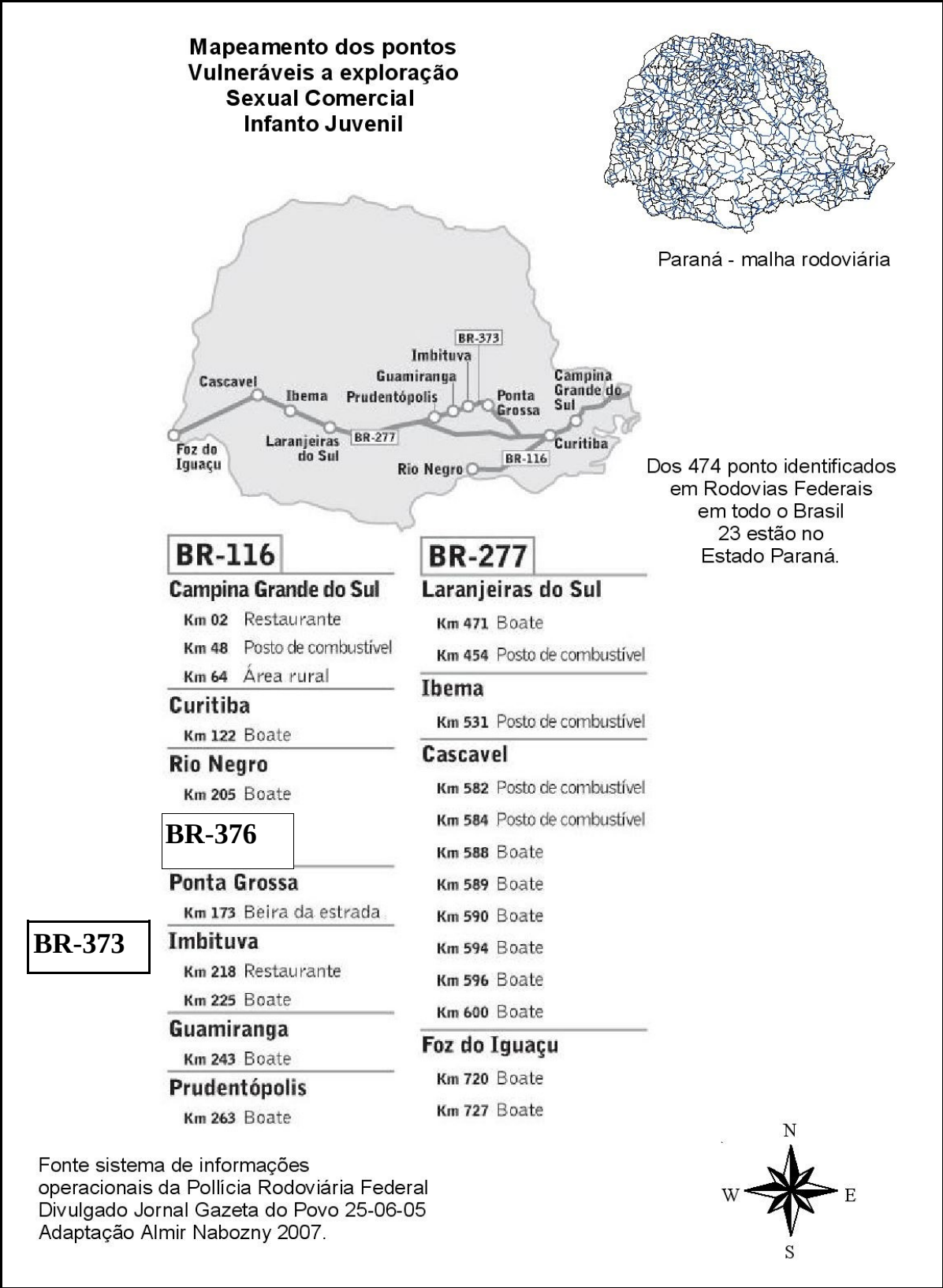


Fonte: LEAL, M.L.P. (org). p.20

Em um ranking elaborado pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA, 2006. s/p), observamos que num universo de 1547 denúncias de abusos sexuais endereçadas a ABRAPIA no período de janeiro de 2000 a janeiro de 2003, três estados da Região Sudeste aparecem com maior números de denúncias: Rio de Janeiro 448 (28,94%), São Paulo 200 (12,92%) e Minas Gerais 118 (7,62%). O estado do Paraná figura na nona posição com 69 denúncias (4,46%). Ainda que, os dados não sejam efetivamente a respeito de exploração sexual comercial e as porcentagens sejam carentes de uma triangulação ao contingente populacional de cada estado, a nona posição ocupada pelo estado do Paraná em um número total de 26 estados e um distrito federal foi um dado que nos chamou à atenção no âmbito da pesquisa em tela.

A espacialidade da exploração no país levou a Polícia Rodoviária Federal (PRF) a pesquisar e lançar um relatório no ano de 2005. Nesse relatório foram identificados 474 pontos de exploração sexual comercial em todo o país. No Estado do Paraná 23 pontos de exploração foram diagnosticados nas rodovias federais BR-116, BR-273 e BR-277, concentrados em onze municípios, entre os quais, temos o registro da cidade de Ponta Grossa com a ocorrência de exploração em “beira de estrada”, como podemos visualizar na figura 02.

Figura 02: Pontos de Exploração sexual comercial infanto-juvenil no Estado do Paraná



Como podemos observar na figura 02, as vias de acesso a pólos turísticos como a cidade de Foz do Iguaçu (famosa pelas Cataratas do Iguaçu) são pontos com frequência de exploração sexual comercial. Também é expressiva a fronteira inter-países com a incidência de um elevado tráfego de veículos. Vejamos, por exemplo, que a BR-277 (que corta o estado no sentido leste-oeste) foi a que registrou o maior número de ocorrências. Trata-se de uma estrada de mão dupla com fluxo intenso de mercadorias, pessoas e narcotráfico entre o Brasil – Paraguai e Argentina. Nessa composição de cenários, configurou-se o interesse por conhecer a relação entre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e a produção do espaço em Ponta Grossa – PR. Privilegiamos a escala local a fim de conhecer o fenômeno a partir de suas especificidades de temporalidade e espaço, com intuito de colaborar com os órgãos que combatem essa forma de exploração.

A Geografia analisa a dinâmica dos desenhos territoriais onde coexistem ritmos diferentes de configuração de redes com inúmeras características, conforme Santos (2001). Assim, o fenômeno social eleito seria compreendido em sua dimensão espacial, considerando a complexidade do espaço cotidiano articulado às diferentes escalas geográficas e, ainda, evidenciando o movimento dos fluxos e fixos, concretos e/ou virtuais.

O espaço geográfico resulta da ação de diversos agentes e simultaneamente o espaço é componente das mesmas ações, podendo estar organizado em redes geográficas que funcionam:

como qualquer materialidade social, produtos e condições sociais. Na fase atual do capitalismo a importância das diversas redes geográficas na vida econômica, social, política e cultural é enorme e, de um modo ou de outro, todos estamos inseridos em mais de uma rede geográfica e, simultaneamente, excluídos ou ausentes de um número ainda maior de redes (CORRÊA, 1997, p.108-109).

A possibilidade aberta por Corrêa (1997) pela multiplicidade de configurações das redes geográficas remete-nos a uma flexibilidade da teoria e nos instiga a novos caminhos. A geógrafa Dias (1995) defende a idéia de que todo tipo de fluxo pressupõe a existência de uma rede, sendo a conexidade uma propriedade essencial. Santos (1996) argumenta, em linhas gerais, a existência de dois tipos de redes: uma material, com fluxos de bens e informações, outra social, com fluxos de pessoas mensagens e valores. O espaço geográfico é produzido também por indivíduos marginalizados que percorrem arestas frente a uma ordem dominante e constroem teias de relações cotidianas que podem ser invisíveis sob a perspectiva de uma escala pequena e hegemônica. Mas que, mesmo assim, são elementos importantes de serem considerados na análise geográfica, pois se interconectam fluxos de valores, perceptíveis somente numa escala grande, contudo não isolados da sociedade.

A cidade de Ponta Grossa possui formidáveis atividades econômicas desenvolvidas a partir de fluxos de inúmeras formas como pessoas, informações, capital, mercadorias, etc. Sua localização geográfica constitua-se num importante entroncamento rodoviário que liga o sul do país às demais regiões brasileiras e em direção aos portos de Antonina e de Paranaguá (PR), que juntos são uns dos principais exportadores de produtos agrícolas do país, em especial a soja. O Porto de Paranaguá é o sexto maior do mundo e segundo do Brasil, o maior porto graneleiro da América Latina. Isso facilita um imenso fluxo de veículos, notadamente conduções de carga pesada que são dirigidos por caminhoneiros que, segundo órgãos governamentais (ver quadro 01), constituem um grupo significativo dentre os usuários de serviços sexuais comerciais que envolvem crianças e adolescentes ou, ainda, são pessoas que convivem e presenciam o fenômeno de forma privilegiada.

Assim, as abordagens realizadas com alguns caminhoneiros levava-nos a conceber a existência de meninas prostituídas em postos de combustíveis e “beiras de estradas”. O conhecimento do senso comum aliada à facilidade dos fluxos e conexidades que se dariam nas rodovias, configurava assim a possibilidade de investigar as redes de exploração sexual comercial infanto-juvenil, tendo como recorte espacial o município de Ponta Grossa.

Quadro 01: Rede de exploração sexual de meninas no Brasil

01 - REDE DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	Boates, Hotéis, Sexo-Turismo, Garimpos, Redes de Motéis, Casas de Massagem, Prostíbulos / Bordéis, Gerentes / Donos de Hotéis / Prostíbulos, Estações Rodoviárias / Ferroviárias, Narcotráfico.
02 - EXPLORADORES SEXUAIS	Motoristas de Táxi, Gigolôs, Cafetinas, Policiais, Caminhoneiros , Patrão / Patroa, Donos de Lojas, Parentes.
03 - VIOLÊNCIAS E DELITOS – VINCULADOS A EXPLORAÇÃO SEXUAL	Torturas, Espancamentos, Tentativas de Assassinatos, Estupros, Cárcere Privado, Seqüestros, Mutilações, Maus Tratos, Mortes, Confinamentos, Tráfico / Vendas de Meninas.
04 - SAÚDE – VINCULADA A EXPLORAÇÃO SEXUAL	AIDS (Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida), Doenças sexualmente transmissíveis, Abortos, Suicídios, Dependência Química (Drogas).
05 - ESTRATÉGIAS DE ESTADO	Batidas / Blitz, Prisões, Inquéritos Policiais, Processos Judiciais.
06 - AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	Denúncias, Eventos, Movimentos, Atuações de Igrejas e Organizações Não Governamentais (ONG'S)
07 - RELATOS DE MENINAS EXPLORADAS	Individuais, Meninas de Rua, Institucionalizadas

Fonte: Contribuição Lúcia Luís Pinto para a Oficina de Indicadores – Brasília – Dezembro de 2007 In: LEAL, M.L.P. (org). p.25. Adaptado por: NABOZNY, A (2007). (sem grifos na fonte)

O fio condutor que norteou inicialmente a problemática dessa investigação estava relacionado à compreensão da co-relação entre a produção do espaço em Ponta Grossa – PR e a atual rede de exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina. Este objetivo se desdobrava na perspectiva de analisar a dinâmica espacial da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina. A caracterização da rede de exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina e na necessidade de compreender como as relações de gênero instituem o papel das (os) sujeitas (os) na

configuração da rede de exploração sexual infanto-juvenil feminina.

Além disso, o grupo focal eleito para a análise constitui-se de pessoas do sexo feminino com idade entre 10 e 18 anos, de escolaridade entre 0 a 08 anos de estudo, procedentes de famílias com faixa de renda entre 0 a 2 salários mínimos, moradoras de locais com deficiências de infra-estruturas e serviços urbanos.

Como o percurso científico é sempre construído em uma realidade contínua, em fase exploratória, verificou-se que o Conselho Tutelar Oeste, responsável pela área correspondente às rodovias, intensificou suas ações visando combater a exploração sexual comercial infanto-juvenil a partir do ano de 2003, realizando diversas blitz⁵ em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal. Com essa ação conjunta, houve uma diminuição da visibilidade do fenômeno nas rodovias e o seu re-arranjo no espaço intra-urbano.

Com a mudança da espacialidade do fenômeno, o recorte espacial passou a ser pontos tradicionais de prostituição nas vias adjacentes ao Cemitério Municipal São José (centro) e a Avenida Souza Naves (BR-376). Houve também um re-arranjo do recorte temporal que inicialmente estava atrelado ao período 2003 a 2007 por demarcar uma temporalidade de enfrentamento da problemática em questão por parte dos órgãos que fazem a repressão à comercialização de práticas sexuais com meninas.

Entretanto, após a investigação de campo re-adequamos o recorte temporal de análise entre 1990 a 2007 já que é no ano de 1990 que ocorreu a aprovação do

5 Blitz é o termo utilizado pelo Conselho Tutelar para as ações efetuadas em conjunto com as polícias a fim de reprimir a exploração sexual comercial infanto-juvenil em boates, rodovias, entre outros. Em posicionamento oral (Exame de Qualificação na UEPG em Outubro de 2007) o professor Wolf-Dietrich Gustav Johannes Sahr alerta que o termo foi utilizado pelo exército fascista alemão para justificar as chamadas “guerras rápidas”. De acordo com Houaiss On-line (2008), Blitz deriva de Blitzkrieg, uma rubrica militar. Em suas derivações regionais no Brasil é um termo extensivo a batidas policiais. Nesse sentido, a terminologia utilizada pelo conselho pode estar carente de uma proposição mais adequada. Redução de blitzkrieg (“ofensiva **poderosa**”).

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) o qual impôs normas específicas da compreensão da infância no Brasil e que acabou por nortear as políticas estaduais e municipais.

O ECA se tornou marco legal importante na construção da história da infância brasileira, a criança passou de “sujeito tutelado” pela família e pelo Estado a ser um “sujeito de direitos”. Esta transformação no âmbito jurídico-político desencadeou uma série de obrigações estatais e civis em relação às crianças, conforme interpretações presentes na bibliografia, como Campanatti & Carvalho (1998) e Gomes (1996).

A exploração sexual comercial infanto-juvenil era tratada pelo ECA de forma pouco objetiva. No artigo 95 o tema é considerado como situação de risco pessoal e social, a criança ou o adolescente “envolvidos direta ou indiretamente com a prostituição ou utilizado em espetáculos obscenos” (ECA, 1990 In: BASE LEGIS).

A falta de objetividade é sanada no artigo 244-A pela lei nº. 9.975, de vinte e três de junho do ano 2000 definindo quem: “Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no Caput do art.2º desta lei, à prostituição ou à exploração sexual. Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa” (ECA, CMDCA, 2006, p.84). No ano de 2000, o problema da exploração sexual comercial infanto-juvenil ganhou visibilidade no pacto social brasileiro a partir de um lento processo que se estendeu por toda a década anterior.

Durante os anos noventa, houve amplos debates públicos sobre questões relativas à infância e adolescência. De acordo com o relatório de estudo do CECRIA de 1997, foi instalada em 1991 a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Federal sobre Extermínio de Crianças e Adolescentes. Em 1992 houve a CPI sobre a Violência Contra Mulher. No ano seguinte foi instaurada a CPI da

Prostituição Infanto-juvenil e, em 1996, realizou-se uma CPI no Distrito Federal sobre a Exploração Sexual e Maus Tratos Contra Criança e Adolescentes. Entretanto, o destaque maior ficou por conta da Comissão Parlamentar de Inquérito realizada no legislativo federal em 1993, sobre a então chamada prostituição infanto-juvenil. Quanto ao conteúdo dos debates, além das discussões acerca da nomenclatura atribuída à temática, destaque-se que:

A CPI da exploração e prostituição infanto-juvenil de 1993 revelou um quadro alarmante em que 50% dos estupros são incestuosos, o que implica numa transgressão do dever de proteção que se inscreve no arcabouço da família como instituição. Trata-se de uma situação que ocorre em todo o país, tanto em contexto rural como urbano. (CECRIA, 1997. s/p)

Ainda com relação a CPI (1993), essa diagnosticou uma regionalização da exploração sexual comercial infanto-juvenil em todo país similar à apresentada na figura 01 do presente trabalho. Com grande saliência para a exploração de crianças e adolescentes em garimpos, comunidades ribeirinhas próximos a rios navegáveis na Região Norte e turismo sexual nas cidades litorâneas do Nordeste brasileiro, entre outras especificidades regionais foram constante denúncias referentes a cidades que fazem fronteiras com outros países, como porta para o tráfico de meninas para fins sexuais em outros países. Dada a jovialidade da lei número 9.975, de vinte e três de junho do ano 2000 decorrente do debate nos anos de 1990, ainda não temos uma reflexão precisa ou agrupamentos de dados quantitativos indicativos da aplicação da referida legislação em termos de penalizações de agentes exploradores.

Em entrevistas exploratórias com membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ponta Grossa (CMDCA), há uma intenção em formar uma rede de enfrentamento à violência e exploração sexual infanto-

juvenil. Entretanto, as instituições que poderiam integrar esta rede de proteção preconizada agem de forma isolada, o que dificulta a produção de dados de forma otimizada, a confiabilidade das informações obtidas e o planejamento de ações para o enfrentamento do fenômeno. Além disso, a dimensão espacial que compõe o fenômeno é pouco discutida por essas instituições. Assim, esta pesquisa, ao trazer uma temporalidade recente, pode contribuir para descortinar uma espacialidade obscurecida, revelando táticas e ações que sustentam a exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Após um balanço realizado entre o que foi concebido com base na teoria disponível e a exploração de campo, foram transformados os recortes temporais e espaciais, entretanto, o campo provocará ainda novos movimentos de retro-ação que são evidenciados a seguir.

2 - A problemática de acessibilidade as meninas, das revelações do campo a reconstrução da pesquisa

Os novos parâmetros produzidos na fase exploratória indicaram a necessidade de realizar duas frentes de trabalho. Uma delas era a investigação do perfil e atuação das instituições que combatem as violações dos direitos da infância e adolescência, entre esses a exploração sexual comercial. A outra frente de averiguação, necessitava desenvolver uma abordagem direta com as meninas exploradas a fim de conhecer o universo simbólico e material da sua existência cotidiana.

Realizamos inicialmente as observações intensivas em pontos tradicionais de prostituição, acompanhados do diário de campo e gravador, na expectativa de

preenchimentos de formulários e da realização de entrevistas qualitativas semi-estruturadas. Nesse desenrolar, uma fonte nos concedeu a informação de uma possível aliciadora na área central de Ponta Grossa, que acabou desaparecendo, o que frustrou mais uma de nossas tentativas de aproximação com as meninas. Este episódio, entre muitos outros, marcam as dificuldades da trajetória de pesquisa já que este tema envolve ações criminosas e o contato com as fontes era sempre penoso e quase sempre, mal sucedido.

A tentativa de acessar o grupo diretamente na rua também não obteve o sucesso esperado. Os locais e horários tradicionais da prostituição adulta e indicados pelos Conselhos Tutelares eram pouco freqüentados pelas meninas e, quando encontradas, em geral, alegavam maioridade. Mesmo com dúvidas da veracidade das informações diante do corpo franzino, ausência de seios, baixa estatura e da face infantil, não era possível considerar de outra forma a não ser acatar o dado concedido⁶. Quando se conseguia algum contato, havia o problema das meninas estarem “alteradas” pela ingestão de bebidas alcoólicas e, sobretudo, pelo uso de drogas como o ‘*crack*’, droga usual na periferia. As relações das meninas com as drogas como dependentes, vendedoras ou ainda com pessoas ligadas ao tráfico (companheiro, namorado, cliente) foi outro importante empecilho para o andamento da pesquisa⁷.

Dada a dificuldade de acessar o grupo focal pretendido para essa investigação, optou-se por fazer o trabalho através de uma parceria realizada entre o Grupo de Estudos Territoriais (GETE) e a Organização Não-Governamental Renascer, através do desenvolvimento do projeto de extensão “*Para além da*

6 Reforça nossa opção metodológica de atribuir uma relativa autonomia para a agente imbuída na pesquisa.

7 Durante o trabalho de campo ocorreram episódios difíceis como ameaças e agressões.

'batalha' na rua: práticas de inclusão sócio-espacial e promoção de direitos humanos dos grupos em situação de vulnerabilidade social". A ONG Renascer é constituída por uma assistente social e por pessoas que são ou já foram profissionais do sexo, além dos atuais membros do GETE.

A relação estabelecida entre os pesquisadores do GETE e as pessoas da ONG foi bastante lenta pois, inicialmente, havia uma sensação de desconfiança por parte do público-alvo e dos componentes do Renascer, já que nosso capital simbólico não era reconhecido. Nossas práticas junto aos membros também eram minuciosamente interpretadas e, em geral, ocorriam estranhezas uma vez que os pesquisadores e as pessoas com as quais estávamos estabelecendo contatos provinham de diferentes processos de socialização. Sobretudo a estrutura social que incorporada e somada à individualidade dos agentes, compõe os sistemas de disposições integrantes da experiência que Bourdieu (1998) denomina de "habitus". Havia diferenças que apenas com o tempo foram se atenuando e criando uma esfera de respeito e confiança que possibilitou a realização efetiva das pesquisas no grupo, em especial esta que está sendo aqui narrada.

Para nos aproximarmos do grupo focal, participamos de intervenções realizada em conjunto com o Grupo Renascer, que tem como públicos-alvo profissionais do sexo (mulheres, travestis, gays, transexuais, outros). Essas ações se constituem em distribuição de preservativos e incentivar ao seu uso, explicações sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, orientação sobre saúde, entre outros procedimentos efetuados na rua e em período noturno nos pontos tradicionais de prostituição, atendendo em sua maioria profissionais do sexo adultas e travestis. Novas relações e, interiorização de vocabulários específicos foram necessários para adentrar nesse universo simbólico. A expressão *batalha*, por

exemplo, é utilizada para designar a atividade de prostituição na rua, ou seja, estar na rua é uma luta constante na auto-avaliação do grupo. O grupo de profissionais do sexo é estigmatizado pela sociedade e suas regras e leis tácitas são também os seus bens, portanto, há resistências em compartilhar esses códigos, pois esses, de certa forma, são seus micro poderes que operam mecanismos de defesa e proteção.

O reconhecimento do campo, os relatos das profissionais do sexo adultas sobre seu início na atividade de prostituição, a descrição das estratégias e dos valores sociais veiculados nas ruas, nos bares e boates foram fundamentais para confrontar os questionamentos da pesquisa. O cotidiano do contato com o campo realizado em um ano e meio revelou também algumas importantes dificuldades na relação entre “entrevistador e entrevistados”. A minha figura masculina de pesquisador representava para as mulheres profissionais do sexo e meninas exploradas um “cliente potencial”. Esse aspecto tornava a relação difícil e apenas com o tempo houve uma re-significação da representação do homem / pesquisador e não cliente. Aos poucos a confiança do grupo se estabelecia, seja pelo carisma ou pela desconstrução da figura masculina associada à autoridade, repressão, estigma, ou alguma outra posição de poder.

As constatações acima são recorrentes em várias outras experiências de pesquisa envolvendo meninas que sofrem a exploração sexual comercial. Reis, Verardo e Vieira (1999) têm um processo lento de aproximação das meninas envolvidas na prostituição na cidade de Santos (SP). Ainda que estivesse explícito para as autoras que as garotas estavam sendo prostituídas. As autoras destacam que havia esquemas de segurança e uma série de normas tácitas do grupo que repeliavam uma aproximação. Depois, paulatinamente as pesquisadoras conseguiram atrair algumas meninas para um projeto da Prefeitura Municipal de Santos que

visava a atender meninas prostituídas ou em risco de prostituição. O mesmo processo é relatado num livro organizado por Silva, Senna e Kassar (2005) que retrata a realidade de Corumbá (MS). No âmbito jornalístico, Trindade (2005) faz uma pesquisa com meninas envolvendo relatos de diários, viabilizada por uma Organização Não-Governamental que já fazia um trabalho com as meninas, ou seja, já se tinha uma relação de confiabilidade. Gomes, Minayo, Fontoura (1999) realizam pesquisa na temática, entretanto, suas fontes são os discursos proferidos durante a CPI da prostituição infanto-juvenil realizada no ano de 1993.

Anjos (2005) faz uma análise das sexualidades de jovens empobrecidos no país Cabo Verde, destacando alguns caminhos para a prostituição de jovens, perfazendo entrevistas diretamente com algumas garotas. Já no Brasil, Libório (2005) faz um trabalho realizando entrevistas abertas direcionadas a meninas prostituídas, envolvendo aspectos quantitativos e qualitativos sobre a exploração sexual comercial. Simon, Silva e Paiva (2002) realizam um trabalho em “chácaras-boates” de Ribeirão Preto (SP) investigando aspectos sobre a prevenção da Aids (Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida) com um grupo de treze adolescentes entre dezoito e vinte e um anos e, Saffioti (1989,1995) realiza uma reflexão em torno do tema da exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Assim, como pode ser constatado, os poucos autores que abordam a temática da exploração sexual comercial infanto-juvenil apresentam também dificuldades no acesso aos grupos focais. Apenas Anjos (2005) em Cabo Verde e Libório (2005) realizam contatos diretos com as meninas exploradas sem haver uma instituição ou projeto mediador da relação entre pesquisador e pesquisadas. Outro fato curioso é que apenas Gomes (1994, 1996,1999) e Anjos (2005) são “pesquisadores masculinos” a executarem pesquisas na temática aqui tratada.

Juntamente com a dificuldade de acesso ao grupo focal, há ainda a dificuldade de encontrar um número expressivo de trabalhos realizados no Brasil, o que dificulta a reflexão teórica do tema, assim como as construções metodológicas de abordagem da temática, notadamente na geografia brasileira. Merece destaque à produção de pesquisas em linhas jornalísticas (LUPPI, 1987; DIMENSTEIN, 1992; TRINDADE 2005) e nos campos da Saúde Pública, Assistência Social, Psicologia e Sociologia.

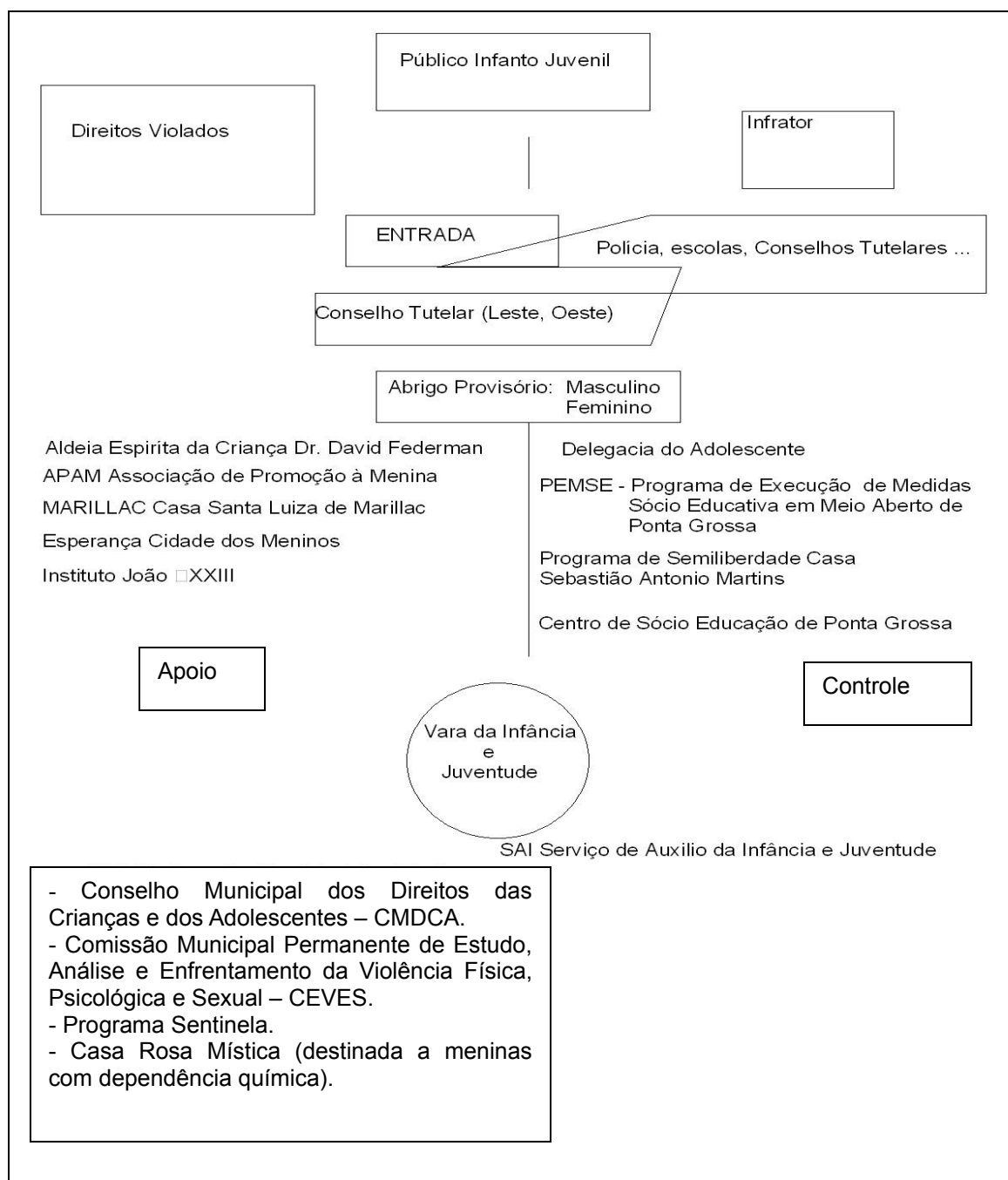
O trabalho de campo realizado junto aos pontos tradicionais de prostituição nos trouxe importantes evidências, a prostituição adulta que acompanhávamos apresenta certa organização da atividade como rotinas de horários, pontos e estratégias de ação. A exploração sexual comercial infantil não tinha o mesmo padrão, aparecia instável, fluída e fugaz. Aparentavam uma transitoriedade espacial, ora por serem expulsas dos pontos tradicionais por profissionais do sexo adultas que disputam clientes, ora por circularem pelas ruas constantemente atentas ao movimento de policiais e Conselhos Tutelares.

2.1 - A (re)construção do fenômeno no discurso institucional

Enquanto as abordagens diretas ao grupo focal eram realizadas infrutiferamente, iniciou-se, paralelamente, um trabalho em torno das instituições que de alguma forma estavam envolvidas com o fenômeno e contribuíam para o combate à exploração sexual comercial. As instituições compõem uma organização que pode ser visualizada na figura 03:

Figura 03: Fluxo de atendimento⁸ do público infante – juvenil em Ponta Grossa

– PR



Fonte: Levantamento de Campo – 2006. Org. NABOZNY, Almir – 2007.

8 O termo **atendimento** é usualmente utilizado pelos profissionais que atuam na rede de apoio de crianças e adolescente com direitos violados. E também é utilizado pelos profissionais que trabalham com adolescentes que cometeram algum ato infracional. Interessante é que o termo parece ter uma precedência mais mercadológica: “(De atender + imento) S.M.1. Ato ou efeito de atender. 2 Conjunto de atividades de uma agência de propaganda, relativas ao contrato com o cliente e ao acompanhamento da execução e veiculação de seus anúncios. 3 Prop. Setor da agência que executa o atendimento.” (FERREIRA, 1999, p.222).

O Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA), a Comissão Municipal Permanente de Estudo, Análise e Enfrentamento das Violências Físicas, Psicológicas e Sexuais (CEVES) e o Programa Sentinela foram instituições com as quais mantivemos contatos, no entanto, não aprofundamos a investigação por falta de dados. Uma ação mais intensiva foi realizada junto ao Conselho Tutelar Oeste e a Vara da Infância e Juventude, que prontamente abriram a possibilidade de investigação nos arquivos de processos de crianças e adolescentes, desde que obedecidas às exigências éticas com relação ao sigilo e forma de coleta de informações (ver documento de autorização, anexo 03). Este acesso aberto pelo promotor Carlos Alberto Baptista e juíza Noeli Salete Tavares Reback da Vara da Infância e Juventude, nos permitiu também manter contato com o Serviço de Auxílio à Infância e Juventude (SAI), que funciona no prédio do Fórum e tem um papel fundamental na instrumentalização das informações contidas nos processos analisados pelas autoridades da Vara da Infância e Juventude.

Entre as instituições que recebem crianças e adolescentes do sexo feminino em situação de risco social ou de vida foram selecionadas a Associação de Promoção à Menina (APAM)⁹, que atende meninas de seis a doze anos e a Casa Santa Luiza de Marillac, que abriga meninas de doze a dezoito anos.

É importante observar que para o acesso às casas de abrigo foi necessário também a expedição de autorização judicial e acompanhamento direto pelas assistentes sociais responsáveis. Toda e qualquer ação necessitava ser explicada e avaliada a priori pela assistente social, a fim de manter a proteção psicológica e emocional das meninas que fariam parte da pesquisa, assim como a

9 A APAM, conforme relato uma de suas fundadoras, foi criada no ano de 1986 justamente para atender meninas que eram prostituídas na PR 151. Relatou-se que na primeira intervenção realizada pela instituição naquele ano, foram identificadas quarenta e sete meninas em situação de prostituição.

autorização dos pais ou responsáveis como foi o caso do trabalho junto a APAM. Para acessar as meninas e conseguir com que elas se interessassem em colaborar com a pesquisa, foi necessário convencer várias pessoas da seriedade e responsabilidade social de que os pesquisadores do GETE estavam imbuídos, principalmente eu. Após esse lento processo é que tivemos a abertura para o trabalho direto com as meninas institucionalizadas.

Nos arquivos institucionais que investigamos mais pormenorizadamente, Conselho Tutelar Oeste¹⁰ e Vara da Infância, não havia registros de exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina expressos de forma direta. Os processos são organizados de forma analógica e precária seguindo a lógica do nome da criança e dos direitos violados¹¹. O que nos aparecia como registro principal eram outros tipos de direitos violados, sendo assim, foi necessário realizar um trabalho de leitura minuciosa dos processos a fim de encontrar vestígios de registros de exploração sexual comercial. Diante do tamanho dos arquivos e do perfil de organização adotado pelas instituições, levaríamos décadas para realizar o trabalho, já que não podíamos desprezar processos porque os registros de exploração sexual comercial nunca eram explícitos e esta percepção nos levou a outra importante pista: há uma invisibilidade do fenômeno na esfera institucional legal, mas não sabíamos muito bem como isso se produzia na rotina de registros jurídicos.

Enfim, no processo de aproximação dessas fontes documentais percebemos que as informações estão bastante dependentes da memória das pessoas responsáveis e que a prática de registro formal estava deficiente. A dependência dos

10 Por ter sido indicado pelos próprios conselheiros como o de maior ocorrência de exploração sexual comercial, bem como por corresponder às áreas de rodovias (ver apêndice E).

11 Os Conselhos Tutelares são obrigados a alimentar uma base de dados nacionais chamado de Sistema de Informação Para Infância e Adolescência (SIPIA). Entretanto, a plataforma não funciona para organização do trabalho dos Conselhos Tutelares na rotina cotidiana.

registros de memória das pessoas torna a base de dados bastante frágil. No caso do Conselho Tutelar, por exemplo, uma pessoa pode exercer um mandato de três anos com direito a uma reeleição, ou seja, depois de no máximo seis anos ocorre a perda de muitas informações.

Nas instituições que são mantidas pela Prefeitura Municipal, nossa jornada constatou o mesmo que Hamati (2006) havia evidenciado quando estudou a rede de atendimento a criança e adolescente vítima de violência em Ponta Grossa. As organizações gestadas pela municipalidade sofrem perdas de funcionários a cada quatro anos quando há troca do grupo político que ganha o pleito eleitoral e conquista o Estado. Esse fato, além de gerar perdas dos “arquivos-pessoas”, interrompe a execução de políticas de longo prazo.

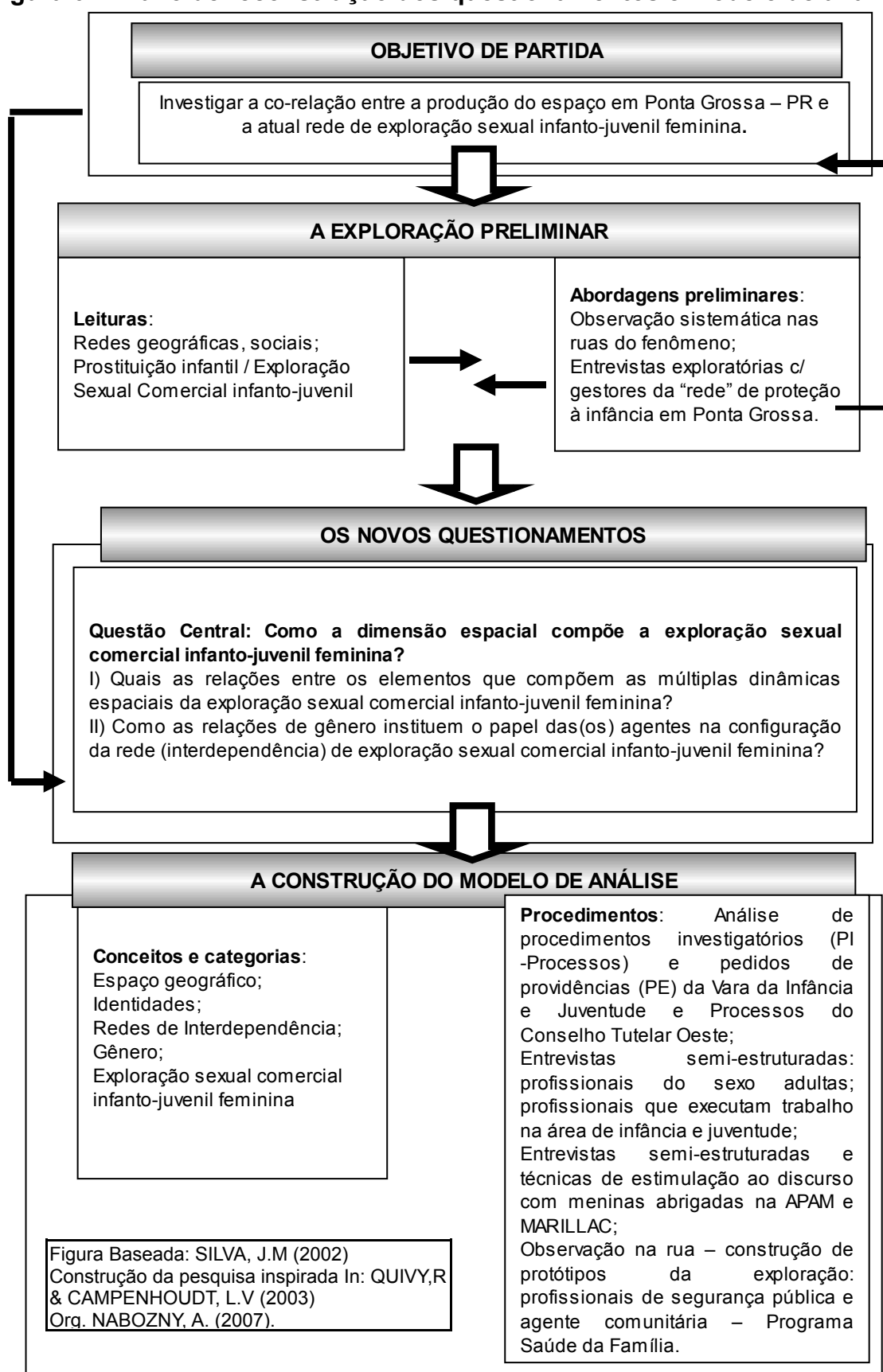
Todas estas limitações serviram para tomar posicionamentos frente ao processo de pesquisa que estávamos desenvolvendo. Primeiramente, tivemos que nos conformar com a impossibilidade de dimensionar estatisticamente os casos de exploração sexual comercial infanto-juvenil ou, ainda, definir um recorte grupal segundo características socioespaciais a priori, como tínhamos previsto. Enquanto, os estudos de Gomes *et al* (1999) e de Bontempo *et al* (1995) demonstram formas da exploração distintas em níveis regionais, em Ponta Grossa as pistas nos encaminharam para um fenômeno múltiplo e composto por várias escalas.

Os descaminhos, tanto em relação aos registros documentais quanto no acesso direto com as meninas nas ruas, nos levou a re-interpretar a questão central inicial. Havia uma persistência do fenômeno que era pouco documentado. Além disso, as poucas aproximações com o grupo focal nos levava a pensar que havia uma complexidade espacial embutida no fenômeno da exploração sexual comercial feminina e, assim, re-definimos a pergunta de partida para: como a dimensão

espacial compõe a exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina? Esta questão foi sistematizada nas seguintes sub-questões: quais as relações entre os elementos que compõem as múltiplas dinâmicas espaciais da exploração sexual comercial infanto-juvenil? Como as relações de gênero instituem o papel das(os) agentes na configuração da rede de exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina?

As questões redefinidas frente à exploração do campo tomaram novos sentidos conceituais que podem ser visualizados de modo sintético na figura 04:

Figura 04: Fluxo de reconstrução dos questionamentos e modelo de análise



Na questão central ficou claro que o espaço era ponto fundamental da ação do Estado via Conselho Tutelar, sendo assim, era importante compreender como o espaço compunha o fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil envolvendo, além do Estado, o grupo de meninas exploradas ou na tríade sociedade-meninas-Estado.

Santos (1980) afirma que o espaço geográfico é uma instância social, deste modo está contido em todas as relações que os seres humanos possam desempenhar e, ao mesmo tempo, condiciona essas relações. Assim, é um produto social bem como pré-condição de sua reprodução. Embora, o autor valorize a concepção de espaço para a condição de existência da sociedade, há em sua concepção uma noção reprodutivista que compromete o sentido de mudança social. Já Gottdiener (1993), ao atentar para produção social do espaço urbano, focaliza a análise na estrutura e na ação onde se destaca o espaço como um produto co-determinado processualmente na produção total de vida. As pessoas ao desenvolverem suas ações cotidianas também compõem o espaço produzido.

Tanto Santos (1980) como Gottdiener (1993) escoram suas definições de espaço ancoradas no ideário marxista, ou seja, com sustentação no paradigma do materialismo histórico-dialético. Para Corrêa (1995) essa vertente tem como fundamento a *formação espacial* em que espaço e sociedade só são inteligíveis enquanto par indissociável. Mais recentemente, Santos (1996), refinando a sua idéia de fixos e fluxos, refere-se ao espaço geográfico como um inter-relacionado sistema de objetos e ações. As ações (seres humanos, instituições, empresas) criam, dão forma e significado aos objetos. Numa linha fenomenológica, Duarte & Matias (2005) referem-se ao espaço enquanto um fenômeno o qual temos que “percebê-lo como objeto de manifestação do seu(s) sentido(s) e como estrutura que reúne existência e

significação, homem e mundo” (DUARTE & MATIAS, 2005. p.191).

Sintetizemos as conceituações de espaço geográfico ressaltando como pontos comuns: a estrutura, o processo de produção, condição e reflexo da ação social. Ao mesmo tempo, enquanto instância social, está contido e contém de forma processual todas as relações sociais. Conforme afirma Gonçalves é:

preciso considerar que cada sociedade é, antes de tudo, um modo próprio de estar-junto (proxemia) o que implica, sempre, que toda sociedade ao se instituir enquanto tal o faz construindo o seu-espaço não cabendo, pois, uma separação entre o social e o geográfico, separação esta que, num segundo momento lógico, serve para estabelecer uma relação de causalidade seja da sociedade para o espaço (sociologismo), seja do espaço para a sociedade (espacismo, geografismo). O ser social é indissociável do estar. A sociedade no seu devir histórico¹² não é a-geográfica. (GONÇALVES, 2002, p.229)

O espaço é componente central do fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina. O sentido atribuído ao espaço é aquele possível de ser vivido de forma diferente pelos grupos sociais e, assim, cada um tece os múltiplos textos urbanos componentes da realidade construída em campos contratuais – intertextuais, assim como argumenta Duncan (2004).

O sentido que uma sociedade dá à sua relação com o espaço é uma preocupação de Berque (2004) ao construir a representação racional da paisagem enquanto marca e matriz. A paisagem exprime concretamente a relação sócio-espacial produzida, reproduzida e transformada por um sujeito social. As vivências

12 Conforme o historiador Cardoso (1998) “É provável que a noção de espaço tenha sido percebida pelos seres humanos antes da de tempo. As línguas mais antigas que nos deixaram documentos - o sumério, o egípcio, o acádio e outros idiomas semíticos antigos - tendem a espacializar o tempo” (CARDOSO, 1998, p.07). Por outro lado, Massey (2007) brilhantemente demonstra como a modernidade tratou de inverter a relação temporalizando o(s) espaço(s): “Mais evidentemente, a versão padrão da estória da modernidade – como uma narrativa de progresso emanando da Europa – representa uma vitória discursiva do tempo sobre o espaço. Isto quer dizer que diferenças que são verdadeiramente espaciais são interpretadas como sendo diferenças em desenvolvimento temporal – diferenças no estágio do progresso alcançado. Diferenças espaciais são reconvocadas como uma sequência temporal.” (MASSEY, 2007, p.146).

dos textos urbanos são significadas distintamente pelos grupos, conforme Duncan (2004). Entretanto, o olhar do sujeito é co-integrante do espaço, em que os sentidos são mediados pela expressão da teia de relações em sociedade, sendo esta freqüentemente redesenhada, fluída e híbrida.

Nas relações entre o agente e o mundo, não é somente a percepção que viabiliza a mediação, mas todos os modos de ações em que o indivíduo é situado no seio de uma cultura no seu estar-junto espacial, muito embora o sentido nunca seja exatamente o mesmo para cada indivíduo (BERQUE, 2004). O espaço geográfico na sua dimensão concreta comporta significado enquanto produto social, esse é representado por sujeitos que lhe atribuem sentidos a partir de sua significação social, formada em seus círculos de intersubjetividades, na sua conformação identitária de grupo.

O espaço geográfico é complexo e multi-dimensional. Envolve o concreto, o representado, e o sonhado em relações processuais. Dessa forma, os agentes sociais não estão espacializados a partir de variáveis geografizadas, mas sim performam um espaço paradoxal nas palavras de Rose¹³ (1993), oscilando nessa teia de dimensões entre centro e margem nas configurações de poder. As posições nunca são estáticas, estão em constante movimento.

Juntamente com a reconstrução da questão central e o posicionamento teórico em conluio à Duncan (2004) e Rose (1993), salientamos o espaço enquanto co-formador das identidades das meninas em situação de prostituição. Tal qual

13 Alertamos que Rose (1993) trabalha com a idéia de diferenciações internas ao território, em que num espaço apropriado por relações de poder - masculino, co-existe o feminino tensionando o centro da ordem estabelecida. Rose (1993) está interessada em uma construção conceitual que dê visibilidade ao feminino, que segundo ela é impossível a partir da leitura territorial masculina entre insider e outsider. Dessa forma a discussão que fazemos acima, tendo a autora como referencia está, de certo modo transubstanciada por nós.

considerado por geógrafas feministas¹⁴ como Rose (1993), McDowell (1999) e Silva (2005), consideramos o espaço enquanto ativo nas construções identitárias de gênero.

Nosso realce é que as meninas prostituídas constituem uma posição de tensionamento com o discurso posto pelo poder hegemônico da sociedade civil e do Estado. Isso se deve ao fato de que as pessoas vivem concretamente em diferentes espaços / tempos e isso produz atos que são constantemente ressignificados. Os processos movidos pelo aparato estatal nos levaram a conceber que o poder é assimétrico, mas não totalizante. As identidades e as noções de adolescência e infância são constantemente significadas através das redes de interdependências formadas em torno do fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina.

A subquestão relacionada às dinâmicas espaciais passou a ser considerada como uma busca que se estruturava para além de um único padrão. Havia, com certeza, uma complexidade a ser investigada. Nesse momento da pesquisa já tínhamos pistas suficientes para saber que as dinâmicas espaciais eram múltiplas. O sentido tomado pela questão da dinâmica espacial foi sua associação às redes de configuração de pessoas unidas em torno do fenômeno, nos termos de Elias (1994a), e, sendo assim, deveriam ser investigadas para além da relação menina / explorada – cliente / explorador.

As redes de interdependência em sua dimensão espacial são passíveis de serem analisadas por inúmeros aspectos que compõem a vida social, permanentemente tensionados por relações de forças assimétricas. Assim, a

14 Fora da “Geografia de gênero” trabalhos como de Haesbaert (1999), Claval (1999a,1999b), Bonnemaïson (2002), Le Bossé (2004) ressaltam a importância do espaço na formação das identidades sociais, mais precisamente referenciando às identidades territoriais.

interdependência se viabiliza relacionando processos micros e macros que vão costurando o tecido social, construindo sociedade e espaço num incessante mecanismo de ação-estrutura-ação. Porém, o estudo de um aspecto da realidade implica a seleção de alguns atributos. As características das teias que ligam os sujeitos em redes de interdependência são aqui recortadas para construir a inteligibilidade do fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil feminina composta por elementos de gênero, das fases de vida e das características sócioespaciais contratuais com, fazendo o que se visa conhecer.

As considerações de gênero, são aqui tomadas como uma produção cotidiana. Os papéis sociais do sexo, do desejo e das práticas sexuais, ou seja, as representações de gênero, são viabilizadas através das relações sociais do dia-a-dia. Portanto, mantidas por práticas de relações processuais contraditórias e complementares, de interiorização e socialização. Dessa forma, “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2003, p.48).

Para Butler (2003), a ordem compulsória que instaura a vida cotidiana nunca é reproduzida numa situação dual e oposicional entre dominantes e dominados. A ordem é vivida em permanente tensão e instabilidade e, nesse processo, é re-inventada, reposicionando sujeitos nos feixes de relações para utilizar os termos de Foucault (2006).

O conceito de gênero é adotado como conceito representação e, nesse sentido, pauta as experiências cotidianas da vida social e individual. Por ser uma representação, o ideal de gênero nunca é vivido em sua plenitude. É na vivência diária que os sentidos de seu conteúdo se transformam em algo novo, totalmente

diferente ou mantém elementos de permanência. A postura aqui adotada é de considerar o conceito de gênero de forma desconstrucionista, que reconhece a organização binária do mundo ocidental moderno entre homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, passivo/ativo, mas, questiona a pretensa naturalização desta mesma ordem, trazendo elementos que desestabilizam a organização oposicional destes mesmos pólos. Para nós “ o corpo é uma construção social, não podemos compreendê-lo fora do âmbito das forças que giram em torno dele e constroem” (HARVEY,2004, p.31).

As relações de poder que compõem a rede de interdependência que sustenta o fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil são claras quando se mapeiam as diferenças entre os agentes em relação e suas características sócioespaciais. Entretanto, a tensão não se dá entre dominantes e dominados, como argumenta Foucault (2006, p. 103) “o poder está em toda parte, não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”.

Nesse sentido, é importante marcar a multiplicidade de co-relações de forças e, para todo o poder há o contra-poder. A posição adotada é a de que as meninas quando optam por se prostituir, o fazem por vontade própria, mas sob determinados constrangimentos de atendimento de necessidades colocadas pela sociedade capitalista ocidental.

A exploração sexual comercial infanto-juvenil desempenhada pelo homem adulto, maduro, talvez seja a única forma de resistência das meninas prostituídas à exclusão que a sociedade tem imposto às periferias pobres. Todo poder almeja um alvo-objetivo e não pode existir senão por resistências, sendo que de acordo com Foucault (2006):

É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e sustentam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais (FOUCAULT, 2006.p.107).

O direcionamento teórico re-organizado juntamente com os novos questionamentos é fruto da mediação dos pressupostos iniciais e o trabalho de campo realizado de forma crítica e consciente. Os questionamentos não são filhos órfãos do empirismo, mas consubstanciados pela teoria apoiada nos conceitos de espaço, rede de interdependência, gênero, identidades e poder.

Dessa forma, após a interiorização do conhecimento gerado pelos limites encontrados e da re-organização dos questionamentos de pesquisa, optamos por outras frentes de investigação que são complementares na compreensão do fenômeno investigado e na validação metodológica. Foram explorados os processos constantes na Vara da Infância e da Adolescência (Procedimentos Investigatórios e Pedidos de Providências) da Comarca de Ponta Grossa, os registros de ocorrências do Conselho Tutelar Oeste (ver roteiro apêndice A), após 1990 e foram ainda realizadas investigações junto às crianças e adolescentes institucionalizadas em abrigos através de técnicas de abordagem de expressão corporal e visual, e entrevistas semi-estruturadas.

Com as dificuldades documentais que enfrentamos e, em contrapartida, à certeza da existência do fenômeno, presenciado nas observações de campo e cotidianamente nos espaços de pobreza, optamos por incluir os depoimentos de assistentes sociais que realizavam as sindicâncias para instrumentar os processos da Vara da Infância através do Serviço de Auxílio à Infância e Juventude (SAI).

Mesmo que a denúncia não tivesse o teor da exploração sexual comercial, estas pessoas detectavam sua existência e registravam no processo de forma paralela ou, muitas vezes, a negligenciava documentalmente, mas não em sua memória. Com base nessas pistas recorreremos aos arquivos do Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativa em Meio Aberto de Ponta Grossa (PEMSE), num primeiro momento, não era um órgão a ser incluso na pesquisa por ter como objetivo executar medidas com jovens infratores. Entretanto, as ocorrências não eram lineares, ou seja, existia um entrecruzamento de fatores como uso de drogas, pequenos furtos e a exploração sexual. Abriam-se novas alternativas de pesquisa, já que estávamos convencidos de que a falta de visibilidade do fenômeno no Estado não correspondia à realidade de campo que explorávamos.

Destarte, foram levantados os processos oriundos do resgate da memória das assistentes sociais do Conselho Tutelar Oeste, do Serviço da Infância e Juventude, do PEMSE e das Instituições de Abrigo Casa Santa Luiza de Marillac e Associação de Promoção à Menina (APAM). De posse dos nomes das crianças e adolescentes envolvidas nos casos rememorados, foi realizado então o levantamento nos arquivos da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Ponta Grossa e pudemos proceder à análise dos processos gerados.

Foram vinte e nove processos analisados dos quais, quinze provenientes de indicações do Conselho Tutelar Oeste, nove oriundos do PEMSE e cinco processos de meninas institucionalizadas em abrigos. Com exceção a esses últimos, os demais vinte e quatro, haviam sido apontados por Conselheiros Tutelares ou pela Assistência Social do PEMSE e do SAI como casos em que havia suspeita de exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina.

Para cercarmos a pesquisa por outro ângulo, optou-se por realizar um

trabalho de investigação com adolescentes abrigadas na Casa Santa Luiza de Marillac e também duas meninas que freqüentavam o contra-turno escolar na Associação de Promoção a Menina. Essas duas jovens possuíam históricos de exploração sexual comercial registrado nos arquivos do Conselho Tutelar Oeste (ver apêndice D).

Assim, as meninas que protagonizaram esta pesquisa, resgatadas dos arquivos institucionais, das memórias dos agentes de Estado e das casas de abrigo estão relacionadas no quadro que se segue.

Quadro 02: Perfil das meninas protagonistas da pesquisa

Nome (fictício) ¹⁵	*Idade / Anos	Irmãos envolvidos no processo	Uso de drogas	Moradora de áreas de baixa renda ⁺	Motivo da Primeira notificação
Anastácia	16	não	sim	sim	E.S.C.I.J [#]
Aglaura	16	não	sem informação	sim	E.S.C.I.J
Lalage	10	Não	sim	sim	Erotização precoce
Otávia	12	sim	sem informação	sim	Desobediência
Ercília	12	sim	sim	sim	Desobediência
Bauci	14	sim	sem informação	sim	Desobediência
Dorotéia	17	sim	sem informação	sim	E.S.C.I.J
Eutrópia	13	não	sim	não	Falta a escola
Leandra	09	não	sim	sim	Desobediência
Zemrude	15	sim	sim	sim	Uso de drogas
Melânia	14	não	sim	sim	Desobediência
Esmeraldina	15	não	sem informação	sim	Desobediência e localização em local indevido
Zaíra	05	sim	sim	sim	Desobediência
Despina	12	sim	sim	sim	Não consta
Tamara	08	sim	sem informação	sim	E.S.C.I.J
Zobeide	14	não	sem informação	não	Prática de agressão

¹⁵ Esses nomes são todos fictícios, referendados na obra de Italo Calvino (2002). Assim, como para outros nomes citados em processos. Sempre que aparecer o mesmo nome, é a mesma pessoa a que nos referimos, assim o indivíduo ganha visibilidade a partir de seus contextos socioespaciais narrados. Maiores detalhes ver apêndice F.

Continuação da página anterior					
Ipásia	14	não	sim	sim	Localização em local indevido
Fílida	14	não	sim	sim	Uso de drogas
Eufrásia	13	sim	sim	sim	Prática de Furto
Odila	16	sim	sim	não	Uso de drogas
Margara	14	sim	sim	Sim	Prática de agressão
Getúlia	13	não	sem informação	sim	Prática de Furto
Pirra	14	não	sim	sim	Prática de Furto
Zora	15	não	sem informação	sim	Danos ao patrimônio
Adelma	13	sim	sim	não	Localização em local indevido
Eudóxia	13	Não	sem inf.	não	Desobediência
Moriana	13	sim	suspeito	sim	Sem condições materiais de manter-se
Clarisse	12	sim	sem informação	sim	Sem condições materiais de manter-se
Sofrônia	10	não	sem informação	sim	Sem condições materiais de manter-se
Juntamente com as meninas entrevistadas na Casa Santa Luiza de Marillac e Associação de Promoção à Menina (APAM). Olívia - 15 anos, Cloé – 16 anos, Valdrada- 15 anos, Armila – 16 anos, Isaura – 15 anos, Maurília – 11 anos e Sofrônia entrevistada e presente nos processos.					

* Foi considerada a idade da primeira notificação da menina. E a idade do dia da entrevista. Com relação as meninas das Instituições Marillac e APAM.

* De acordo com figura 06, baseada no Censo Demográfico (IBGE,2000 (2002))

E.S.C.I.J – Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil.

Para acessar nossas fontes privilegiadas, as meninas, realizamos um lento trabalho de aproximação a fim de ganhar a confiança das meninas e demonstrar nosso respeito por elas. Inicialmente foram feitas várias oficinas sobre valorização do corpo, leitura de jornais, debates de filmes, elaboração de artesanatos, entre outras atividades. Além disso, também estávamos inseguros e precisávamos amadurecer a relação o suficiente, já que não queríamos nos transformar em mais um elemento de exploração das meninas, forçando-as a rememorar suas dores e situações que podiam desencadear emoções diversas.

Depois de muitas atividades, todos já se sentiam à vontade, as risadas,

piadas, gestos afetivos já eram naturais entre as meninas e o grupo de pesquisadores. Foi realizada então a atividade básica que daria suporte às entrevistas semi-estruturadas. Em conjunto, as meninas criaram três painéis utilizando gravuras de revistas diversas a partir dos seguintes eixos temáticos: família, amor / sexo e cidade / vila / rua. Os painéis criados passaram a serem as figuras pictóricas referentes para acionar os discursos durante as entrevistas semi-estruturadas. A atividade foi desenvolvida pelas meninas voluntárias. Do total de dez meninas, cinco da Marillac e duas da APAM decidiram participar da atividade que consistia em criar uma personagem e falar sobre aspectos da vida a partir dos três painéis (ver anexo 02) de forma individual e privada.

Apesar da aproximação e das conquistas realizadas, eu pesquisador / homem não consegui obter elementos suficientes já que esta atividade abordava elementos da sexualidade das meninas sobre os quais elas resistiam em revelar para uma figura masculina. Assim, como temos a prática de trabalhar em conjunto no GETE, esta dificuldade foi vencida pela ação de duas figuras femininas em relação às quais as meninas se sentiam mais à vontade para expressar seus sentimentos e desejos, a Andrea (minha namorada, sempre presente em todas as atividades) e a Joseli (componente do GETE). Ao projetar o personagem criado, elas revelavam práticas e valores que jamais pudemos captar nos processos e que agora fundamentam nossos argumentos.

O desenvolvimento desta etapa de trabalho foi, ao nosso ver, a mais difícil, rica e emocionante. Findamos esta fase com uma sensação de vitória por ter vencido tantos limites encontrados até então, de satisfação por ter realizado um trabalho sério e ético tão bem compreendido e aceito pelas meninas e de felicidade porque constatamos durante esse convívio que, apesar da presença de tanto

sofrimento em suas vidas, as meninas são incrivelmente inteligentes, críticas e talentosas, conforme demonstravam nas atividades que fazíamos, bem como em posicionamentos críticos quando da realização das entrevistas. Mas, acima de tudo, o maior registro na sensibilidade do grupo foi o aprendizado que obtivemos da convivência com elas e a certeza do quanto nós, e a sociedade num todo, temos uma dívida a ser resgatada oportunizando-lhes a vivência da infância e adolescência em sua plenitude.

Enfim, os procedimentos de pesquisa haviam se completado em relação às fontes. Foram adotadas várias linhas procedimentais como as entrevistas com profissionais que trabalham com público infanto-juvenil (ver roteiro apêndice C), entrevistas com as profissionais do sexo femininas adultas, que começaram na prostituição ainda adolescência, e as atividades realizadas com as meninas abrigadas. A análise documental girou em torno dos processos do Conselho Tutelar Oeste, Vara da Infância e Juventude e PEMSE. Esses procedimentos tomados em conjunto constituíram a triangulação metodológica. A triangulação é um recurso para a resolução do problema da validade científica, constituindo na utilização combinatória de diferentes técnicas e fontes a fim de fortalecer as interpretações, tal qual defende Jovchelovitch (2000) na área da psicologia social. Todavia, inscrevemos essa pesquisa no campo qualitativo do ponto de vista da abordagem, entretanto explicativa no que tange seus objetivos.

Nessa configuração, este capítulo explorou a trajetória de pesquisa realizada a fim de compartilhar com outros pesquisadores um caminho que foi constantemente reconstruído pelo olhar crítico e consciente dos objetivos que se buscavam atingir com esta investigação. Dar visibilidade aos aspectos difusos e peças dispersas aparentemente sem lógica, foi um grande desafio o qual constituiu as bases dos

argumentos que sustentam as páginas da dissertação que se segue. Afinal, o conhecimento produzido é mais uma representação e criação da realidade inacessível em sua totalidade e, quem sabe, reconstruída por futuras pesquisas.

II – O ESPAÇO COTIDIANO DAS PROTAGONISTAS DO FENÔMENO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL E AS CONTRADIÇÕES DA REGULAÇÃO CONCEBIDA PELO ESTADO

a experiência corporal muda com a idade e com o sexo, apresentando-se a necessidade de explorar as geografias dos meninos (a), das mulheres e dos velhos (a). (CLAVAL, 2002a.p.23)

Metade do que sou inventei na infância;
a outra metade a infância tratou de inventar (CARPINEJAR,2002.p.48)

Esse capítulo tem por objetivo problematizar o espaço cotidiano das protagonistas da pesquisa em tela tanto do ponto de vista da materialidade estrutural quanto da conformação de seus grupos de pertença identitária. Para tanto, destacamos aquilo que chamamos de *família paradigmática* como importante incursão efetivada em torno de um grupo familiar. Também faz parte da pauta desse capítulo a construção social da concepção de infância e adolescência, abordando as agendas do Estado brasileiro, tomado no âmbito da instituição de uma sociedade capitalista de classes. Do espaço cotidiano das protagonistas à escala de Estado, fundamentam-se nesse capítulo as contradições entre a exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina e a tentativa de regulação do fenômeno empreendida pelo Estado.

No fio condutor de pesquisa, o espaço geográfico é central, pois é um elemento ativo na composição do fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina. O *espaço* é vivido cotidianamente de forma diferente pelos grupos sociais que, não são tomados como completamente homogêneos, mas podem ser construídos por distinções de gênero, etnia, classes, faixas etárias e de renda. A partir de cada diferença, pode-se encontrar as mais diversas formas de sociabilidade, comunicação, valores e espacialidades.

Gomes (1996) ressalva que as relações singulares ou de grupos, entre outros aspectos, foram majoritariamente escamoteadas da análise geográfica nas leituras que tiveram como óculos apreensivos de realidade a obsessão pela racionalidade. Entretanto, as valorizações das características de singularidades já estavam dispostas na ciência, ainda que numa posição marginal.

A experiência vivida através do espaço geográfico será sempre um objeto de comunicação com a pluralidade de agentes em que transitam os sentidos da experiência. Claval (2002b) evidencia que a Geografia ignorou por muito tempo o papel da comunicação e das representações na relação entre os seres humanos intermediado pelo espaço. A disseminação de mensagens e a difusão de conhecimentos são questões referentes à comunicação e possuem como mecanismos os signos e os sinais. Para Claval (2002b), antes de entendermos os processos culturais, devemos compreender as relações interpessoais nos jogos de comunicação entre os agentes e o social. Interessante neste contexto interpessoal-geográfico é a idéia de intersubjetividade discutida na fenomenologia pura. A nossa identidade depende da comunicabilidade. A identidade é de grupo, contrariamente às ideologias individualistas de cunho neoliberal. Ao enfocar os grupos, valorizamos a pluralidade. É neste sentido que evidenciamos as diferenças etárias e de gênero como importantes aspectos diferenciais. Ambos são consubstanciados aos universos de significações do espaço geográfico numa relação escalar de cotidianidade.

As experiências de gênero se operam em contextos histórico-geográficos. Entretanto, a abordagem fenomenológica pressupõe uma relação espaço-agente em que o pesquisador geógrafo exercita o seu olhar geográfico no encontro com outro agente. Aqui nos distanciamos da abordagem fenomenológica, muito embora

trazendo dessa perspectiva as questões de intersubjetividades e a problematização do agente-pesquisador e seu agente-objeto. Nosso posicionamento converge em Claval (2005), que argumenta que devemos passar dessa posição para “olhar o olhar do outro” sobre o espaço geográfico. Ou seja, os contextos existentes no espaço-tempo que vão compor as decisões dos atores no jogo social.

As idéias de Elias (1994a) são adotadas nesse trabalho porque acreditamos que as crianças e adolescentes apreendem a vida no processo com os outros, em especial os adultos. Quando chega ao mundo, a criança passa por longo processo de apreensão social, cultural e espacial até chegar à fase adulta. Os indivíduos formam a sociedade que, por sua vez, forma os indivíduos numa correlação processual. Elias (1994b), que concebe essa relação de forma inventiva, negando a relação reprodutivista de causa e efeito. A ligação entre indivíduo e sociedade é complexa. O autor defende que não há possibilidade de compreender o todo pelo isolamento de suas partes. Logo, as partes não explicam o todo porque estarão destituídas de uma instância mediadora que é a relação. Ou seja:

Não há dúvida de que cada ser humano é criado por outros que existiam antes dele; sem dúvida, ele cresce e vive como parte de uma associação de pessoas, de um todo social – seja este qual for. Mas isso não significa nem que o indivíduo seja menos importante que a sociedade, nem que ele seja um “meio” e a sociedade, o “fim”. A relação entre a parte e o todo é uma certa forma de relacionamento, nada mais, e como tal, sem dúvida, já é bastante problemática. Em certas condições, pode ser vinculada à relação entre os meios e o fim, mas não lhe é idêntica; inúmeras vezes, uma forma de relação não tem a mínima ligação com a outra (ELIAS, 1994b. p.19).

Em a “Poética do Espaço”, Bachelard (1996) nos chama atenção para o fato de que a percepção, a imaginação e as sensibilidades humanas são transmitidas pela comunicação espacial desde os primeiros momentos de vida do indivíduo. A relação espacial entre a sociedade, família e contexto de socialização é transmitida

como uma herança na primeira infância até os sete anos. O que se comunica é cultura que media a relação entre indivíduo - sociedade e natureza, desde as bases combinatórias da matéria à matéria humanizada.

É no período da primeira infância que, segundo Claval (1999c), evidencia-se o desabrochar de uma das buscas da vida: o sentido. Idéia aplicada no singular. A família exerce um papel essencial na temporalidade, é quando acontece

O despertar de todos os sentidos (que) permite explorar o meio: ver e reconhecer as pessoas e os objetos, o acessível e o longínquo, distinguir os odores, os gostos mais ou menos agradáveis, o quente, o frio, o macio e o rugoso, escutar as vozes e identificar os barulhos (CLAVAL, 1999c, p.64).

Portanto, há uma inter-relação entre agente criança e sociedade na qual se compõe o espaço geográfico e os próprios agentes num processo relacional, criativo e receptivo.

Em especial na segunda fase de infância, a partir dos sete a oito anos de idade, é que se efetiva o aprendizado das atitudes sociais, o comportar-se sociológico. Para Claval (1999c), nesse momento que se faz necessário interiorizar e respeitar os papéis sociais de gênero, as construções culturais de sociedade e as convenções espaciais, pois não são universais. Claval (1999a) chama atenção para a compreensão em Geografia Cultural de como os sistemas de valores se traduzem nas articulações específicas do social, o que chamamos de especificidades histórico-geográficas.

A abordagem do fenômeno das práticas sexuais comerciais envolvendo crianças e jovens menores de dezoito anos com pessoas adultas são aqui consideradas uma exploração. A análise deve contextualizar outros elementos que compõem as relações de força entre os agentes a serem considerados. As

condições econômicas às necessidades materiais, as construções identitárias entre os seus e os outros e os interesses para efetivar as trocas sexuais comerciais desiguais.

Para este trabalho, considera-se a exploração numa relação de duplo vínculo, nas quais as agentes envolvidas possuem ganhos e perdas relacionais. O importante é compreender o resultado do tensionamento dos jogos de poder. E é nessa resultante que devem ser lidas as condições de exploração. No caso do fenômeno aqui investigado da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina, que se dá na multiplicidade espacial, porque é vivido cotidianamente por diferentes grupos que constituem diferentes textos urbanos. Pois, tal como argumenta Duncan (2004), denotam-se “intertextualidades” que simplificadamente são as inter-relações de textos que se entrecruzam, instituintes e instituídos da “cidade-texto”.

O texto hegemônico institui o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, que ao vivenciarem o texto hegemônico, inventam também o próprio texto, tecendo sua vida cotidiana que pode resistir, legitimar, subverter ou alimentar o texto hegemônico.

A sociedade brasileira instituiu um aparato normativo legal que concebe as crianças e adolescentes como sujeitos com direito sociais e que prescreve uma série de parâmetros os quais identificam a infância, a adolescência e o conteúdo legítimo da existência humana em cada fase da vida. Entretanto, as práticas cotidianas de nossa sociedade não correspondem aos ideais criados. E é nesse descompasso contraditório que surgem combinações das mais variadas.

Assim, um mesmo conceito muda de conteúdo, temporal e espacialmente. A vivência da infância e adolescência se compõem de elementos da ordem hegemônica mas também das práticas cotidianas tecidas pelos universos simbólicos

de pertença identitária de cada pessoa ou grupo social. Portanto, é nesse tenso jogo que re-inventamos as vivências pessoais e concebemos o que é ser criança ou adolescente, já que é impossível que todos tenham a mesma compreensão dos significados e práticas que lhes são correspondentes. Deste modo, é na invenção cotidiana que surge o novo. Mas o novo não é *necessariamente* positivo, mas *necessário*.

1- O Espaço Cotidiano das Protagonistas do Fenômeno da Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil Feminina

A compreensão do fenômeno da exploração sexual comercial implica em contemplar diferentes versões sobre ele. Neste subcapítulo resgatamos um caso que está presente há quatorze anos nas instituições estatais que consideramos paradigmático para análise do fenômeno. Longe de querer reduzir as ricas vivências de inúmeras meninas que vivem a exploração sexual comercial à um único perfil, tomamos este caso como base porque ele contém elementos, presentes em vários outros. E porque pudemos compor várias peças do caso reunindo informações de diferentes fontes o que torna a análise mais consistente. A reconstituição da trajetória da família paradigmática é realizada com base nos processos do Conselho Tutelar Oeste e da Vara de Família e também em entrevistas com as meninas da família, assistentes sociais que acompanharam o caso e visitas ao bar da avó da família em questão.

1.1 – Uma família protagonizada entre auto descrição e supervisão

Quando criança,
eu apanhava muito ...
Mas, mesmo assim,
sempre roubava flores
para ela, minha mãe.
(GADELHA, 1991. s/p)

Perda da honra e virgindade, gravidez antes do casamento, não cumprimento da moralidade higienista instituída configuram-se nas “meninas perdidas”. Esteves (1989) em seu livro “Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*”, constrói tendo como fonte de pesquisa os autos e processos judiciais, as vivências sexuais de mulheres pobres no Rio de Janeiro que adentrarão o século XX. Em meio a diversos processos, a autora tece uma narrativa em torno de um “caso de amor” registrado nos autos em que aparecem diversos aspectos vividos comuns aos outros processos. A autora utiliza uma espécie de registro de síntese que inspira também o procedimento adotado nesta pesquisa.

Na nossa investigação em genealogia resgatada da família paradigmática, a primeira geração que aparece nos processos é uma matriarca, dona de um bar. Essa senhora recebe com frequência em seu estabelecimento a visita de policiais e conselheiros tutelares, os quais vão checar denúncias de prostituição, ou melhor, de trocas sexuais comerciais envolvendo meninas, sobretudo suas netas. A filha mais velha dessa senhora às vezes também frequenta o estabelecimento para realizar alguns programas ou mesmo para ajudar no atendimento dos fregueses no balcão, já que sua mãe tem idade avançada e debilitado estado de saúde¹⁶.

¹⁶ Em visitas ao estabelecimento, utilizando-nos da estratégia da distribuição de preservativos e orientação sobre doenças sexualmente transmissíveis, pudemos comprovar as precárias condições de saúde da dona do estabelecimento, assim como constituir as relações familiares que compõem o caso.

A filha da senhora dona do bar será aqui nomeada de Fedora. E é mãe de oito meninas e amasiada com um ex-caminhoneiro, que segundo consta nos relatórios oficiais, está impossibilitado de exercer a sua profissão por problemas de saúde. Este senhor, aqui nomeado de Kamenfu, vive da venda de verduras, mais propriamente, da renda obtida pelas filhas e amásia, haja vista que seus recursos têm como principal destino a troca por bebidas alcoólicas, ficando insuficientes.

Conforme relato da própria senhora Fedora, genitora da família em tela, ela vive amasiada há cerca de trinta anos, experienciando de um tumultuado relacionamento com Kamenfu, consumidor assíduo de bebidas alcoólicas, além de violento e ciumento. A senhora Fedora conta que teve doze gestações, das quais resultam oito filhos vivos e quatro falecidos. Dois filhos são fruto do primeiro casamento e moram com o pai, os demais são do atual companheiro. Além de Fedora se prostituir no bar da mãe, conforme já mencionamos, ela contrata programas em bares próximos a Rodovia PR-151.

As filhas¹⁷ da senhora Fedora, Tamara (16 anos), Zaíra (13 anos), Isaura (10 anos) e Maurília (7 anos) tiveram diversas passagens pelos órgãos públicos de defesa dos direitos das crianças por vários motivos como vítimas de agressão física de seus pais, denúncias de estarem sendo prostituídas, mendicância, trabalho infantil, entre outros direitos violados. Foram, por fim, institucionalizadas, ou seja, o Estado retirou da família a tutela das meninas e as colocou em instituições de abrigo por diversas vezes.

A família paradigmática protagonizou um caso de abuso sexual denunciado pela Associação de Moradores da vila onde reside:

¹⁷ No relatório de 2002 do Conselho Tutelar Oeste, em Ponta Grossa, consta a idade de algumas das filhas da senhora Fedora. Assim, atualmente, pelo menos duas delas têm mais de dezoito anos. Contudo, vamos nos ater em suas experiências enquanto crianças e adolescentes registrados nos relatórios institucionais analisados.

No dia 06/02/2002, estivemos na Associação dos Moradores da Vila Zoé e contatamos com alguns moradores da vila, que nos informaram sobre a Família Paradigmática, confirmando a denúncia de mendicância, exploração sexual e de trabalho infantil em que as filhas, crianças e adolescentes, eram vítimas. Bem como, soubemos que a casa da avó é um bar de prostituição e que abriga adolescentes lá e ainda que a mãe, Sra. Fedora, é conhecida como Zenóbia, nos pontos de prostituição (bares, lanchonetes, na BR, etc.). A presidente da Associação dos Moradores, Sra. Eufêmia, nos informou que a comunidade vinha denunciando, já há algum tempo, o caso de abuso sexual por parte do “Sr. Marco” às Meninas Paradigmáticas e outras, para as autoridades competentes e, quando estes chegavam para averiguar, não havia flagrante da situação e assim foi perdurando o caso até que os moradores tomaram uma atitude, deram o flagrante e chamaram os órgãos responsáveis (Polícia Militar e Conselho Tutelar) para as providências cabíveis. (Extraído Relatório do CONSELHO TUTELAR OESTE, Ponta Grossa)

As meninas, Isaura e Maurília, foram ouvidas pelo Conselho Tutelar separadas da mãe e relataram sobre as experiências que deram origem à denúncia. Na versão das meninas, havia um senhor, aqui chamado de Sr. Marco, que as abrigava quando o pai, irritado com as filhas que não lhe traziam o dinheiro da venda de verduras, não permitia que elas entrassem em casa. Elas freqüentavam a casa desse senhor que lhes “dava” dinheiro, de cinquenta centavos a quatro reais, para que elas pegassem em seu órgão genital e permitissem que ele visse suas genitálias. Maurília alega em seu depoimento que o referido senhor pagou para que Isaura fizesse sexo oral e para que Zaíra e Tamara, suas irmãs mais velhas, mantivessem relações sexuais completas.

Zaíra, por sua vez, relatou que, no mesmo dia em que havia “perdido a virgindade” com o namorado, sua mãe perdeu o emprego. Nessa ocasião o Sr. Marco ofereceu trinta reais para que eles “brincassem”. E acabaram mantendo uma relação sexual. Da mesma forma, a irmã Tamara recebeu vinte reais para o mesmo fim. Alegou ainda que o Sr. Marco a ameaçou de morte se ela contasse o que havia ocorrido para o namorado. Em seu depoimento, Zaíra diz que “por volta dos onze anos achava que prostituição era bom (lucrativo), já que as mulheres ao fazerem

ganhavam dinheiro”.

No depoimento das quatro meninas ouvidas pelo Conselho Tutelar, a convivência com o Sr. Marco e a troca de dinheiro, doces e abrigo por práticas sexuais era algo comum. A mãe, ao ser questionada sobre o cotidiano da relação de suas filhas com o referido senhor, disse saber que as filhas freqüentavam sua casa, mas que ele era um senhor viúvo e velho conhecido da família. Relatou que Tamara limpava a casa e cozinhava para ele. Fedora achava ainda que o Sr. Marco era apaixonado pela filha Zaíra. Além disso, ela reclama o fato de “não dar conta da vida das filhas”, aludindo ao comportamento de rebeldia. Quando questionada sobre o abuso que as filhas vinham sofrendo por parte do referido senhor, disse não saber de nada. Acabou desmentida pelas filhas. Em outra passagem, o relatório registra que:

No dia 08/02/2002, ainda, a mãe também compareceu no Centro de Referência, tendo sido atendida pela Coordenadora do Programa, sendo que a referida senhora trouxe o xérox da documentação das filhas (...), para arquivo. Na ocasião a mãe relatou que levou as filhas ao médico para exames. E quanto a situação de abuso sexual sofrida pelas filhas, ela disse que “elas foram por teimosas, (e que) **com 10 e 07 anos, sabem o que estão fazendo**”, responsabilizando as crianças pelo fato. (Extraído de processo do CONSELHO TUTELAR OESTE, Ponta Grossa, 2002 – sem grifos no original).

A família paradigmática é de baixa renda vive em situação de precariedade material, caracteriza-se pela forte presença feminina, cujas referências identitárias, mãe e avó, exercem a atividade de prostituição. Além disso, a convivência é marcada pelas agressões físicas aos filhos, uso de drogas lícitas e ilícitas e trabalho infantil. O relatório analisado apresenta a seguinte versão:

O ambiente da residência apresentava-se desorganizado, com pouca higienização, móveis mal conservados e precariedade econômica. O sanitário

é separado da casa (na frente da mesma) o que expõe à família aos rigores do clima e a falta de privacidade, após o banho. Observamos um quadro familiar conflituoso, repleto de histórias de violência doméstica entre o casal e contra os filhos, bem como, certa convivência à situação de exploração sexual. (Extraído de processo do CONSELHO TUTELAR OESTE, Ponta Grossa, 2006).

No relatório do Programa Sentinela, dia vinte e cinco de abril do ano de 2002, há registros sobre um levantamento da situação da família e as ações de diversas instituições em relação a ela junto ao Departamento da Criança e do Adolescente e da Secretaria Municipal de Assistência Social. Constatou-se que a família vinha sendo denunciada por maus-tratos, negligência e exploração sexual desde o ano de 1992. Já haviam sido realizados vários procedimentos por parte das instituições, tais como avaliação psicológica das filhas e da mãe, inserção em programas de atendimento social para a obtenção de alimentos, moradia, educação, saúde e, de orientação, o qual consiste em momentos de aconselhamentos realizados pelas assistentes sociais. Porém, o quadro familiar permaneceu o mesmo e as denúncias de mendicância e prostituição continuaram a se repetir nos órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O mesmo relatório analisado apresenta registro sobre a resistência das adolescentes às institucionalizações e a culpabilização do Conselho Tutelar pelas diversas vezes em que o Estado determinou e cumpriu a separação da família e as colocou em instituições de abrigo como medida de proteção judicial. Em um dos registros, o casal dirige-se ao Conselho Tutelar na busca de orientação sobre o abrigamento por medida de proteção judicial, procedimento aplicado em duas de suas filhas, eles relatam que uma outra filha havia fugido de casa para não ser institucionalizada como as irmãs.

A linhagem familiar continua presente nas instituições do Estado, agora com

duas das filhas mais velhas de Fedora. As filhas as quais em diversos momentos estiveram presentes nos órgãos de Estado por terem algum direito violado, se tornaram mães. E retornam ao Conselho Tutelar para responder sobre embates com seus ex-maridos com relação à guarda de seus filhos, bem como denúncias de abandono de menoridade, entre outros. Repetindo-se o ciclo familiar.

Este mesmo drama familiar é apresentado em outra versão pelas filhas mais novas da senhora Fedora, Isaura e Maurília¹⁸, com idade de 10 e 7 anos respectivamente. Nas entrevistas realizadas,¹⁹ as meninas descrevem suas relações familiares da seguinte forma:

Eu gosto mais da minha mãe porque ela é amiga companheira, tudo.(...) A minha mãe não trabalha, só meu pai. Ele trabalha num sítio, tipo ele vai busca feijão, essas coisa, só que ele não vende, traiz pra nós mesmos. (...) União, todos nos gostamos. (...) meu pai e minha mãe se amam, minhas irmã são tudo casada, menos a que tem dezenove anos, que não é. Mais lá em casa o amor não é problema, somos todos amados e amamos. (Trecho de entrevista concedida por Isaura, realizada em 16/03/2007 na APAM em Ponta Grossa)

Eu gosto mais da minha mãe. Ela dá mais apoio, fica adulando. Meu pai não adula muito. Na minha casa todo mundo recebe carinho. (Trecho de entrevista concedida por Maurília, realizada em 16/03/2007 na APAM em Ponta Grossa)

Nos trechos retirados das falas das irmãs Isaura e Maurília há toda uma gama de significações positivas em relação à família. Estas significações podem referir-se a um desejo ou uma referência idealizada da família que influencia no perfil das respostas que procuram correspondência social. De qualquer forma, a família é significada como um espaço de amor, constituindo uma tendência benéfica para a

18 Importante lembrar que a abordagem das meninas pelos pesquisadores se deu mediante autorização da justiça, da assistente social da APAM e da mãe das meninas.

19 Cabe lembrar a metodologia de abordagem que o grupo de pesquisas realizou junto às meninas (já descrita anteriormente). Há três importantes eixos de estimulação do discurso, relações familiares, relações com a cidade, relações de amor e sexo. Estas entrevistas foram realizadas mais especificamente por Andrea Rita Silva. Técnica inspirada in: SELLTIZ, W.E.C. (1987).

saúde psicológica dessas meninas. As atividades de prostituição exercidas pela mãe, o alcoolismo do pai e os atos de violência fazem parte de seu cotidiano desde o nascimento e se mesclam com sentimentos de afeição familiar.

As sínteses das relações e as características da *família paradigmática* traz alguns elementos que estão também presentes nos casos analisados, tais como afetos contraditórios em relação à família, homens adultos que pagam por práticas sexuais. Figuras femininas representativas na família como mulheres mais velhas, de referências identitárias das meninas, vivenciando práticas sexuais comerciais as quais são paulatinamente incorporadas pelas filhas.

As meninas com comportamentos de rebeldia experienciam espaços de extrema pobreza e agressões. Naturalizarem as práticas das mulheres mais velhas da família e ao mesmo tempo estão sujeitas ao medo e a carências materiais, freqüentavam, por conta própria, a casa do tal Sr. Marco e estabeleciam trocas. Mesmo porque, ele as acolhia em momentos de agressão familiar, além de lhes dar dinheiro e conforto, dedicava atenção por mais paradoxal que esta situação possa parecer. As meninas realizam escolhas num universo de perversidades em que, até mesmo serem exploradas sexualmente, pode não ser a pior das situações vividas.

Os registros realizados nos relatórios, a partir da interpretação do agente de Estado, retratam precariedades de infra-estrutura e os aspectos negativos da família. Contudo, não explora os laços afetivos e identitários construídos entre seus membros. O Estado significa a família em tela como desagregada, violenta, precária em termos de condições materiais de sustento e reúne toda a sorte de situações para justificar a institucionalização das meninas. No relatório analisado, há um registro sobre a surpresa dos agentes de Estado sobre a reação das meninas às ações das instituições para sua proteção em relação à família:

As adolescentes reclamaram por terem sido institucionalizadas no passado, culpando o Conselho Tutelar pelo abrigamento e não o fato que desencadeou a situação, ou seja, a negligência e maus-tratos dos pais. (Extraído do Relatório - Programa Sentinela, 25 de abril de 2002, Ponta Grossa)

Apesar de toda sorte de sofrimentos, as meninas criam laços de afetividade com os membros da família e procuram afirmar sua positividade²⁰. Isso porque suas vidas cotidianas se desenvolvem em meio a determinadas práticas que vão sendo interiorizadas e, de certa forma, a família em que vivem é o lugar de pertencimento e segurança, por mais contraditório que ecoe em relação ao cotidiano vivido. As versões possíveis de serem construídas de uma mesma realidade dependem do filtro dos olhos de quem olha. Estas meninas estão inseridas num contexto de relações em que suas identidades são forjadas juntamente com as práticas familiares, num processo de naturalização. Mesmo quando a mãe, irmãos e outras são prostitutas, por exemplo.

Assim como há resistência aos abrigos, também ocorrem alguns processos da Justiça em que as filhas do casal Fedora e Kamenfu foram abrigadas em “famílias substitutas”²¹ e resistiram da mesma forma. As adolescentes abrem mão de um relativo conforto na família substituta por uma vida menos regrada na sua família de origem, com liberdade de horários para sair à rua e possibilidade de não freqüentarem a escola. No relatório analisado, há uma reclamação de uma parenta, que havia acolhido uma das meninas, de que a adolescente preferia passar fome a ter horários certos para as refeições.

As tentativas de disciplinar o comportamento das adolescentes se mostraram fracassadas junto às instituições de abrigo e famílias substitutas. Em geral, o papel

20 Esta significação de positividade aparece em 100% dos relatos das meninas entrevistadas para esta pesquisa e posteriormente será analisada em outro contexto deste trabalho.

21 A família substituta, em geral, é representada na figura de algum parente ou madrinha que aceita a cumprir as prerrogativas familiares.

das instituições é criar outro quadro de referência identitária com padrões de valores e organização da vida diária completamente diferentes da família de origem, como pode ser evidenciado na fala de uma assistente social sobre o papel da instituição em que trabalha:

Quebra do ciclo familiar de onde provêm estes meninos, ou seja, ciclo de prostituição, alcoolismo, pobreza etc. Fornecendo-lhes garantias para o exercício da cidadania. São fornecidos cursos profissionalizantes em parceria com a comunidade e universidade. Eles fazem trabalhos dentro da própria instituição como limpeza de jardim, ajudam na leiteria etc com a funcionalidade de operarem como terapia ocupacional. Também às atividades **visam a disciplinar o menino, em especial, no sentido de compromisso e obediência ao horário**²².

Mesmo que as instituições de abrigo exerçam a disciplina e procurem marcar os corpos adolescentes de outras experiências mais adequadas às normas poderosas da sociedade, tal qual argumenta Foucault (2000), há toda uma existência das adolescentes que permanece viva, muitas vezes, em conflito com a ordem vigente e desejada pelo Estado e por grupos sociais que não conseguem compreender sua construção identitária.

A influência dos valores familiares, as ações desenvolvidas ao longo da vida inferem no corpo. O corpo é um resultante de embates espaciais e históricos e jamais uma materialidade pronta e acabada. Greiner (2005) argumenta que a própria expressão corpo seria arbitrária, negando-lhe a idéia de processo. Para a autora, uma linguagem processual seria a *corporeidade*. Baseada em filósofos japoneses, Greiner (2005) trabalha a corporeidade em dois sentidos. Ao mesmo tempo é estrutura vivida e contextos de lugares dos mecanismos cognitivos. O corpo é

²² Entrevista concedida a Almir Nabozny em 22/01/2007 com a assistente social Edna Terezinha da Silva, funcionária do Instituto João XXIII, em Ponta Grossa. Embora esta instituição seja dirigida ao público masculino de seis a dezoito anos, este é um procedimento comum às instituições de abrigo. Várias das famílias de origem dos meninos apresentam casos de prostituição de mães, avós e irmãs.

sempre um corpo em ação e os universos simbólicos podem ser organizados na ação por movimentos de intencionalidade em relação corpo-espço.

O espaço geográfico enquanto uma instância social, relacional e processual passa a compor estruturas de amadurecimento e interiorização de práticas sociais das meninas. O espaço marcado pela pobreza, trabalho infantil, agressões e práticas sexuais envolvendo trocas se naturalizam no cotidiano das meninas da periferia e legitimam o Estado a determinar a sua permanência em instituições de abrigo, mesmo contra suas vontades.

Essas meninas vivem concretamente uma infância desconectada das normas que o Estado preconiza. Elas são crianças e adolescentes que, ao criarem suas táticas de sobrevivência, constroem o texto urbano, assim como argumenta Duncan (2004). Talvez um texto inscrito de forma incompreensível para aqueles que não possuem os mesmos referenciais socioespaciais, mas repleto de fugas, táticas e luta pela vida.

Distante de atenuar a gravidade da realidade da exploração sexual, das injustiças vividas por estas meninas, o que se quer destacar é a pluriversalidade da cidade como um texto. Decorre-nos concomitantemente um exercício de alteridade, inexoravelmente, a metáfora da cidade-texto inspirada em Duncan (2004), desarraiga-nos de um pretensioso realismo etnográfico com tom discursivo geográfico. Duncan (2004), ao versar em torno da paisagem construída da cidade de Kandy no Sri Lanka, destaca que essa era interpretada e vivida de formas diferentes por vários grupos sociais. O autor evidencia magistralmente que é a condição paradoxal dos vários textos interseccionados que possibilitam a hegemonia. Pois, discursivamente, o próprio pesquisador e a linguagem não têm correspondência imediata com a realidade. Ambos se baseiam em construções sociais, comunicadas

e compartilhadas.

Geertz (1998) afirma que nunca entendemos de forma adequada a imaginação dos outros como abrangemos a nossa. A idéia foi de apresentar aqui um registro síntese da família paradigmática e reunir elementos que possam evidenciar um pouco da vida e das experiências que permeiam de forma recorrente os casos analisados para esta pesquisa e de como as meninas constroem suas identidades e suas escolhas, mesmo que premidas pelas adversidades e sofrimentos.

1.2- A conformação espacial identitária cotidiana das meninas e suas famílias

O trabalho realizado com o estímulo visual das gravuras com sete meninas permitiu evidenciar aspectos importantes de sua vivência cotidiana. Todas as meninas, sem exceção, construíram uma representação positiva da família, aflorando a necessidade da referência primária. O ser é portador de uma multiplicidade de situações identitárias, assim como pensa Ciampa (2006, p.67), “em cada momento de minha existência, embora seja uma totalidade, manifesta-se um ponto de mim como desdobramento das múltiplas determinações a que estou sujeito”. As identidades estão em constante transformação e sempre vividas em um tempo – espaço, pois conforme argumenta McDowell (1999, p. 68), “o espaço não é inerte, não meramente um recipiente para a ação social, mas é um elemento significativo na constituição das identidades”.

O fato de estarem em abrigos já é forte indicador de que as condutas familiares ou das próprias meninas estão em desacordo com as referências comportamentais projetadas pelo Estado. Estes desacordos são vividos na periferia

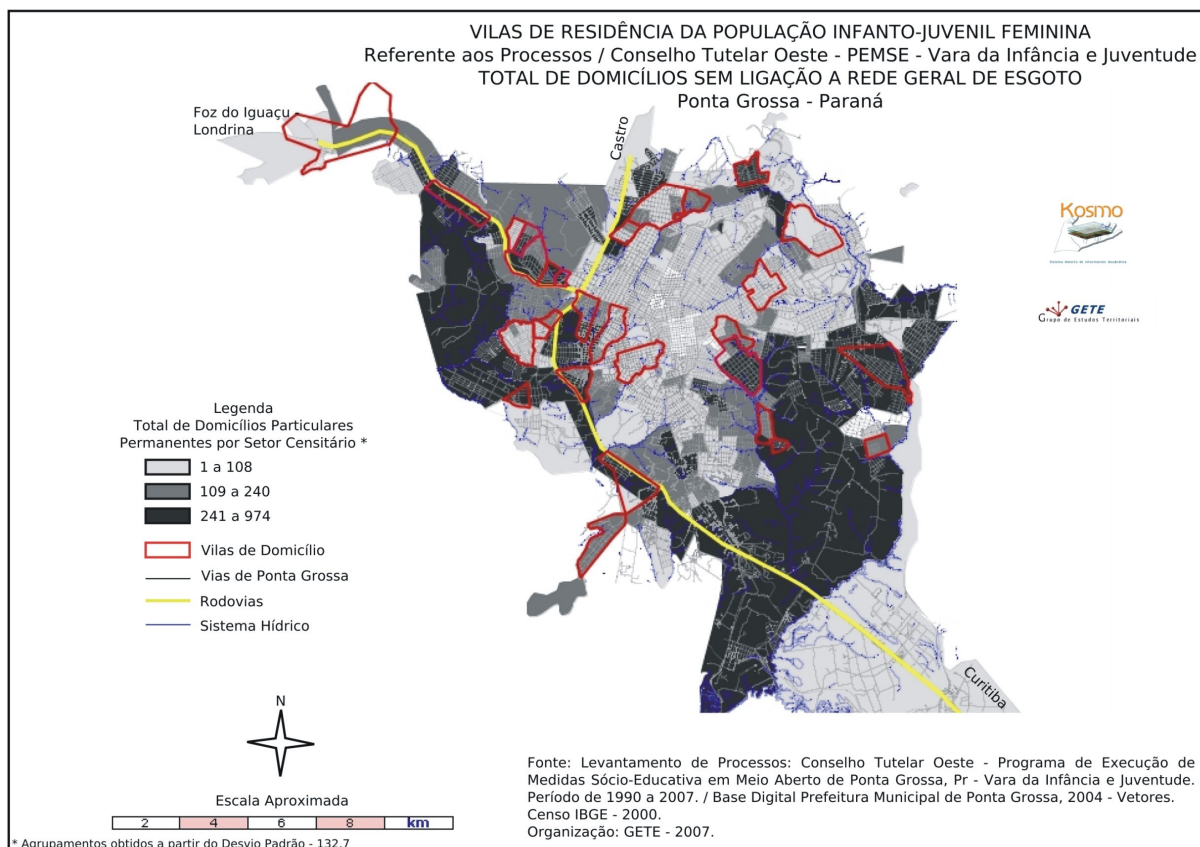
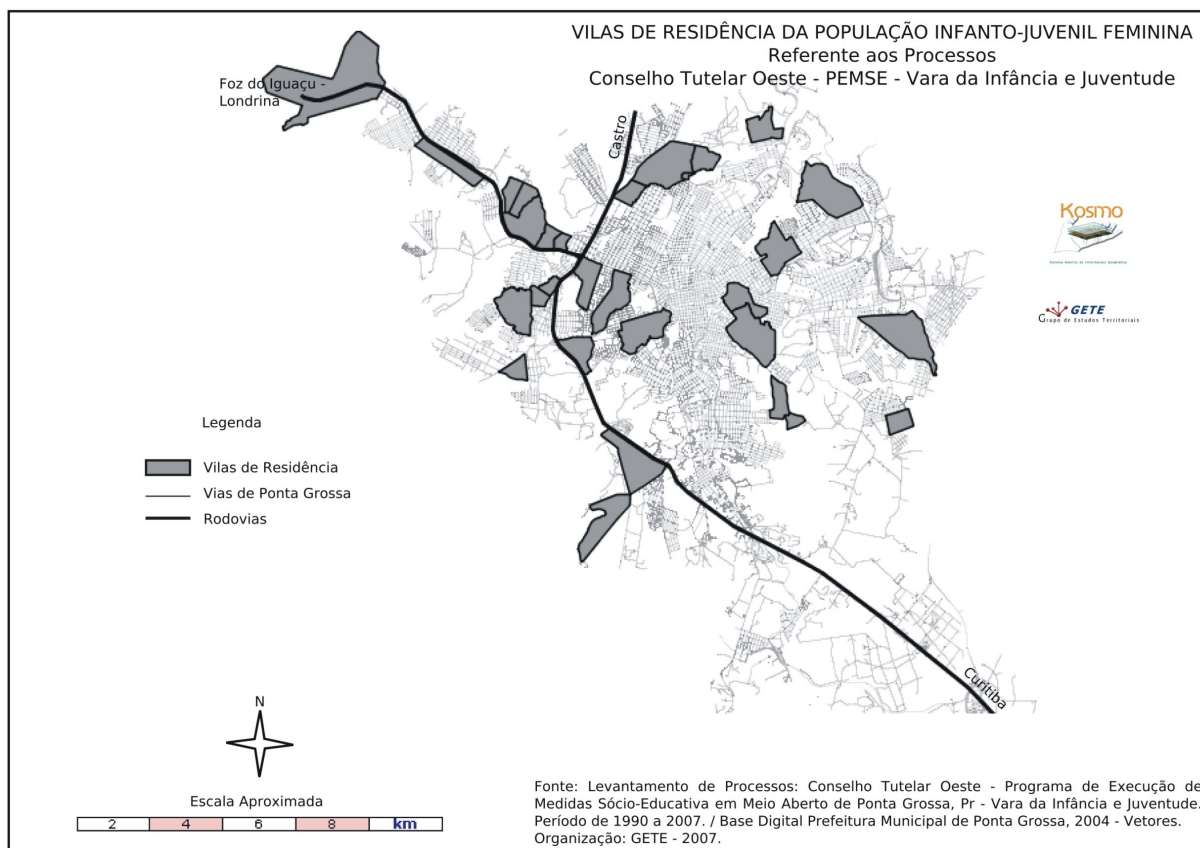
urbana pobre e com precários serviços e infra-estrutura. De forma objetiva, o Conselho Tutelar Oeste tem como usuários os extratos mais baixos de renda e escolaridade, como pode ser confirmado por uma conselheira entrevistada:

a maior parte das crianças e adolescentes atendidas pelo Conselho são de baixa renda, com família de baixa escolaridade. A maior parte, digamos que mais de noventa por cento. Não são tantos os casos em que a renda ou situação sócio-econômica da família é mais alta. São poucos os casos atendidos. E o que a gente vê mesmo é carência sócio-econômica. Isto afeta bastante, né? Porque já sofre a opressão, a repressão histórica, né? E a exclusão também, né?²³

A constatação da conselheira é a mesma que obtivemos ao espacializar as residências das meninas e comparar com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000) no que diz respeito ao perfil de renda, educação e serviços urbanos disponíveis. As figuras que têm como base a área urbana de Ponta Grossa evidenciam que as meninas vivem nas áreas mais precárias da cidade. Já são vítimas da distribuição de renda, de terra e de serviços públicos.

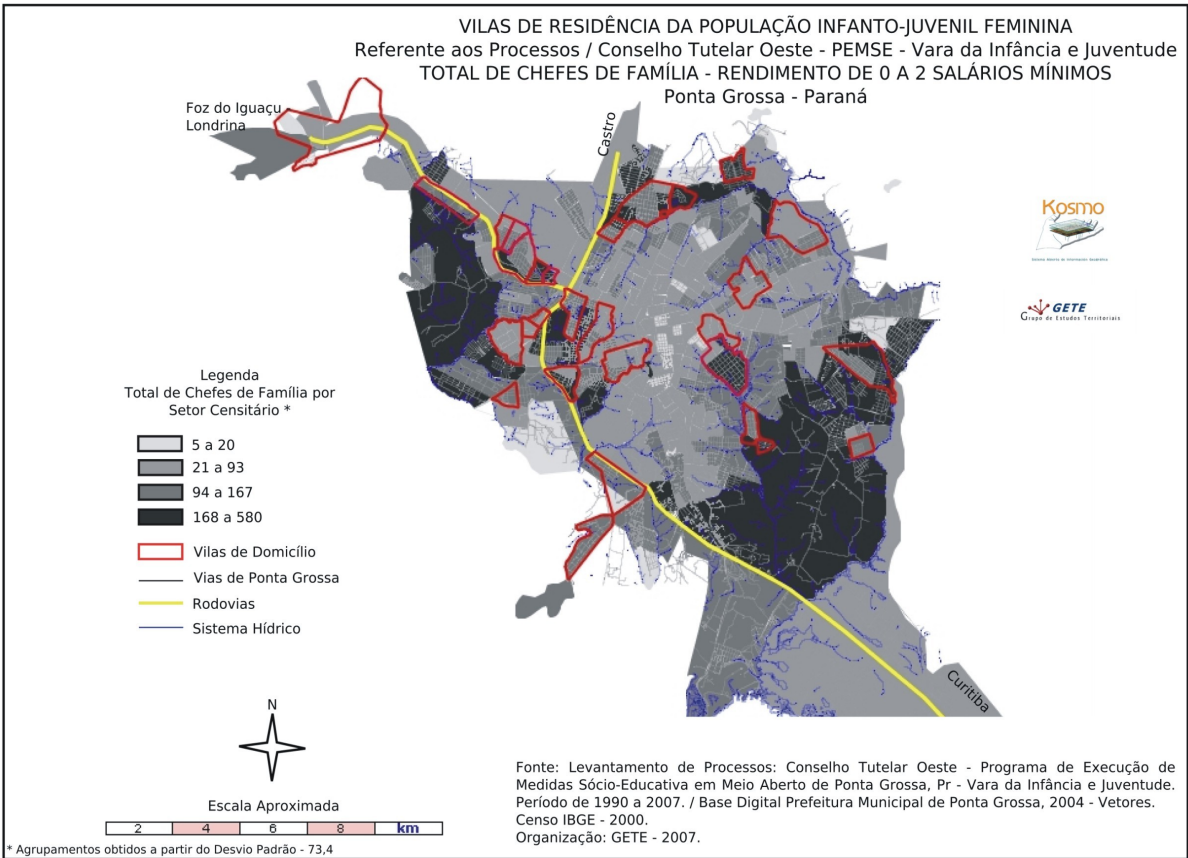
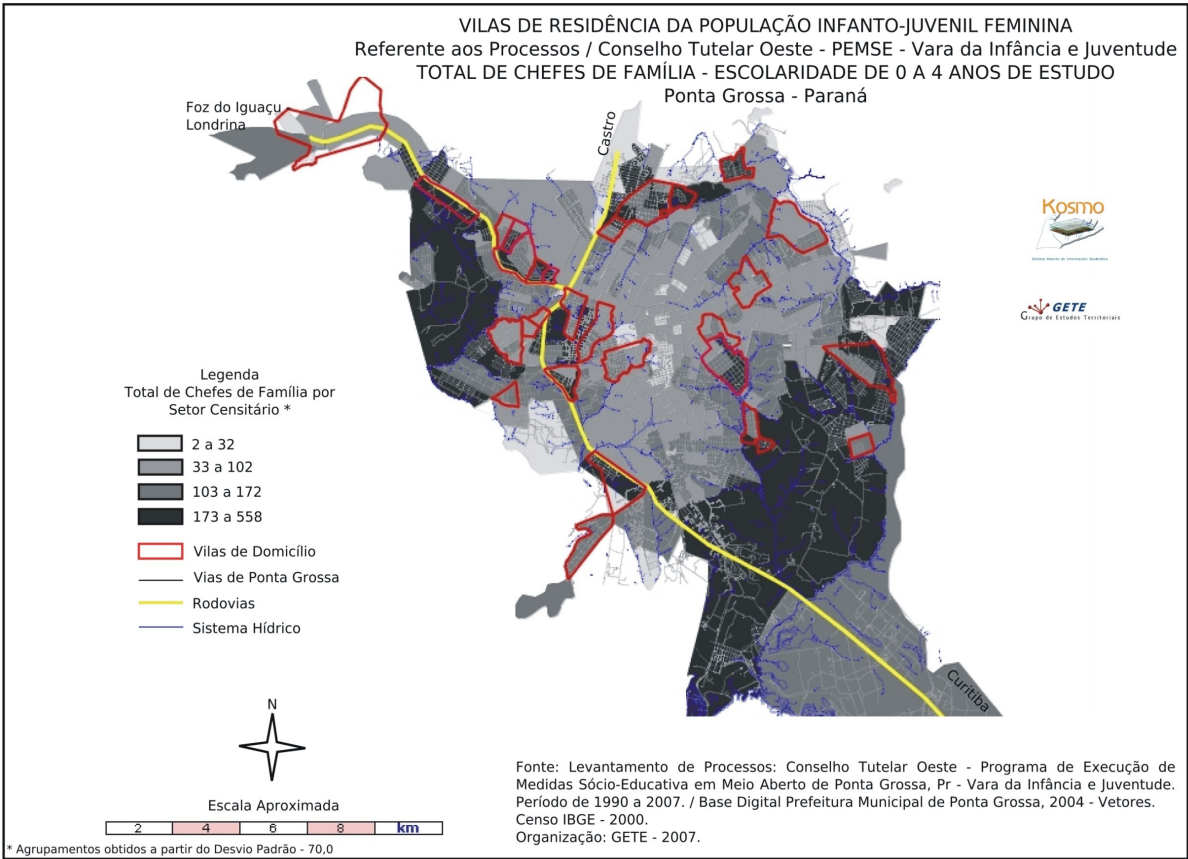
²³ Entrevista concedida a Almir Nabozny em 19/01/2007 pela conselheira do Conselho Tutelar Oeste Rosmeri Gebeluka, em Ponta Grossa.

Figura 05: Vilas de procedência das protagonistas dos processos e acesso à rede de esgoto



* Agrupamentos obtidos a partir do Desvio Padrão - 132,7

Figura 06: Vilas de procedência das protagonistas dos processos e acesso à escolaridade e renda



As figuras 05 e 06 apresentam os contextos estruturais das características do cotidiano de nossas protagonistas, que vivenciam as áreas de piores indicadores de renda, escolaridade e disponibilidade de infra-estrutura e serviços, numa cidade que é profundamente desigual. A estrutura de desigualdade é por elas reconhecidas, quando opõem seu localidade de moradia com os outros locais da cidade ao serem questionadas durante o trabalho realizado sobre a figura que mais se parecia com sua área de residência. Em geral, elas apontavam para uma gravura que apresenta uma rodovia²⁴ (ver figura número 04 do anexo 02,). Elas conseguem estabelecer uma diferença entre seu local de moradia e outros que julgam melhores que o seu, como Cloé:

É porque no bairro a gente, é ... tem muitos bairros, que tem um (pausa) uma dificuldade, né? Assim é no centro você quase não tem. Assim nos bairros têm muitas encruza, muita briga com os vizinhos e acho que no centro não tem muito. (Entrevista concedida por Cloé, 16 anos, realizada em 03/05/2007 em Ponta Grossa)

As representações presentes nos discursos das nossas protagonistas se relacionam com seus círculos de intersubjetividades. Os espaços de moradia são representados por conflitos, carências, tarefas a serem cumpridas. E o centro da cidade como local bonito, colorido, onde há vitrines e coisas atraentes, bom para paquerar e passear:

Na minha casa eu faço de tudo, né?. Tipo, a diferença entre a rua e a minha casa, é que eu faço de tudo, ajudo minha mãe. E no Centro eu vou só pra passear, às vezes. Eu vejo população, vejo as lojas bastante coisa. As lojas, os supermercados. As pessoas não me chamam muita a atenção, só os homens. Quando passa um homem bonito, eu fico olhando, né? Nada demais. Até uma mulher mesmo. Uma mulher bem bonita, bem arrumadona eu fico olhando, né? (Entrevista concedida por Isaura, 15 anos, realizada em 03/03/2007 em Ponta Grossa)

24 A coincidência tem relação com o recorte espacial e a área de abrangência do Conselho Tutelar Oeste.

Os espaços de moradia compõem os elementos de significação destas meninas e também as representações que a sociedade lhes confere como moradoras da periferia pobre. As temporalidades e as construções representacionais compositoras e, ao mesmo tempo, compõem o espaço geográfico. São matizes de muitas cores que formam uma tela entrelaçada de realidade.

A construção de realidade possível a essas meninas está fundamentada em suas características sócioespaciais. Várias condutas consideradas ilegais a partir do marco estatal são naturalizadas pela sua existência cotidiana. É comum na periferia o trabalho infantil complementar à renda do adulto, o trabalho doméstico, o cuidado dos irmãos menores, as agressões vividas por figuras masculinas envolvidas com drogas legais e ilegais.

A infância vivida em meio às figuras femininas mais velhas que desenvolviam atividades de prostituição é resgatada de forma a relativizar a atuação destas mulheres, trazendo a atividade relacionada à necessidade ou à falta de opção de renda. Como pode ser observado no trecho paradigmático de entrevista:

meu vô era bem rígido. Daí minha mãe foi e engravidou. E ele soube que ela tava grávida de mim. Daí meu vô expulsou ela de casa. Daí ela veio aqui pra Ponta Grossa. Foi e conheceu a mulher que é minha madrinha agora. Foi conheceu a mulher. A mulher foi e ofereceu emprego pra ela. E ela tava passando fome. Daí ela aceitou aquele emprego. Daí ela começou, né? Daí nasceu eu. (...) Daí ela aceitou. As duas ficaram trabalhando no mesmo bar. (Entrevista concedida por Sofrônia, 15 anos, realizada em 10/05/2007 em Ponta Grossa)

Também é comum essas meninas viverem precocemente experiências sexuais que resultam em relacionamentos maritais e em maternidade. Num dos processos analisados há uma adolescente de dezessete anos que se separa do marido e acaba trabalhando em um bar:

24/02/2003. "Compareceu ao CT o Sr. Khan, relatando que a adolescente não está morando mais com ele desde 23/02/03. Não foi ao COMEN, nem à escola. É possível que ela esteja na Lanchonete '(...)' – Av. Souza Naves (...) Em "13/08/2003 realizamos visita à genitora que informou que provavelmente a filha estaria em um bar chamado '(...)' na Av. Souza Naves. No período da noite fomos até o bar e encontramos Dorotéia, que estava com os documentos da irmã Isidora. (...) e disse "ter roubado os documentos da irmã e que não adiantava levá-la até a casa de sua mãe, porque a mesma vive alcoolizada e a coloca para fora de casa e que inclusive leva homens para dentro de casa para dormir com a filha (ela)". (Trecho extraído de processos no CONSELHO TUTELAR OESTE, Ponta Grossa, 2003).

As experiências diárias vivenciadas vão sendo por elas naturalizadas, mesmo em conflito com o marco legal do Estado. Mesmo que tenham a obrigação de cuidar dos irmãos menores, desenvolvem carinho por eles. Se acompanham a mãe na atividade de prostituição, significam a atividade como única alternativa para suprir necessidades materiais e assim por diante. Há opostos complementares que marcam as experiências vividas e que compõem suas identidades. São meninas que a sociedade torna mulheres, negando-lhes o direito de serem crianças. A vivência nos espaços de periferia impõe aos corpos infantis o desempenho de tarefas adultas e isso modifica radicalmente a temporalidade das etapas de suas vidas. Entretanto, o Estado torna a infância homogênea, destituída de elementos espaço-temporais que lhes são inerentes.

2- As Contradições Concebidas pelo Estado no Tratamento do Fenômeno

No item anterior foi estabelecido um quadro de referências que permitisse conhecer as experiências socioespaciais das crianças e adolescentes envolvidas nos processos de trocas de práticas sexuais por recompensas materiais como presentes ou dinheiro. A infância por elas vivida é marcada por elementos

específicos que criam temporalidades e espacialidades que não se adequam às normas de Estado. A relação entre as adolescentes que realizam essas práticas de forma ativa com homens adultos que pagam por elas é um grande desafio para nossa sociedade superar. De forma mais fácil, o Estado consegue detectar atos de abuso ou estupro, que são cometidos sem a participação ativa da criança e adolescente. Ou ainda, as situações onde as meninas são mantidas em situação de escravidão sexual. Entretanto, este trabalho trata da exploração sexual comercial em que a relação ocorre com a decisão da menina pela troca. Este fato torna as relações entre elas e as instituições de Estado contraditórias, envolvendo táticas desconstrucionistas do discurso hegemônico.

2.1- As instituições estatais e a infância na concepção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

A infância expressa uma concepção impossível de ser transposta para todas as culturas de forma homogênea no tempo e no espaço. A palavra infância se refere a um período particular da existência humana, sendo associado com as crianças e compreendida desta forma pela maioria das sociedades. Entretanto, os valores e concepções que esta palavra exprime devem ser analisados com cuidado. Dessa compreensão serão produzidas as leis e o contrato social que rege os direitos e deveres do Estado e da sociedade em relação à existência humana neste período da vida.

Ariès (1981) conduziu um importante estudo sobre a infância na Europa com base na história social da criança e da família. O livro aponta que a atual concepção que se formula da infância variou significativamente ao longo do espaço-tempo. Ao

versar sobre a “descoberta da infância” referenciado na análise da iconografia e das vestimentas, o autor salienta que havia uma ausência da infância nos séculos XI e XII. Em meados do século XIII, a criança aparece na arte religiosa, porém com traços de adultos, mudando apenas a escala da figura humana como se as crianças fossem adultos em miniatura. Essa iconografia religiosa da infância só tomaria destaque na iconografia leiga nos séculos XV e XVI. Mesmo com o aparecimento da criança na iconografia leiga, ela não tem status central. Manifesta-se enquanto elementos de “cenários”, remontam uma infância misturada ao mundo adulto. Com relação às roupas, durante a Idade Média não existiam diferenças de vestimentas entre as idades. Por outro lado, no século XVI constitui-se, nas vestimentas uma separação entre adultos e crianças, ficando as crianças incumbidas de desfilar os modelos que há um século antes foram dos adultos, tais como túnicas e toucas.

Outro aspecto ressaltado por Ariès (1981) é a própria demografia, pois o fato da criança apresentar grande vulnerabilidade às doenças e grande mortalidade, havia o hábito das famílias produzirem muitos filhos. Os sentimentos relativos às crianças eram também de menor importância. O historiador localiza em diversos museus europeus quadros que retratam a morte de criança, datando do século XVI. A mortalidade infantil continuava em elevados índices naquele tempo, mas, aos poucos, as crianças foram envolvidas por uma nova sensibilidade, em muito ligada à cristianização dos costumes, em que as crianças então eram indivíduos concebidos de alma. Esses elementos iconográficos juntamente com as mudanças das vestes remontam um marco na formação do sentimento de infância.

Portanto, de acordo com Ariès (1981), a infância como uma faixa de vida é algo que data do século XVI. Anterior a este momento a idade não era gestora dos papéis sociais a se desenvolver. O que chamamos hodiernamente de crianças eram

seres que estavam inseridos desde tenras idades nas práticas dos adultos nos referenciais ocidentais atuais. Por outro lado, Heywood (2004) evidencia que há toda uma sorte de dificuldades para se estudar a infância no âmbito da historiografia em virtude de que as próprias crianças não deixam muitos registros, além de brinquedos. Para tanto, os pesquisadores recorrem a diversas fontes oficiais. Nesse âmbito, Heywood (2004) questiona a metodologia de Ariès (1981), que faria uma abordagem com relação a uma minoria letrada e teria extrapolado a massa, o que de forma alguma têm abrangência efetiva em torno de variações regionais e socioeconômicas, por exemplo.

Stearns (2006), no primeiro capítulo de seu livro “A infância”, tece argumentos sobre a infância nas civilizações clássicas, indianas, chinesas, entre outros povos, traz como exemplo as leis mesopotâmicas sobre as quais a infância estaria arraigada ao sistema de herança - herdar-se-ia tanto a escravidão como a nobreza. Aí haveria uma distinção interna entre os primeiros a nascer e os demais, bem como entre masculino, detentores da herança material, e o feminino, expurgado do acesso do patrimônio material.

Contudo, ainda que possamos problematizar distinções entre adultos, adolescentes e infantes nos mais distintos grupos sociais e temporalidades quanto aos diferentes papéis sociais atribuídos a essas diferentes fases da vida *societal*, ainda é uma temática bastante jovem (insipiente) na ciência. Tanto é que diversos autores vêm, no campo da Sociologia, advogando por uma Sociologia da Infância. No ano de 2003, em Arequipa (Peru), no Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia houve um debate especial em favor da Sociologia da Infância. Quinteiro (2003) ressalta que pouco se ouve das crianças e que há inclusive debates questionando a aceitação das informações (palavras) e entrevistas

cedidas por crianças e dos adolescentes enquanto informações de seus mundos.

O que se advoga hodiernamente é relativo a culturas de infância e adolescência, não no sentido que perfaçam universos isolados:

ao falarmos em culturas de infância, pode-se evidenciar a presença de uma linguagem espacial entre as crianças que, com seus pares, presentificam suas presenças na paisagem, transformam o espaço em lugares-territórios, escrevendo suas histórias e geografia no mundo. É nesse sentido que suas ausências nos documentos oficiais, que suas vozes muitas vezes mediadas por situações teóricas ou institucionalizadas, nem sempre significam um calar, mas sim, a emergência de outras linguagens, múltiplas formas de se relacionar com seus contextos, ainda negados, ou pouco compreendidos nos diversos segmentos sociais, inclusive nas pesquisas etnográficas. (LOPES,2007.s/p).

Essa perspectiva vem sendo difundida no âmbito da Educação nas pesquisas sobre a infância e adolescência. Destacáramos no Brasil, o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Vejamos que Borba (2005) buscou compreender em sua tese como as crianças, nas relações entre si e nos espaços-tempos do brincar, elas constituem suas culturas da infância, concebidas como formas de ação social sobre o mundo pelas quais se identificam como um grupo de pares. Embora em espaços institucionais escolares. A autora argumenta que essas crianças na partilha de elementos entre os seus criam um espaço interativo no brincar.

Vasconcelos (2005) também compartilhar da mesma linha de abordagem das culturas de infância, dando ênfase à questão espacial da produção infantil enquanto conceito imbricado. A infância e o local intersectados simultaneamente pela posição na estrutura do grupo social a que pertencem. Nesse sentido seriam as territorialidades das circunscrições de infâncias a que estenderíamos para próprias perspectivas de adolescência, muito embora ressaltando que nesse segundo caso há uma maleabilidade maior, uma fronteira de transitividade na posição estrutural de

grupo de pertencimento. Em entrevista para o periódico “Currículo Sem Fronteira”

Sarmiento argumenta que:

a criança vive o processo de transição inerente ao seu trajecto de desenvolvimento (isso não se nega, o que se recusa é que este seja um processo linear, padronizado em estágios e teleológico), sendo o seu lugar esse ponto de intercepção entre o que é a veiculação das culturas adultas, elas próprias compósitas e híbridas, e as culturas infantis, afirmadas pela interacção de pares e pelo processo de “socialização horizontal”, isto é de pertença social aos colectivos infantis, com as suas linguagens, códigos, protocolos, lógicas, artefactos, etc. A idéia da criança reduzida à “alteridade radical” do seu estatuto ontológico, como diz Larrosa, é uma bela idéia filosófica, mas sem pertinência sociológica. A criança “vive” no entre-lugar da radicalidade de uma infância incontaminada e de uma adultez precocemente induzida. Por outro lado, cada criança vive no interior de um sistema simbólico que administra o seu espaço social. Quer dizer, quando nasce a criança, vai entrar num mundo em que lhe é permitido fazer certas coisas e outras lhe são interditadas, onde é conduzida a comportar-se e a pensar de determinados modos e onde outros modos de pensar ou de se comportar são reprimidos. Só que, ao crescer, esses modos de administração simbólica do seu comportamento vão mudar, por vezes milimetricamente, por vezes de maneira abrupta, e portanto a criança está também no “entre-lugar” de uma condição geracional em transformação, combinando em cada momento concreto um passado e um futuro. (SARMENTO, 2006, p.19).

A infiltração adulta e os intercâmbios sofrem mudanças sensitivas nos contextos de grupos, portanto nos soa estranho a *cultura de infância* quando utilizada fora de seu status espacial. Lopes (2006), a partir de pontos cardeais traçados num sentido linear na cidade, busca encontrar os lugares de encontro das crianças. Mas esta generalização é impossível, porque seria necessário indagar “quais” crianças? Ainda que o autor trabalhe com uma perspectiva geográfica de território, argumentamos que o espaço compõe os indivíduos. Se não há território sem espaço, nos restaria saber quem são os indivíduos em questão.

Enfim, a infância brasileira tem sido estudada e debatida. Um estudo sobre a criança indígena meio à colonização europeia foi realizado por Del Priore (1996). Nas terras que viriam a constituir o Brasil, havia uma pluralidade de tribos que

certamente mantinham relações sociais específicas. Entretanto, não há detalhados registros de estudos sobre a concepção de infância nessas culturas antes da chegada (invasão) dos portugueses no final do século XV. A vinda dos portugueses e jesuítas trouxe consigo o modelo europeu de infância mística, com valores especiais e angelicais, imitando o menino Jesus. Segundo Del Priore (1996), este modelo leva-os a pensar a criança indígena como ser estratégico para ser moldado conforme a concepção européia. O pequeno-índio, considerado de “alma limpa” poder-se-ia tornar o pequeno “Jesus” evangelizador e, assim, os jesuítas adotavam o método de atração da criança pela música e, posteriormente, havia tentativa de adestramento do jovem índio com uso do castigo físico.

A infância brasileira, retratada pelo livro de Del Priore (1996), se faz utilizando de fontes documentais que denotam a construção social da infância a partir da ótica do adulto e das instituições de poder. Assim, a sociedade, ao instituir determinada compreensão de infância, utiliza-se de instituições que regulam as relações sociais que envolvem seres enquadrados nessa compreensão.

Nesse sentido, é necessário trazer à luz a lógica institucional que norteia as ações sociais em torno da infância brasileira, dedicando um pouco de atenção à historiografia do pacto social brasileiro em torno da infância. Pesquisadores do Centro Internacional de Estudos Sobre a Infância (CIESPI) registraram um acervo documental legal de 1824 a 2002. Ou seja, do século XIX ao XXI, parte integrante da Base de Dados Legislativa Sobre Infância e Juventude (BASE LEGIS).

No exame desse material disponível na Base Legis²⁵, observamos quatro

25 Base de dados legislativa sobre infância e juventude (0 -18 anos). Contém textos do acervo de leis, acórdãos, decretos, projetos de lei, portarias etc., no período de 1824 a 2002. A elaboração contou com o apoio da UNICEF, Brasília e AMENCAR, Organização-Não-Governamental do Rio Grande do Sul. O projeto BASE LEGIS possibilitou a digitalização de rico material bibliográfico legislativo existente no Centro de Documentação da Infância da CESPI/USU. Extraído de: [Http://www.ciespi.org.br/ciespi.htm](http://www.ciespi.org.br/ciespi.htm) visitado em 13/07/2006.

eixos predominantes dedicados à infância e juventude. Primeiramente, há um esforço para estabelecer uma legislação especial para menores infratores, na qual a própria noção de “menor”, referindo-se à idade, gera muitas leis. Há um outro eixo referente à educação. E em seguida, a legislação que dispõe sobre o trabalho. O quarto eixo, refere-se a leis que instituem os órgãos de proteção e promoção da infância e adolescência referentes à aprovação de recursos e fundos financeiros para investimentos em temáticas infanto-juvenis. Este último eixo é posterior à aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.

O Estado, representado em suas esferas executiva, legislativa e judiciária, deve orquestrar suas ações a fim de fazer cumprir os pactos sociais estabelecidos. O Estado é uma instituição social que emana da sociedade, mas ao mesmo tempo, está acima dela (CASTRO, 1995). No Estado Moderno, o cidadão individual pode delegar governabilidade a grupos que se configuram dirigentes de Estado, numa dada instância temporal. Isso se dá pela necessidade da perda parcial da liberdade individual para a Instituição exercer o poder coletivo e organizar a política. Sánchez (2005), ao dissertar sobre o poder de Estado, argumenta que

Lograda la aceptación social del Estado como instancia autónoma y superior respecto a los individuos, permite imponerse sobre cada uno como poder de Estado, y servirse de la razón de Estado como justificación incuestionable de las decisiones adoptadas. En cuando las razones de Estado dispongan de vigencia social, cada individuo deberá acatarlas y subordinarse a ellas, si quiere permanecer integrado a la estructura social, y no desea verse marginado, e incluso perseguido y castigado (SÁNCHEZ, 2005. p 102).

O Estado obtém uma autonomia e um poder relativo e tensionado pelo controle social, necessário na busca de legitimidade que é outorgada através do espaço e do tempo. A relação entre o Estado e a sociedade, temporalmente e espacialmente, é um movimento constante e complexo que se objetiva nas leis que

sustentam os contratos sociais estabelecidos no tempo e no espaço.

A consideração de que o Estado é um comitê privilegiado para cumprir os interesses da burguesia, é uma posição da vertente marxista leninista, segundo Carnoy (1994). Essa concepção enfraquece a noção do papel do Estado para mero instrumento da classe dominante. Harvey (2005) argumenta que o Estado não pode se apresentar como instrumento de uma só classe porque perderia sua legitimidade social e, conseqüentemente, seu poder. Dessa forma, ele argumenta que há uma ilusão de que os Estados orquestram os interesses comuns de todos os cidadãos. Para esse estudo, consideramos que o Estado de uma sociedade capitalista é reprodutor das relações de classe existentes na organização social da qual ele faz parte, sustenta e regula seus conflitos entre capital e o trabalho - partes fundamentais na produção da riqueza na sociedade capitalista de classes. Assim, o Estado:

não está a serviço nem é instrumento de uma classe contra outra. Sua estrutura e atividade consistem na imposição e na garantia duradoura de regras que institucionalizem as relações de classes específicas de uma sociedade capitalista. O estado não defende os interesses particulares de uma classe, mas sim os interesses comuns de todos os membros de uma sociedade capitalista de classes (OFFE, 1984, p.123).

Entretanto, numa sociedade de classes, pode-se afirmar que o acesso ao Estado é seletivo e comporta uma exclusão sistemática de certos grupos que são marginalizados da educação, à informação e, muitas vezes, da participação pelo voto.

O Estado é um agente que mobiliza forças e, por conseguinte, é resultado “ de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército e polícia), capital econômico, capital

cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico” (BOURDIEU, 1996. p.99).

Em seu papel regulador, sua função é fazer cumprir o pacto social estabelecido na Constituição do País. Entretanto, ele não realiza esse papel de forma neutra. Deve negociar com grupos de poder econômico e político e, com isso, vive em contradições internas. Quanto maior a sua autonomia em relação à sociedade civil, mais ele é fraco em legitimidade social. Quão maior a participação da sociedade civil no âmbito do Estado, mais ele se fortalece em legitimidade. No entanto, perde autonomia para realizar interesses particulares dos agentes que se fazem governo e representantes de Estado numa dada temporalidade.

O Estado, conforme afirma Claval (2004), não é uma entidade autônoma, superior à sociedade, mas instituída socialmente num contexto histórico-espacial. Além disso, é necessário considerar que o poder do Estado se encontra dividido em uma complexidade escalar que, no caso brasileiro, envolve a União, os Estados e os Municípios. Por conseguinte, ainda se somam às escalas espaciais do poder estatal, os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

De posse do poder normativo, o Estado brasileiro instituiu um pacto social em relação a uma concepção de infância que se objetivou na diretriz mais importante do país para nortear a ação social, política e jurídica mediante a população brasileira concebida como crianças e adolescentes - o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Ao Estado é atribuído o dever e o direito de exercer a força física de coerção social para fazer cumprir o pacto social estabelecido e, inclusive, destituir a autoridade familiar sobre a criança, caso ela esteja sendo prejudicada em seus direitos. Vejamos que um *Estatuto* diz respeito à restrição legal e normativa:

- A. Por oposição a contrato, diz-se das relações legais que se estabelecem entre os homens, na ausência de todo ato de vontade da sua parte, e apenas como consequência da situação que ocupa na organização familiar, política ou econômica (homem ou mulher, pai ou filho, senhor ou escravo, capitalista ou assalariado, etc.);
- B. Conjunto de textos que regula a situação de um grupo de indivíduos, os seus direitos, as suas obrigações. No plural: conjunto de artigos que definem o fim e estabelecem nos seus traços essenciais a organização de uma sociedade. (LALANDE, 1996, p.343)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi aprovado no Brasil em 1990²⁶, afiliado a uma conjectura internacional. Em 1989, em Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU), elaborou-se uma carta magna de direitos para crianças de todo mundo. Configurou-se como lei internacional no ano seguinte, ratificando muitos aspectos da Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959. Porém, o ECA é precedido de um movimento interno e, profundamente arraigado a história brasileira. Data de 1927 o *Código dos Menores*, elaborado no âmbito de dar enquadramento jurídico aos chamados “menores irregulares”. No período ditatorial, temos a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1979. Embora tenha havido avanços nesse período, o público infanto-juvenil não ficou ileso à política ideológica do regime. Os “menores irregulares” foram tratados sob a égide do problema da segurança nacional. Nos anos oitenta, com início de abertura política e redemocratização do país, diversos setores da sociedade brasileira encadearam-se em prol da constituição de uma legislação em que crianças e adolescentes viessem a desfrutar o status de cidadãos de direitos.

Em torno das lutas pelos direitos e a aprovação do texto do Estatuto, buscavam-se a regulamentação e garantia de proteção do público infanto-juvenil, assim como obrigatoriedade do Estado e das famílias (adultos) em propiciarem o pleno exercício dos direitos então reivindicados. Diversos segmentos sociais lutaram

²⁶ As datas citadas no parágrafo estão fundamentadas na BASE LEGIS disponível em: [Http://www.ciespi.org.br/ciespi.htm](http://www.ciespi.org.br/ciespi.htm), visitado em 13/07/2006.

para aprovação do Estatuto, como igrejas e universidades. Destaque-se o “Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)”, assessorado por intelectuais e organizações civis. O movimento deflagrou, a partir de 1985, um processo de mobilização por todo país. Debateu assuntos como violência familiar, educação, saúde, entre outros assuntos. As discussões foram fatores incisivos na fundamentação e criação do Estatuto da Criança do Adolescente, em 1990.

O ECA prevê uma política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente a partir de um articulado arranjo institucional que envolve União, Estados, Municípios e movimentos não-governamentais. A municipalidade é a instância que desenvolve as ações práticas de atendimento em caráter de assistência social, prevenção, assistência médica e psicossocial às vítimas de maus-tratos, abusos, etc.

A gestão de recursos, guarnição da participação política paritária da sociedade, por meio de organizações representativas, são tarefas administradas pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os Conselhos, são órgãos deliberativos, compelidos a gerenciarem e controlarem ações das demais entidades envolvidas no atendimento e cumprimento dos direitos da infância e juventude.

As entidades que prestam atendimentos diretos às crianças e adolescentes são as responsáveis pela sua organização interna e execução de seus programas. As ações devem respeitar os princípios de preservação dos vínculos familiares, desenvolvimentos de atividades de educação em grupo e/ou personalizadas, garantia de participação na vida comunitária, entre outros princípios previstos no Estatuto. As entidades são divididas de acordo com as seguintes finalidades: orientação familiar, regime sócio-educativo em meio aberto, colocação familiar,

abrigo, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), os registros e credenciamentos das instituições e, posteriormente, a comunicação aos Conselhos Tutelares e à autoridade judicial do município os registros ou exclusões de entidades.

Peculiar atenção é merecida aos Conselhos Tutelares. Esses se constituem, de acordo com o ECA, como órgãos autônomos, não jurisdicionais. Sua finalidade social é a de zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes previstos no Estatuto. Os Conselhos são compostos por cinco conselheiros, eleitos pela sociedade para um mandato de três anos, com a possibilidade de uma recondução. Para candidatar-se ao Conselho, se exige do pleiteante comprovação de idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos, residir no município onde exercerá um possível mandato e comprovação que já prestou serviços relacionados ao público em foco. O local e os horários de atendimento dos Conselhos são definidos em lei municipal. Assim como as despesas e remunerações são regidas pela Lei Orçamentária da municipalidade. No caso da cidade de Ponta Grossa, foco dessa pesquisa, há dois Conselhos Tutelares: Leste e Oeste. Esse último é a principal referência para nosso estudo.

Com relação às disposições para com a Justiça da Infância e Juventude, é de encargo dos Estados a criação de varas específicas ao atendimento dessa parcela da sociedade. Compete ao Poder Judiciário Estadual determinar a proporcionalidade de Varas da Infância e Juventude, de acordo com números de habitantes por comarcas, assim como a disposição de infra-estrutura necessária para seu funcionamento. Em Ponta Grossa há a Vara da Infância e Juventude representada por um (a) Juiz (a) e um (a) Promotor Público especial para assuntos referidos aos

adolescentes e as crianças.

Dentre as diversas atividades competentes para a Justiça infanto-juvenil, destacamos a tarefa de referendar o conhecimento de casos encaminhados pelos Conselhos Tutelares e a aplicação de medidas cabíveis. Em geral, são abertos Procedimentos Investigatórios (PI) em que o juizado conta com o auxílio de sindicâncias realizadas no âmbito familiar, realizadas por assistentes sociais do Serviço de Auxílio à Infância e Juventude (SAI). As informações relatadas nas sindicâncias são somadas aos elementos já diagnosticados pelo Conselho Tutelar, servindo de instrumentos para subsidiarem as decisões do Juiz (a).

Conforme interpretação de Campanatti e Carvalho (1998), Gomes (1996), entre outros autores, com a implementação do ECA, as crianças e adolescentes deixam de ser “objetos” de direitos, concepção paternalista que precede o Estatuto, e ascendem à condição de “sujeitos” de direitos. Embora haja uma constante preocupação por parte da sociedade em criar dispositivos na configuração dos direitos sociais das crianças e adolescentes, refletindo na arena de Estado; autoras como Schuch (2006) e Schiocchet (2006) anotam que esses direitos se alinham a uma composição universalizante, em concordância com as normas da Organização das Nações Unidas (ONU), o que a caracteriza por uma base “legalista”.

Assim, emergem as dificuldades. Por um lado, há uma preocupação de inclusão de crianças e adolescentes a partir de uma base legal/universal e, do outro lado, há um esvaziamento dos conteúdos social, cultural e espacial. A sociedade da qual as crianças fazem parte é composta por diversos estratos culturais e por diferenças de gênero, classe social, etnia, entre outros. Portanto, crianças e adolescentes não comportam um discurso monolítico, mas emergem concretamente a partir dos seus contextos histórico-espaciais.

O Estado constituído por uma arena seletiva na qual apenas algumas classes sociais mais privilegiadas se fazem representar, instituem uma pretensa universalidade de direitos dos agentes menores de idade que norteiam as representações de infância para ação das instituições e do discurso hegemônico do Estado, que restringe a prática comercial sexual em que as meninas se encontram.

A universalidade de direitos tem sido confundida com a homogeneidade de concepções e práticas relativas às características dos grupos sociais envolvidos no processo de exploração sexual comercial infanto-juvenil tratado por esta pesquisa. O referencial de vida burguês, tomado como fundamento da prática do Estado, é resignificado nos espaços de periferia, contexto de vivência das meninas foco dessa pesquisa.

O Estado, como um agente, é capaz de impor sua representação de infância e ações coercitivas para enquadrar as práticas sociais. Entretanto, essa representação tem se conflitado com as representações construídas a partir da experiência da periferia pobre da cidade de Ponta Grossa, onde os discursos formais chegam de maneira rarefeita. Conseqüentemente, a representação da infância e adolescência fundamenta-se em sentidos diversos na experiência cotidiana dos sujeitos e famílias pobres da periferia.

A efetivação das normas contratadas socialmente e referências das ações das instituições legais só ocorrerão na medida em que tais normas forem incorporadas no cotidiano dos grupos sociais ou, ainda, que as regras sejam produzidas com base também nas experiências dos protagonistas da periferia.

As normas objetivadas nas leis são estáticas e a cultura “reflete sistemas importantes fragmentados, altamente contestados, freqüentemente híbridos e sempre fluidos” (DUNCAN, DUNCAN, 1999, p.64). Não se está reivindicando o

enquadramento da concepção legal ao fato histórico-espacial, mas que as práticas do Estado, ao utilizarem o contrato social como uma referência, sejam hábeis para compreenderem que as normas são constrangidas nas experiências vividas através do espaço-tempo e que contemplar este aspecto amplia a capacidade de sucesso das políticas de Estado junto aos grupos sociais vulneráveis socialmente.

Embora haja necessidade de garantia irrestrita aos direitos sociais das crianças e adolescentes, é preciso haver mediações das características sócioespaciais específicas. A fim de possibilitar o sentimento de pertença e a construção identitária dos diversos grupos sociais aos contratos sociais estabelecidos para construção cidadã. Dessa forma, faz-se necessário incorporar a dimensão geográfica para possibilitar a construção de projetos e veículos de intervenções mais efetivos na dimensão cotidiana de crianças e adolescentes, notadamente aquelas que vivem na periferia pobre da área urbana, sujeitas aos diferentes círculos de intersubjetividades.

2.2- A exploração sexual comercial na margem das ações centrais do Estado

As estratégias do Estado para coibir a exploração sexual comercial infanto-juvenil têm como ponto de referência o Estatuto da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares (responsáveis diretamente pelas denúncias de infrações aos direitos das crianças e adolescentes) e a Vara da Infância e Juventude (responsável pela deliberação das medidas cabíveis). Órgãos centrais na operacionalização do discurso da lei. A legislação, como um signo universal, permeia o mecanismo de ação e, nesse sentido, o discurso se realiza nas práticas jurídicas, políticas e sociais.

Assim, o discurso é a ação que se desenvolve na mobilização de forças para traçar estratégias no combate à exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina. Uma das ações principais de coibição das práticas sexuais comerciais que envolvem meninas, clientes e aliciadores são as blitzes que ocorrem numa parceria entre o Conselho Tutelar Oeste e a Polícia Rodoviária Federal.

A prática de coibição tem como referência fundamental a espacialidade fenomenal a partir de locais e horários já conhecidos da prostituição adulta, como rodovias, boates, locais públicos e bares. Acredita-se que nestes locais se pode encontrar as meninas menores em situação de “prostituição”, juntamente com aliciadores, clientes ou facilitadores da exploração. Não há um controle rígido no registro das ações por parte do Conselho Tutelar. As informações são de que a periodicidade pode ser mensal ou, algumas vezes, determinada pelo número excessivo de denúncias. Podemos observar melhor a prática das blitzes no trecho extraído de uma reportagem jornalística:

A inspetora operacional da Polícia Rodoviária Federal, SGM, conta que a rotatividade dos pontos de prostituição dificulta o mapeamento. “Dá apenas para determinar a região”, explica. Bares, lanchonetes, pátios de postos de combustíveis e casas noturnas são os focos. (...) Segundo o Conselho Tutelar, elas não são agenciadas. Trabalham por conta própria ou são induzidas pela família. SGM já notou a redução de casos. “O administrador do estabelecimento exige documentação por medo de ser notificado”, conta. Na última blitz, nenhuma menina foi encontrada. Mas não há o que comemorar. “Estamos encontrando muitas que acabaram de completar 18 anos”, relata J (Conselheira Tutelar). São garotas que já estavam na prostituição (Reportagem de BREMBATTI, K. Gazeta do Povo 26/06/2005).

A prática das blitzes tem registrado no Conselho Tutelar Oeste²⁷ números inexpressíveis. De fevereiro a setembro de 2003 foram realizadas oito operações, nas quais não houve nenhum caso registrado.

²⁷ Embora tenhamos dois Conselhos Tutelares em Ponta Grossa, esta pesquisa se reporta ao Conselho Tutelar Oeste, pelo fato desse atender as áreas de rodovias e suas proximidades -espacialidades compositoras de nosso recorte.

No ano de 2004, há uma intervenção, em 14 de abril, que resultou na presença de três adolescentes em local indevido: uma menina de dezessete anos encontrada em uma boate e um menino de quinze anos em outra. Além dessas ocorrências, há o registro de uma menor de dezesseis anos num posto de combustíveis. Todos esses casos envolvem estabelecimentos localizados na Rodovia BR-376.

Em 2005, há registro de três blitzes. Uma em 17 de maio, em que foi verificada a presença de uma adolescente de quatorze anos em frente a um antigo “posto de gasolina”. No dia seguinte foram localizados dois meninos de quinze e treze anos, respectivamente, cuidando de carros no pátio de uma churrascaria próxima à BR-376. A última blitz registrada em 2005 ocorreu em 12 de outubro e não houve autuações. Por conseguinte, num total de doze intervenções do Estado foram encontrados seis menores de idade em locais e horários impróprios, o que contabiliza uma média de 0,5 caso registrado em cada ação empreendida. Mesmo frente às denúncias, as ações têm sido mal sucedidas, como pode ser constatado no trecho de relatório que se segue:

Em 11/09/1996 Tamara, irmã de Despina, relata que a adolescente estaria se prostituindo no Bar da avó. (...) A adolescente Despina (14 anos) teria engravidado e provocado aborto, continua trabalhando no bar da avó. Em 07/10/1996 compareceram ao CT a Sra. Fedora e a filha Despina relatando que Despina nunca esteve grávida e que estaria namorando com Sr. de idade e que continuava morando com sua avó. Em 14/07/1998 vizinhos relatam de que Despina não estuda e trabalha no bar da avó diariamente junto com outras adolescentes, todas de menor idade. A polícia foi acionada, mas as adolescentes fugiram do local. (Relatório do Projeto da Rua para a Escola. In: Processo do CONSELHO TUTELAR OESTE, Ponta Grossa, 1998²⁸).

O trecho ilustra a dificuldade de localizar meninas diretamente inseridas na

28 Nos trechos referentes aos processos e relatórios do Conselho Tutelar Oeste, Vara da Infância, entre outros, optamos por não incluir o número da folha e tampouco o número dos autos, preservando-se o sigilo judicial.

exploração, pois, mesmo com a denúncia e tentativa de flagrante por parte da polícia, as meninas também exercem uma postura ativa fugindo de uma apreensão, o que contribui para perpetuação de suas situações de exploração sexual comercial. Somando-se a outros fatores, como bebidas alcoólicas, trabalho infantil (venda de verduras) e a tutela da avó, as meninas exercem uma postura ativa, ainda que uma escolha constrangida pelo contexto de pobreza, gravidez precoce, aborto e naturalização das práticas no ambiente familiar.

Outra prática do Estado no combate à exploração sexual comercial infanto-juvenil são os registros e averiguações de denúncias da sociedade. Para cada “acusação”, há um processo aberto com o nome da criança envolvida, onde são registrados os procedimentos realizados para resolução do caso apresentado. Diante da impossibilidade de solucionar os problemas denunciados, o Conselho encaminha o processo à Vara da Infância e da Juventude, que toma novos procedimentos.

A Vara da Infância, ao receber o encaminhamento do Conselho Tutelar, designa uma sindicância para a averiguação dos fatos apresentados e da decisão tomada pelo Conselho Tutelar. A condução da sindicância é realizada por uma assistente social do SAI, ela realiza visitas junto à família da criança, reúne depoimentos e elementos para instruir o processo a ser julgado. Além disso, a Vara da Infância, através de sua promotoria, pode realizar denúncias de violação de direitos das crianças e adolescentes.

A pesquisa nos arquivos e registros existentes nestes órgãos evidenciou que os procedimentos realizados pelo aparelho competente de Estado apresentam debilidades na atuação de combate à exploração sexual comercial infanto-juvenil já que promovem a invisibilidade de um fenômeno presente na sociedade.

A prática da blitz realizada pela parceria entre o Conselho e a Polícia tem apresentado, como evidenciado anteriormente, números inexpressivos da atividade em tela. O enquadramento do caso torna-se difícil já que, geralmente, há negação por parte da menina menor de estar sendo prostituída. Além disso, a dificuldade torna-se ainda maior pelo fato de que é pouco provável a ocorrência de um flagrante do programa que ocorre entre as meninas e os clientes. Nesse sentido, os registros são enquadrados como “menor encontrada em um local e horário impróprio”.

Mesmo quando a denúncia é realizada por parentes, a prática da blitz em boates tem sido infrutífera:

Zaíra (adolescente) relatou que (...) suas irmãs Tâmara e Despina trabalham na Boate (nome), porém nós fomos até o local e realizamos uma blitz junto com a Polícia Rodoviária Federal e não encontramos nenhuma menor no referido estabelecimento. (Extraído de processo do CONSELHO TUTELAR OESTE, Ponta Grossa, 2006).

Em um dos estabelecimentos da PR-151, uma garota, atualmente com dezenove anos, relatou que vários estabelecimentos contam com câmeras nas ruas e conseguem então prever a chegada dos policiais juntamente com o Conselho Tutelar. Disse ainda que com o celular tudo ficou mais fácil, porque quando as batidas dos policiais começam, os estabelecimentos de prostituição se comunicam rapidamente. Além disso, há policiais que avisam previamente os estabelecimentos de prostituição sobre as batidas e prontamente os responsáveis retiram as meninas menores de idade do local. A própria depoente relata que, quando era menor de idade, tinha que se esconder até que sua “mãe adotiva”, como carinhosamente se refere à dona do estabelecimento, lhe conseguiu documentos falsos atestando sua maioridade.²⁹

²⁹ Durante quase dois anos foram realizadas visitas nos estabelecimentos de prostituição para

Nas ruas, rodovias e avenidas também ocorrem os *dribles* às práticas do Conselho Tutelar. Um caso interessante é relatado pela conselheira Fabiane Franke. Numa ocasião, o Conselho Tutelar Oeste recebeu freqüentes denúncias anônimas de que havia uma garota que estava sendo prostituída na Avenida Souza Naves. Pela descrição do físico da tal garota ela e outra conselheira suspeitaram de que se tratava de uma menina que já havia passado por Conselho e Casas de Abrigos. Resolveram então flagrar a menina em situação de exploração sexual e para isso tiveram que ir ao local disfarçadas. Deixaram o carro do Conselho e foram a pé, usando roupas diferentes das habituais, usaram bonés e cabelos presos. No local chegaram a ver a menina descendo da cabine de um caminhão, a qual as reconheceu mesmo com todos os disfarces. De forma debochada, a menina abanou a mão fazendo sinal de “tchau” e fugiu por área escura, impossibilitando a ocorrência de um possível flagrante.

A invisibilidade é também promovida pela forma de registro que o Conselho Tutelar Oeste tem desenvolvido. Nas categorias de registros não se contempla a exploração sexual comercial ou crianças prostituídas, por exemplo. Os itens de possíveis enquadramentos são: a violência sexual, anotações relacionadas aos atos atentatórios à cidadania, como aliciamento, mendicância, crianças em lugares e horários indevidos. Destarte, há uma dificuldade em dar visibilidade a uma prática em que, num contexto de toda ordem de carências, há uma atitude ativa por parte da menor para fazer o programa, pois ela recebe compensações para realizar o ato, diferentemente do abuso ou do estupro, por exemplo.

Vinte e nove processos foram analisados. Quinze provenientes de indicações do Conselho, nove oriundos do PEMSE e cinco processos de meninas

entrega de preservativos e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. O relato foi feito durante uma destas visitas. Entretanto, sem a permissão de gravação.

institucionalizadas em abrigos. Com exceção desses últimos, os demais vinte e quatro haviam sido apontados por conselheiros tutelares ou pela assistência social do PEMSE como casos em que havia suspeita de exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina.

Mesmo assim, para nossa surpresa, em apenas 16,6% dos processos analisados a exploração sexual aparece como primeira notificação. Nos 83,4% restantes, a exploração é escamoteada dos processos num primeiro momento. Durante as análises, observamos que nos relatos das assistentes sociais com relação às visitas e nos depoimentos transcritos das pessoas envolvidas a exploração sexual comercial surgia. Todavia, vinculada e camuflada a outras situações como a ausência prolongada de casa, atos violentos, desobediências às regras familiares, furtos, uso de drogas etc. Em dois trechos abaixo extraídos de relatórios de acompanhamento do PEMSE, vislumbra-se paradigmaticamente o percurso feito pelas adolescentes em questão:

a genitora de Zobeide esteve no dia 05/09/2006 na sede do programa e relatou que a adolescente está fazendo uso de bebidas alcoólicas, está fumando e posa fora de casa várias noites sem dizer onde está ou o que está fazendo. (Relatório PEMSE. In processos da VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, Ponta Grossa, 2006).

Pai fala: “(...) adolescente foge de casa, aparecendo apenas para tomar banho e trocar de roupa, momentos em que relata que ela não gosta de ficar em casa porque se sente presa (...) e ainda, que há possibilidade dela estar se prostituindo e usando drogas” Folha XX, mãe em 19/06/06 (...) nos relatou que não houve nenhuma mudança positiva nos comportamentos de Ipásia, e ela constantemente está fugindo de casa, está mantendo relações sexuais com pessoas desconhecidas (Relatório PEMSE. In processos da VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, Ponta Grossa, 2006).

O primeiro trecho se refere a Zobeide cujo primeiro registro nos aparatos de Estado se deu via polícia, motivado por agressão praticada contra uma outra

adolescente. Já Ipásia, atriz do segundo trecho de relatório, tem um percurso mais extenso pela rede de atendimento ao público infanto-juvenil. Primeiramente, foi a sua mãe quem comunicou ao Conselho Tutelar sobre a circulação da adolescente por locais impróprios. Posteriormente, temos sete novos registros, sendo três por desobediências, dois por estar presente em local indevido, um por localização imprópria conjugada a furto e um registro de furto. A mãe é notificante da primeira vez e em outras duas oportunidades. O pai aparece em duas ocasiões. Contabilizando uma vez respectivamente para a escola, polícia e denúncia anônima.

Tanto Zobeide quanto Ipásia tiveram sua relação com o Estado por cometerem infrações. Só quando os responsáveis foram ouvidos é que se levantou o fato de haver desconfiças de exploração sexual comercial. Entretanto, esse fato não se configurou como importante nos processos, nem mesmo para denunciar os supostos clientes.

Os processos constituem um modelo em que a exploração sexual comercial tem sido tratada. Ou seja, ela aparece sempre camuflada por outras irregularidades, sem possibilidades de denúncias ou flagrantes dos exploradores. As meninas estão cumprindo medidas sócio-educativas por agressão e furto, mas os seus exploradores, homens adultos, estão confortavelmente alojados atrás do véu da impunidade.

Para compreender a invisibilidade do fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil feminina foi preciso olhar por detrás das instituições simbólicas e discursivas dos diferentes textos de cidade, produzidos tanto pelas próprias meninas como pelas estratégias do Estado. O que se apresenta aqui como resultado de pesquisa é “um ato criativo no qual se viabiliza o processo de construção, e não como uma placa sensível que registra mimeticamente os ‘fatos de cultura’” (MONDADA &

SÖDERSTRÖM, 2004. p.139).

Compreendendo a cidade como uma rica trama discursiva ou textual, para utilizar as palavras de Duncan (2004). A destacamos como uma teia de pluriversalidade. Optamos por construir a visibilidade de textos que emergem das fissuras e interdições do poder hegemônico das instituições formais.

Em torno da posicionalidade do pesquisador frente aos desafios metodológicos, e em uma postura aberta para questões atinentes à significação e inscrição de valores, como compositores da materialidade espacial, pois os atores, no caso as atrizes, elaboram interativamente a concepção de espaço e a si mesmos, indo além de um espaço estrutural a priori. De forma polifônica, as meninas, ainda que exploradas, elaboram seus textos de cidade.

Semelhante a pesquisa de Katz (2004), que, ao estudar a vida diária de crianças trabalhadoras em Howa no Sudão, revela todo seu potencial transformador, retirando a carga passiva que a sociedade lhes imputa. Também aqui, as meninas que vivenciam a exploração sexual comercial são partes ativas entre os diversos textos que interconectados e compõem o espaço urbano e a cidade.

Destacamos como positiva a adoção de direitos universais das crianças e adolescentes a partir do ECA. Entretanto, sua exequibilidade só é possível quando se contempla a diversidade espaço-temporal da vivência da infância. Pode-se afirmar que a espacialidade do fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina é de alta complexidade e não apresenta um padrão homogêneo. Pelo contrário, sua sobrevivência só é possível pelas múltiplas configurações espaciais nas quais se viabilizam as práticas dos sujeitos envolvidos e, inclusive, da posição do papel repressor do Estado.

O desempenho dos serviços sexuais aparece como uma escolha, ainda que

constrangida pelo contexto sócioespacial de pobreza e exclusão dos direitos básicos. As meninas aqui investigadas vivenciam um espaço paradoxal como argumenta Rose (1993). Elas são agentes de direitos, mas invisíveis aos olhos do Estado. Querem se manter invisíveis, mas, com isso, expandem as possibilidades de perpetuação de uma condição perversa de exploração. Cabe também à Geografia estudar e tornar o fenômeno inteligível a fim de subsidiar a promoção de políticas públicas mais eficazes com relação a temática em tela.

III - AS REDES DE INTERDEPENDÊNCIA E AS TÁTICAS ESPACIAIS COTIDIANAS NA PERSISTÊNCIA DO FENÔMENO

A exploração sexual comercial infanto-juvenil é um fenômeno presente em nossa sociedade, embora, como evidenciado no capítulo anterior, esteja pouco visível pela arena formal / legal do Estado, seja pelas dificuldades de enquadramento e estratégias adotadas em sua abordagem, seja pela ação tática dos agentes envolvidos. O objetivo deste capítulo é a compreensão das relações que congregam sujeitos e suas correspondentes configurações, permitindo a persistência do fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil no texto urbano de Ponta Grossa. A análise é apresentada em dois tópicos. Primeiramente são evidenciadas as plurais configurações de agentes generificados organizados em redes de interdependência. E como foco principal, sua dimensão espacial. Posteriormente, o capítulo aborda a persistência do fenômeno sustentada, paradoxalmente, na invisibilidade garantida pelas próprias meninas e pela debilidade das estratégias de Estado.

A concepção de Duncan (2004) sobre a cidade-texto possibilita o argumento de que o fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil articula diferentes textos urbanos produzidos por vários grupos sociais. Esta articulação de textos produz intertextualidades que denotam as inter-relações de textos que se entrecruzam. Associando a idéia de Duncan (2004) com a proposta de Elias (1994a), a articulação dos textos urbanos que produz a intertextualidade se dá por agentes em relação. Estes articulam as dimensões micro e macro em constante movimento, ou seja, são analisados em sua co-relação com a sociedade - o que o autor chama de “configurações” ou redes de interdependência pois,

A rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexo do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. Este o motivo por que, conforme afirmado antes, não é particularmente frutífero conceber os homens à imagem do homem individual. Muito mais apropriado será conjecturar a imagem de numerosas pessoas interdependentes formando configurações entre si (ELIAS, 1994a, p.249).

Estas redes de interdependências comportam agentes que vivem no decurso de suas espacialidades e ao produzirem uma determinada configuração colocam em contato os diferentes textos urbanos, produzindo espaços intertextuais, como argumenta Duncan (2004). Nesse sentido, o fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil é abordado aqui configurando redes de interdependências espaciais, já que as pessoas em relação trocam, além de outros elementos, suas experiências e marcas espaciais.

A cidade-texto de Duncan (2004) se define numa dinâmica relacional e processual entre sistema de significados e práticas que se transformam mutuamente ao longo do tempo. Os seres humanos são tanto agentes de mudança social e, portanto, espacial, quanto seus produtos.

Na configuração do fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil, há intercâmbios de diferentes elementos entre as pessoas, envolvendo relações de forças. Esta rede de interdependência envolve indivíduos que trocam em condições de desigualdades sócioespaciais. As pessoas centrais da rede podem ser sinteticamente descritas como homem adulto, em geral com melhores condições econômicas que a menina, criança ou adolescente, com baixo nível de renda. Os elementos que posicionam estas pessoas em vantagens ou desvantagens na rede de interdependência são consensuados socialmente, ou seja, corroboram os

padrões hegemônicos duais. O padrão hegemônico dita que o masculino é superior que o feminino, o rico é melhor que o pobre, o adulto domina a criança, o centro é mais bonito que a periferia e assim por diante.

Contudo, os pretensos posicionamentos duais promovidos pelo discurso hegemônico são móveis, constantemente tensionados, conforme Elias (1994a). O tensionamento se dá pelas perspectivas das pessoas que estão em relação e ativam os mesmos elementos de forma diversa. A prática sexual do homem mais velho que recompensa materialmente uma criança ou adolescente pobre do sexo feminino pode constituir significados diferentes para ambos. Para ele, significar uma prova de superioridade masculina o fato de manter relações sexuais com uma pessoa jovem e, para ela, constituir conquistas materiais num contexto de extrema precariedade. De tal modo, cada um deles pode significar a prática com ganhos relativos. Esse é um importante aspecto a ser considerado na rede de interdependência. Mesmo porque o modelo entre explorado e explorador é superado quando a perspectiva adotada é aquela do ponto de vista dos agentes da configuração. Mesmo compreendendo que cada uma das pessoas pode construir perspectivas de vantagens nesta relação, a configuração estabelecida impõe às crianças e adolescentes pobres do sexo feminino as conseqüências que perpetuam sua situação de fragilização social.

Ao adotar o ponto de vista relacional, as meninas são aqui compreendidas como ativas na produção do fenômeno e, embora busquem vantagens nesta relação, elas se mantêm na situação de subordinação, tanto em relação ao parceiro, quanto na relação com o Estado. As relações imbricam elementos que constituem a existência social das pessoas as quais formam redes e acionam elementos compositores de processos complexos pluridimensionais que tensionam

localizações de agentes em redes, como argumenta Rose (1993).

A realidade é plural, constituída por heterotopias conforme referendado em Corrêa (2005). Assim, os múltiplos significados que dão sentido à vida cotidiana são produzidos por grupos sociais em seus contextos históricos e espaciais específicos, como foi sustentado no capítulo anterior deste trabalho. Souza (2000) debate que as pessoas residentes de favelas cariocas vivem constantemente com a presença do risco de morte, do poder dos traficantes de drogas, das carências de todas as ordens. E isso potencializa comportamentos, que aos poucos vão tecendo as relações cotidianas. Essas se naturalizam como práticas quão simplesmente fazem parte da vida.

O exercício da vida infanto-juvenil na periferia pobre se constitui por elementos diversos que se entrelaçam compondo uma espiral de ressignificações entre legal / ilegal, formal / informal. A infância e adolescência se formam de conteúdos diferentes do padrão adotado pela ordem do discurso hegemônico. A infância se concebe em articulação com seu espaço-tempo. É importante ressaltar que as diferenças estruturais da sociedade capitalista são vivenciadas no cotidiano, pois, na cidade desigual, a existência cotidiana sustenta a totalidade das relações e da vida. A sociedade se dá num processo amplo, num sentido inteiro de “produção de coisas (produtos) e de obras, de idéias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e verdades” (LEFEBVRE, 2001, p.37).

A existência cotidiana é marcada por desacordos e assimetrias, os quais se configuram de forma relacional. Entre vários elementos que arranjam as dessemelhanças sociais, as relações de gênero são fundamentais, notadamente para esta pesquisa. O simbólico e o material se enlaçam no espaço urbano e as diferenças de gênero fazem parte das configurações que são aqui analisadas.

Gênero é compreendido como

um conceito / representação e, assim, diferenciado espacial, temporalmente e em permanente processo de redefinição, foi (é) preciso também considerar que o gênero feminino não comporta todas as variações identitárias das mulheres e, portanto, a identidade feminina exige uma abordagem plural e re-elaborada constantemente (SILVA, 2006a, s/p).

A redefinição constante das identidades femininas das crianças e adolescentes foco desta pesquisa compõe o fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil. As experiências e escolhas, conforme Certeau (1996), são realizadas por um cálculo racional dado pelas *estratégias* que são impositivas, tendo como alvo, certo espaço de relações, que visa, versa e busca antecipar o próprio tempo, centram-se em lugares de poder, privilegiam as relações espaciais e são capazes de produzir, impor e mapear. Entretanto, as leis e estratégias são recriadas no ato de consumi-las cotidianamente. Se há esquemas, regras e certas disposições, há também diferentes maneiras de agir e ser a partir delas. A astúcia, o drible dado pelos fracos por práticas cotidianas por entre as brechas do poder estratégico é definido como *tática*.

As táticas, para utilizar a expressão de Certeau (1996), ocorrem justamente nos campos de interdições e de superposições, criando o próprio espaço do jogo, como modos específicos de utilizar a ordem restritiva, como argumenta Santos (1988) na obra *A Cidade Como Jogo de Cartas*. Para Santos (1988), é preciso fazer uma distinção entre o consumo das regras (que implicaria numa posição de passividade e imobilismo) para o que ele denomina de *usança* desse estatuto. O status do drible é regido no próprio campo do poder estratégico, no entanto, na escala das brechas em que figura a prática inovadora, pois a:

prática cotidiana inova a realidade através da experiência vivida pelos sujeitos e, assim, pode-se dizer que constância e mudança são elementos constitutivos da construção da realidade. Pode-se dizer, inclusive, que o espaço se mantém vivo no processo de transformação, pois fora desse processo, não existe espaço social. Assim, para a superação da visão reprodutivista da produção do espaço urbano, é preciso levar em conta que ele é objetivo e subjetivo simultaneamente e, embora a estrutura objetiva restrinja e delimite a ação humana, ela também potencializa as trocas simbólicas que se constroem através dos encontros e da comunicação que se desenrolam nas práticas espaciais cotidianas e é justamente no confronto diário das diferenças que os significados se formam, transformam e mantêm vivo o potencial criativo do homem como produtor do espaço urbano (SILVA, 2002, p.280-281).

Enfim, as meninas que compõem as redes de exploração sexual comercial infanto-juvenis ao agirem re-inventam a realidade sócioespacial em organizações plurais. As quais são debatidas neste trabalho.

1- A pluralidade organizacional das redes de interdependência e as táticas espaciais

A exploração sexual comercial infanto-juvenil em sua concepção de gênero que opõe homens e mulheres em eixos binários e opostos, como utilizado em Saffioti (1987, 1989, 1995), tem sido criticada. Badinter (2005, p.53) advoga a idéia de que a utilização das “categorias binárias são perigosas, porque apagam a complexidade do real em benefício de esquemas simplistas e restritivos”. Assim, conceber os homens ativos e as meninas passivas, por exemplo, dificulta a compreensão dos interesses que levam a composição de agentes em redes de interdependência espacial.

Outra importante crítica às concepções simplistas do gênero é de Butler (2003). A autora argumenta que o gênero é um processo que articula sexo, desejo e prática sexual, no qual o corpo é moldado pela cultura. Para a Geografia, o corpo é o

ser e este não difere do estar no mundo. O ser se faz nas relações espaciais num incessante processo comunicante.

As relações de poder estão presentes na construção dos valores e códigos culturais. E o corpo é um significante que comporta os valores estabelecidos no processo de luta. Para Butler (2003), o corpo se constitui dentro de limites de produção de certos esquemas de regulamentação. O “gênero pratica um ato de inscrição cultural. Todavia, o gênero não é escrito no corpo” (BUTLER, 2003, p. 210). São normas culturais e processos históricos-espaciais praticados e experienciados que dão origem a as identidades de gênero. Logo, não é algo dado pela diferença de corpos, mas uma realidade cultural que se constrói de forma relacional e plural, esfacelando a idéia de dominação pautada por uma mão única masculina, branca e adulta.

Embora os mais diversos artigos que trabalham com a categoria de gênero caminhem a um consenso, aferindo-o como papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher construídos pela cultura, o espaço-tempo não é linear durante a vida das pessoas. Bernardes (1993), analisando o processo de formação dos gêneros identifica três fases. Primeiramente, a criança possui um descaso com relação aos estereótipos de gênero. Na segunda fase é o momento em que as construções de gênero não só são percebidas como são fortalecidas, a exemplo de distintas atividades lúdicas de meninas e meninos. Uma terceira fase é caracterizada pela transgressão, após a qual:

não significa o momento final de um processo, mas o início de uma orientação dialética em relação à vida; o conflito sempre se fará presente e sua resolução é apenas um estado temporário que atende às exigências de situações, disposições internas ou momentos determinados. (BERNARDES, 1993, p.50).

As configurações analisadas neste trabalho envolvem representações de gênero vivenciadas pelo espaço / tempo por pessoas que também articulam e agregam outros elementos como idade, renda, escolaridade e acesso às normas de Estado. As relações entre as pessoas podem ocorrer acionando vários elementos identitários ao mesmo tempo, superando a visão simplista e homogênea de papéis de gênero.

A configuração em tela é específica. Envolve pessoas marcadas por elementos que são acionados em redes particulares. O fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil apresenta uma pluralidade de configurações. Apesar disso, há elementos repetitivos que as conformam, como as características das pessoas envolvidas. São homens mais velhos que recompensam materialmente crianças e adolescentes pobres do sexo feminino por práticas sexuais. Nas buscas efetivadas para esta pesquisa, não foram encontrados registros de outras configurações envolvendo este perfil masculino recompensando materialmente crianças ou adolescentes de alta renda por práticas sexuais. Mulheres mais velhas pagando crianças e adolescentes pelas mesmas práticas, por exemplo. Os elementos marcantes da configuração envolvem o poder que articula identidades de gênero, recursos materiais e o espaço.

O texto urbano produzido pelas meninas, nossas protagonistas, é resultante de um artifício de subjetivações que se transformam em práticas objetivas, compreendendo aqui um processo de duplo vínculo nos moldes de Elias (1994a), ou ainda, de Duncan (2004). A prática cotidiana se desenvolve entre a objetividade que é subjetivada e vice-versa, superando a noção de determinação da superestrutura sobre os indivíduos.

A vivência do espaço urbano extrapola as fronteiras do espaço privado, da

casa. As relações entre os diferentes grupos confrontam significados e práticas que instituem as teias da cidade-texto. As meninas vivenciam a prática da exploração sexual comercial infanto-juvenil fora do espaço da residência da família. As entrevistas realizadas³⁰ apontam que os espaços públicos são fundamentais para a manutenção das práticas sexuais em troca de recompensas.

A rua e a casa são duas dimensões escalares que se encontram. Criam um espaço de contraste, ou nas palavras de Santos (1988), perfazem antíteses complementares. A rua como um elemento estruturante do espaço urbano, lócus de encontro, trocas e muitos usos, espaço didático de aprendizado. Pois “na rua está o transitório, o ambíguo, o excitante e o perigoso. Na casa, o estável, a certeza da própria identidade” (SANTOS, 1988, p.89). A rua permite a troca de códigos e de comunicações. As ruas são “também unidades de alto significado para quem sabe reconhecê-las. Uma rua é um universo de múltiplos eventos e relações” (SANTOS & VOGEL, 1985, p.23-24).

Para as meninas, a rua é descrita com maior entusiasmo. Representando o encontro com os amigos e a diversão que se contrasta com a casa, concebida pela hierarquia, ordem e proteção. As falas denotam uma forte atração pela rua e a opção pela ausência de casa. Os relatos que se seguem são marcados também pelo desajuste temporal de suas vivências entre a rua e a casa:

Eu não falo assim de piá pra ela (falando da mãe), falo pra elas (amigas). E a gente assim conversa, passeia. Assim ficar distraída, se diverte. Conhecer gente nova. (...) Daí eu fiquei na rua tipo assim, chegava muito tarde. Daí minha mãe ficou preocupada. (...) Ficava com eles (amigos). Ficava assim. Uma hora ia pra casa, outra hora não ia. Às vezes posava na casa de uma amiga. (Entrevista concedida por Armila com estímulos de imagens)³¹

30 É importante lembrar que as falas das meninas foram estimuladas por cartazes por elas elaborados com recortes de revistas, conforme técnica relatada na metodologia do trabalho.

31 Entrevista concedida a Joseli Maria Silva em 03/05/2007, na MARILLAC em Ponta Grossa.

E onde eu moro tem a minha amiga (nome). A gente saía junto e ia lá no Centro e se encontrava com as outras. Daí a gente ficava, daí tinha vez que eu saía de casa e voltava só no outro dia de manhã. Daí minha mãe ficava preocupada, né? Porque eu nunca dizia aonde eu ia. Se eu dizia que ia num lugar, eu ia ao outro. Daí minha mãe sempre ficava preocupada. (Entrevista concedida por Cloé com estímulos de imagens)³²

No capítulo anterior, as meninas Maurília e Isaura, retratadas na família paradigmática, também descreviam a rua como atraente. Lugar onde podiam ver pessoas arrumadas, maquiadas e vitrines de lojas contrastando com a casa onde realizavam trabalhos domésticos para ajudar a mãe. Importante ressaltar que em nenhum momento a rua foi significada como espaço de perigo, medo ou estranheza pelas meninas. Pelo contrário, falavam da preocupação das mães como algo infundado, sem ameaças concretas a elas.

Vivenciar as ruas da cidade, coloca as meninas no encontro com outros grupos sociais. Os corpos que circulam pela cidade carregam consigo marcas de suas espacialidades, desde vestimentas às formas de se comunicar, andar e olhar. Não que haja uma espécie de carimbo-marca esse é “um corpo da periferia pobre”! Não, mas práticas discursivas e processos culturalmente produzidos (em produção) em que elementos se inscrevem as diferenças de gênero, classe, sexualidade, faixas etárias, em negociações espaciais de poder.

Os corpos femininos, adolescentes e pobres são abordados por homens mais velhos que são assim descritos pelas meninas:

Muitas vezes chegam perguntando o nome, onde você mora, se tem namorado, se interessa sair com ele. Já vamô reto ao assunto. Oferecem dinheiro. Pra mim já ofereceram, eles perguntaram. Até um dia chegou um home pra mim *“vocês preferem sair com esses rapazes novo que não pagam nada pra vocês. Em vez de sair comigo”*. Eles sempre faziam foguinho pra gente sai com eles.
(Entrevista concedida por Cloé com estímulos de imagens)

³² Entrevista concedida a Joseli Maria Silva em 03/05/2007, na MARILLAC em Ponta Grossa.

Eles chegam assim falando você é tão bonita, como eu queria ser mais novo, né? Eles falam vamos ficar aqui trocando idéia. (...) A maioria oferece dinheiro. Mas com a gente. Vamos sair. Vamos marcar um encontro. E a gente. Eles dizem coisa que vão atçar. (Entrevista concedida por Armila com estímulos de imagens)

Os códigos de aproximação entre essas duas pessoas são de uma paquera convencional em que os homens valorizam a estética das meninas e ao mesmo tempo ostentam seu próprio poder econômico. Os elementos de posse, como os carros, estão presentes em suas falas e se tornam fatores de atração, juntamente com a sensação de ser desejada e cortejada. Quando questionadas sobre os ganhos pertinentes da relação estabelecida, elas eram categóricas em afirmar os ganhos materiais.

Muitas vezes que eu via que eles davam dinheiro, ou eles davam (pausa) uma ordem nas lojas pra elas comprarem roupas, pra elas. E eu acho que elas saíam por causa disso, por causa do dinheiro. (Entrevista concedida por Cloé com estímulos de imagens)

A maioria oferece dinheiro. (...) ganham os presentes, né? Roupas, presente, maquiagem, brinco. Até mesmo tem uma que eu conheço, que ela sai com homem e eles pagam tudo - tatuagem, pircing essas coisas tudo, sabe? (Entrevista concedida por Armila com estímulos de imagens)

elas saíam com o dono da farmácia, era por que ele deu um celular pra ela. Um celular novo, ela escolheu o modelo tudo. E ela acabou ficando com ele por causa disso. E ele poderia ser de idade, mas não aparentava, sabe? E ele gostava dela. Só que ela não. Então ela pensa também em tirá vantagem. (Entrevista concedida por Sofrônia com estímulos de imagens)

A relação se estabelece na sutileza dos códigos da conquista, escamoteando as relações desiguais que estão em jogo - a troca de práticas sexuais por recompensas materiais. As meninas têm consciência dos elementos colocados em jogo e procuram tirar vantagem da situação em que o homem mais velho pode lhe proporcionar. Contudo, os afetos são evocados em relações de outra ordem, na relação entre adolescentes. Inclusive, muitas vezes, o homem mais velho se

constitui na fonte de recursos para ambos os adolescentes, já que a menina, ao obter recursos, divide com o namorado. As meninas demonstram que sabem jogar na rede de interdependências que se estabelece num modelo social que localiza o masculino como possuidor de um natural apetite sexual incontrolável e de recursos materiais capazes de proporcionar conforto. O feminino, por sua vez, é legitimado por elas como o elemento que arditamente provoca os “instintos naturais masculinos”. O trecho abaixo evidencia uma legitimação das relações em rede em que é a própria menina quem busca a prática sexual e requer a recompensa material, absolvendo de certa forma as ações masculinas:

Esses caras mais velhos, a menina tendo bunda, tendo peito, eles estão indo. Daí a menina passa rebolando perto deles. Daí têm muitas meninas, que nem elas. A maioria das vezes elas saem com saíngas mostrando as pernas. Daí que home não vai ficá assanhado? Daí elas passavam perto deles, daí eles já (...) (Entrevista concedida por Cloé com estímulos de imagens)

Imaginemos estas mesmas pessoas em uma configuração em que a dimensão espacial fosse a residência da menina ou do homem. Ou ainda, a mesma rua, proporcionando encontros entre o mesmo homem e uma menina bem vestida e que exibisse posses econômicas. Em qualquer configuração a relação sexual não se daria porque estariam rompidas as teias que colocam estas pessoas em redes de interdependência.

É importante frisar que, embora elas reconheçam as trocas materiais por práticas sexuais com homens que não são objeto de amor ou paixão, em nenhum momento as meninas pronunciaram a palavra prostituição. É justamente esse jogo sutil que escamoteia a exploração, que torna difícil sua detecção pelos procedimentos adotados por órgãos estatais.

Gomes (1996), em seu livro sobre a exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina, desde o título faz uma distinção entre o corpo na rua e corpo da rua. Para esse autor, há um grande equívoco em atribuir a exploração sexual comercial a todos os corpos infanto-juvenis femininos que vivem nas ruas, evidenciando muitas diferenças de atuação das meninas. Todavia, os corpos de meninas pobres nas ruas significam algo que é interpretado por outras pessoas. Resgatemos Cloé e Armila e seus discursos, os quais representam corpos-espaciais-pobres. Certamente não ofereceriam dinheiro a uma menina vestida com o uniforme do colégio com a mais alta mensalidade da cidade. Essa é uma das evidências dessa transitividade espacial e outro elemento é a sutileza das abordagens, o que deixa mais complexa a caracterização ou atuação por assédio.

As relações que se estabelecem são complexas e envolvem amigas, pessoas que abordam, donos de estabelecimentos comerciais que, via dimensão espacial viabilizam a exploração sexual comercial infanto-juvenil. O espaço é elemento fundamental na configuração do fenômeno, que se expressa de diversas formas. Para evidenciar a dimensão espacial do fenômeno, foram elaborados, com base em entrevistas, alguns tipos de redes de interdependências em que as práticas sexuais das meninas são requisitadas e capitalizadas.

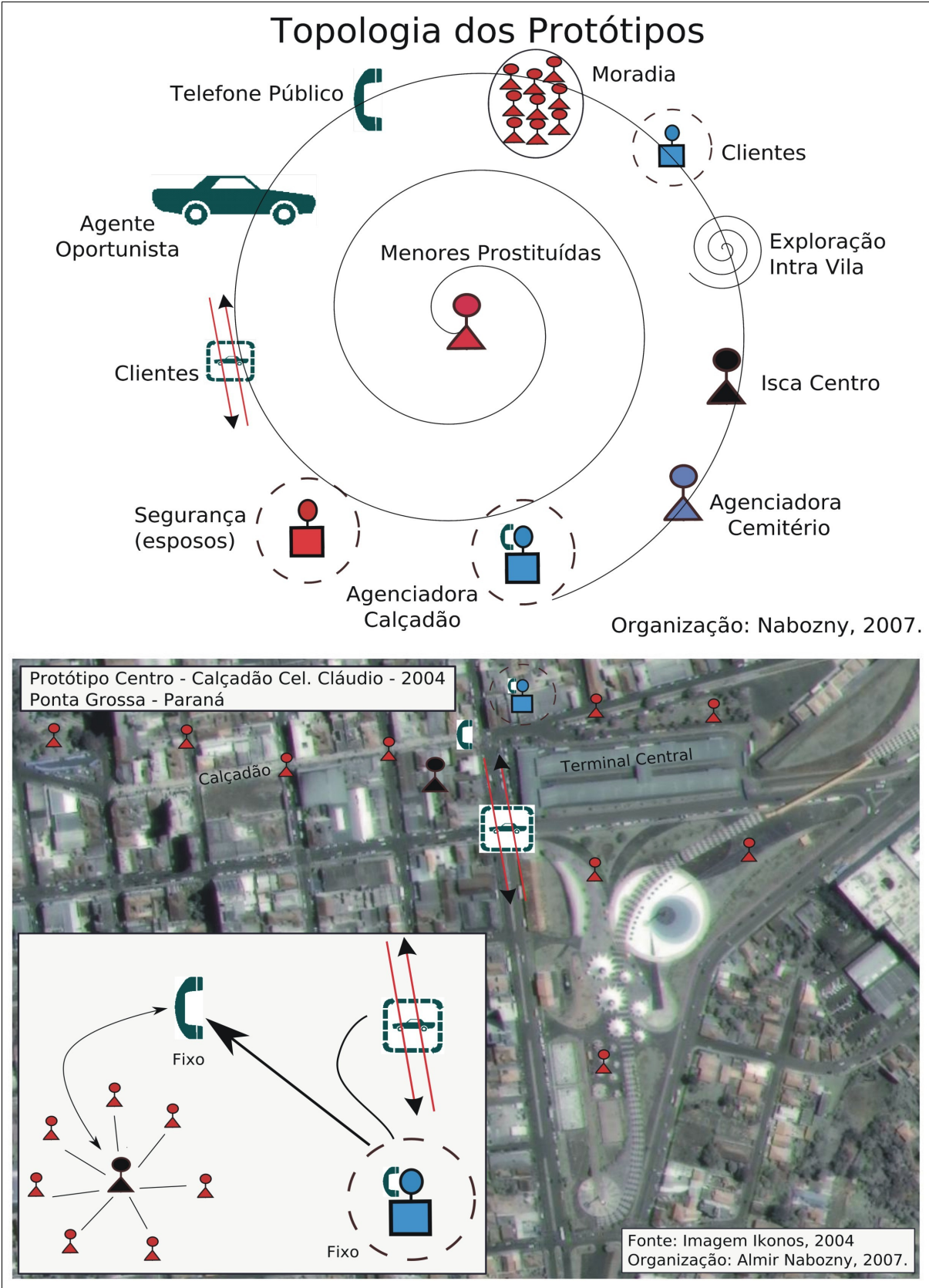
O primeiro protótipo foi construído juntamente com um Profissional da Segurança Pública (PSP). A polícia, segundo ele, atua em duas frentes: uma de geração de evidência-crime (inteligência) e outra em que se buscam provas criminais (ou não) de atividades e fatos levantados como suspeitos na fase de inteligência. O protótipo que configuramos se enquadra na primeira fase da ação. Trata de uma ocorrência acompanhada no ano de 2004. Caracterizada por uma adolescente “esperta” funcionando como isca, abordando meninas pobres que

transitavam pelo centro da cidade, oferecendo a elas vantagens econômicas em troca de práticas sexuais. Ao persuadir uma menina, elas se dirigiam a um telefone público entre o Calçadão da rua Coronel Cláudio e Rua Benjamin Constant (próximo ao Terminal Central de Ônibus). Um pretérito agenciador e, às vezes, “usuário” da rede observava as meninas, provavelmente de um prédio, numa visada vertical. Ele realizava o chamado e as meninas atendiam ao telefone, pelo meio do qual, o destino da menina era traçado para a efetivação da prática. Algumas vezes, um carro passava e encaminhava a menina para tomar um banho e depois efetivar o programa. O telefone nunca tocou quando os “*PSP’s patrulharam*” nas proximidades do mesmo.

A partir desse caso, investimos novamente na relação espacial entre as meninas e possíveis agenciadores e clientes. Com o detalhe de que havia uma menina provavelmente pobre que era responsável pelo reconhecimento dos “seus”, que transitavam pelo centro da cidade. Não por acaso, as palavras têm uma etimologia próxima “trânsito” e “transa”. Logicamente caracterizamos um novo elemento compositor de nossas redes de interdependência. A sapiência das táticas das meninas e demais agentes da rede.

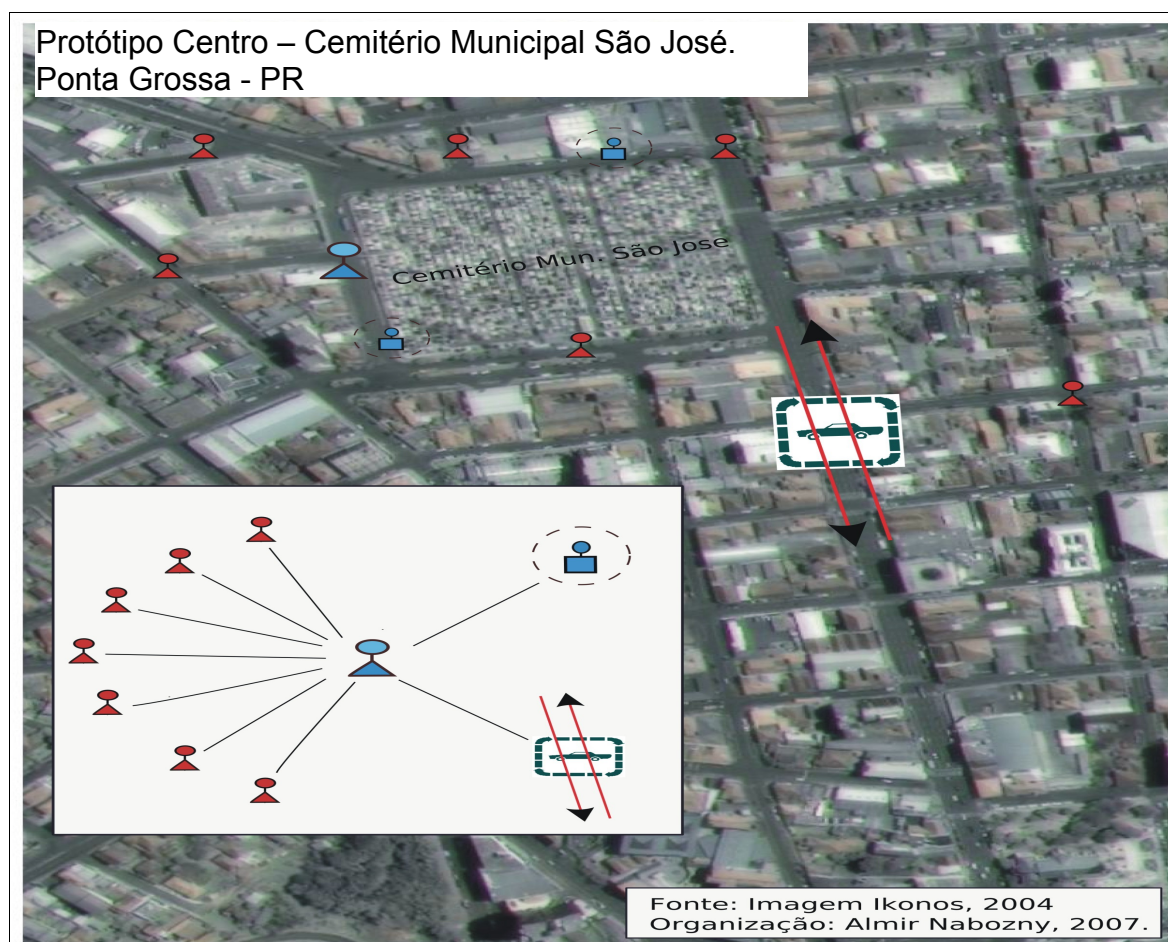
Façamos uma visada pictórica do protótipo que relatamos. Mas, primeiramente, consultemos a figura de uma tipologia. Configurando uma legenda orientadora do leitor para compreensão dos demais protótipos.

Figura 07: Topologia dos Protótipos e Protótipo Terminal Central de ônibus



Outro protótipo foi traçado com a ajuda de uma ex-profissional do sexo que “batalhava” (prostituía-se) na área central, adjacências do Cemitério Municipal São José. Ela descreveu que uma prostituta recebia solicitações por parte de clientes para agenciar menores com quem mantinha contato na periferia pobre da cidade. As meninas ficavam rondando o centro da cidade com um telefone celular à espera de um chamado. Ao intermediar o programa, a prostituta-aliciadora recebia pelo trabalho que realizava. Em geral, os clientes apanhavam as meninas de carro e se dirigiam a locais pouco suspeitos, inclusive realizando o programa dentro do carro em estacionamentos de supermercados e no período do dia.

Figura 08: Protótipo Centro – Cemitério Municipal São José



Estes protótipos apresentam uma espacialidade fluida, móvel, instável, na qual a rede se configura de forma sutil, ágil e de difícil caracterização pela pequena fixidez do fenômeno.

Outro protótipo da rede de interdependências foi construído juntamente com as Agentes Comunitárias do Programa Saúde da Família, lotadas em Postos de Saúde em proximidades com Rodovias. Elas relatam que prestam atendimento a famílias com ocorrência de prostituição adulta e também, segundo elas, infanto-juvenil. O fenômeno está intimamente aliado ao uso de drogas e as meninas, embora menores de idade já possuem relações maritais. A configuração se estabelece com a ação do próprio companheiro que realiza a “segurança” do local para que as adolescentes ofereçam práticas sexuais por dinheiro aos caminhoneiros e, eventualmente, para outros homens que trafeguem na rodovia e adjacências. Portanto, o marido funciona como uma espécie de cafetão, agenciando a companheira que, ao obter a renda da prática sexual, sustenta o consumo do casal, inclusive de drogas.

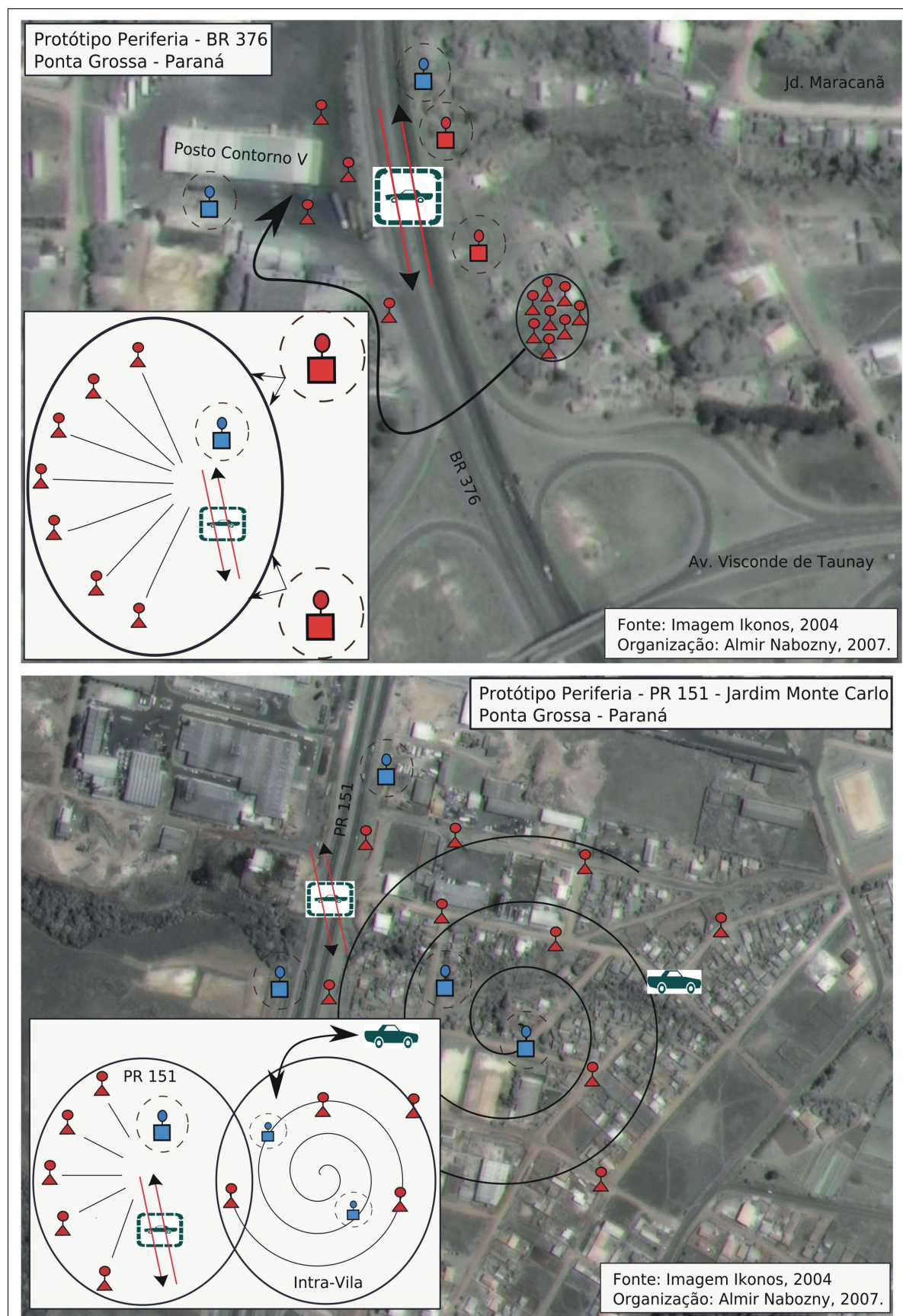
Por fim, com a ajuda da Agente Comunitária do Jardim Monte Carlo, foi evidenciada outra configuração envolvendo práticas sexuais em troca de dinheiro na área da vila. Duas adolescentes de treze e quinze anos respectivamente, abordam homens moradores do Jardim Monte Carlo e oferecem práticas sexuais em troca de dois reais ou ainda por cigarros, assumindo claramente a troca comercial das práticas. Elas fazem parte de uma família em que outras mulheres, mãe, irmãs e primas, são prostitutas na rodovia PR - 151 a alguns metros da residência. A matriarca da família possui quarenta anos, é procedente da área rural, analfabeta e iniciou na atividade após a separação do marido e o abandono dos filhos sob sua tutela se obrigando a “descer para pista”, para utilizar sua palavras. Há ainda dentro

do contexto da área do Jardim Monte Carlo e da rodovia um outro grupo de adolescentes que age de forma mais sutil, realizando as práticas sexuais em troca de presentes ou porções de drogas, camuflando, de certa forma, a atividade comercial da prática sexual.

A maioria das famílias residentes na área do Jardim Monte Carlo são oriundas de áreas rurais de municípios como Reserva, Imbituva e Cândido de Abreu. Realizaram a ocupação da terra de forma irregular, em locais de uso público, como faixa de domínio da rodovia e faixa de preservação nas margens de córregos.

Na próxima figura estão expressas as redes que se estabelecem próximas às rodovias. A espacialidade da atividade é intermitente, fluida e de difícil caracterização, já que envolve membros da própria família, a ativa participação voluntária da adolescente e dinâmicas sociais locais em que a prática sexual das adolescentes é naturalizada, somada à pequena presença de instituições do Estado. As agentes comunitárias relatam que a área é um local em que ocorre também a prática. Nos dois últimos protótipos, temos agentes familiares esposas, mães compondo os arranjos, assim como a clientela, inserem-se pessoas da própria vila como pequenos traficantes, aposentados, entre outros homens. Também as vilas funcionam como espaço de subjetivação da prática por parte da menina que já efetuou algumas trocas sexuais por cigarros, trocados entre outras coisas. Sabedores desses processos, freqüentemente temos um agente oportunista que aparece na vila, alicia a menina para ir para boates, garimpos, turismo sexual ou outros destinos que nossas fontes não souberam informar, haja visto que nenhuma retornou para vila depois da partida.

Figura 09: Espacialidades da Exploração Sexual Comercial próximo às rodovias



As configurações instituem redes de interdependência com inúmeros formatos, envolvendo pessoas de vários perfis, desde pessoas próximas à família até estranhos que realizam abordagens nas ruas. Nesse sentido, podemos afirmar que o fenômeno da exploração sexual comercial é plural, multidimensional, complexo e de uma grande heterogeneidade.

As dificuldades de enquadramento ocorrem justamente por isso. Em todas as redes há uma postura ativa e voluntária por parte da menina, vantagens materiais (que muitas vezes não são muito claras), especialidades fluidas e uma relação profundamente assimétrica segundo gênero, maturidade, renda e informação, envolvendo uma adolescente e um homem.

Embora o argumento apresentado até agora esteja sendo construído no sentido de evidenciar as diferenças entre as práticas sexuais comerciais adultas e de crianças e adolescentes, é preciso deixar claro que elas possuem pontos importantes de ligação. Primeiramente, há os casos em que as crianças e adolescentes vivenciam as práticas sexuais das mulheres mais velhas da família e desenvolvem uma naturalização de tais práticas. Há ainda os casos em que é uma prostituta adulta, que trabalha em locais tradicionalmente conhecidos de atividade de prostituição, é a agenciadora das meninas via telefone. Mas há também um outro aspecto que é importante a ser destacado, que é a infra-estrutura utilizada para a efetivação dos programas. Mesmo que haja uma prática em evitar os hotéis de rotatividade e motéis, sabe-se que esses estabelecimentos evitam requisitar informações a fim de garantir a discrição, requisito básico para o sucesso deste tipo de negócio. Além disso, a permanência da adolescente é facilmente camuflada pela ausência de registro dos usuários e porque as relações sexuais ocorrem em quartos privados. Assim, os hotéis de rotatividade e motéis constituem a especialidade das

Figura 10: Espacialidade dos principais motéis de Ponta Grossa – PR

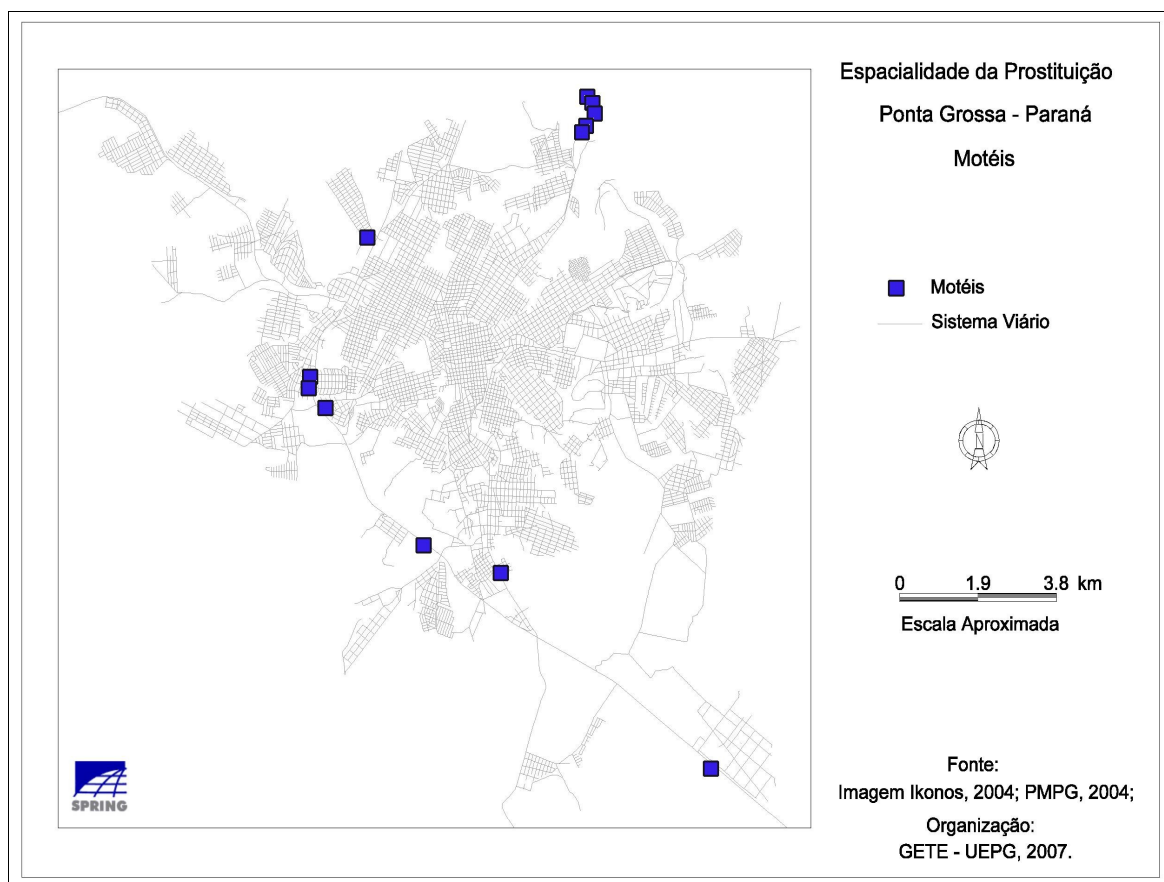


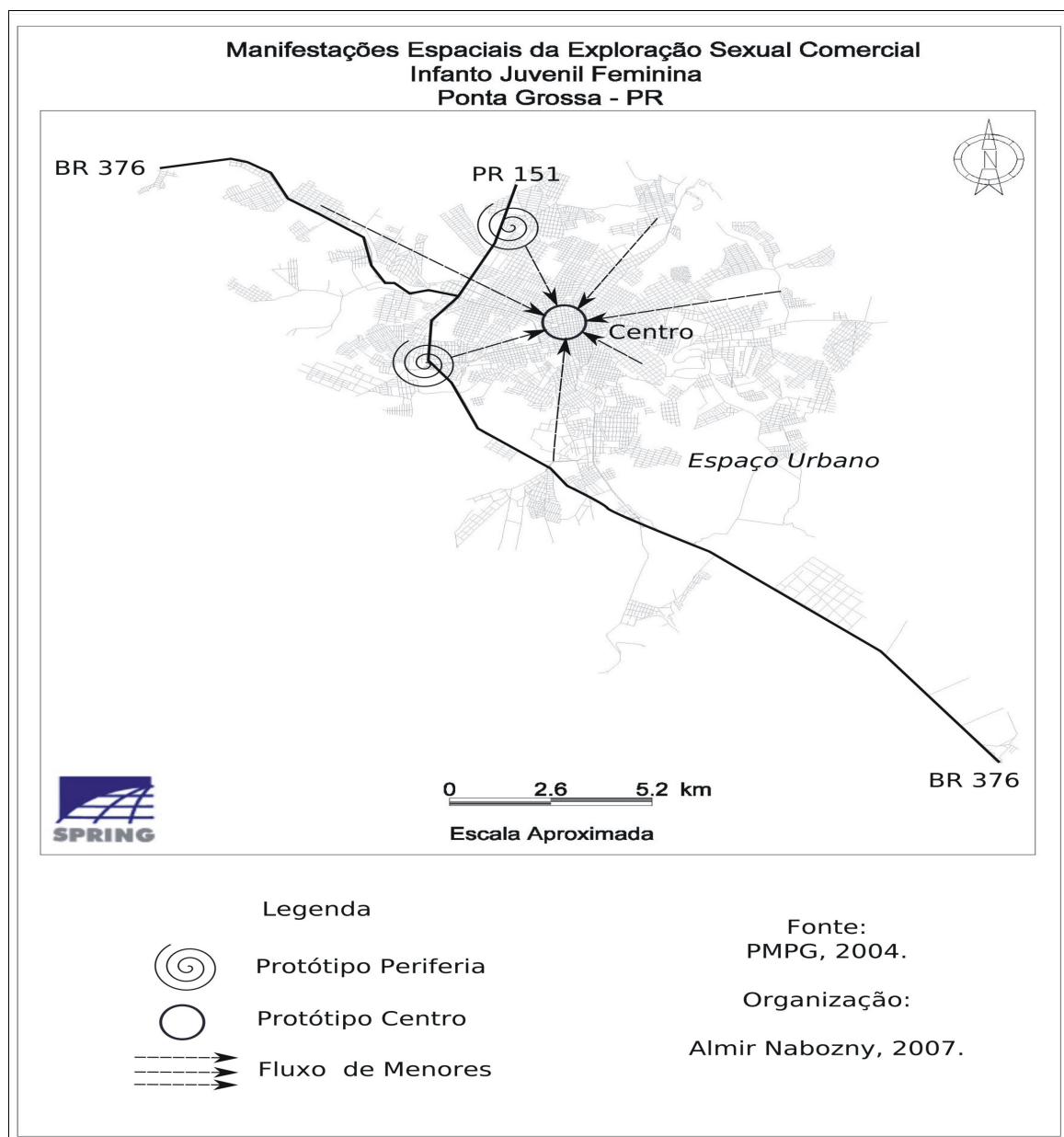
Figura 11: Espacialidade dos principais hotéis de alta rotatividade de Ponta Grossa – PR



redes de interdependência.

O espaço urbano fragmentado e desigual de Ponta Grossa é articulado pela ação tática das crianças e adolescentes pobres que instituem a cidade inscrevendo seu próprio texto urbano por meio da exploração sexual comercial. O cartograma que segue evidencia as articulações espaciais do fenômeno.

Figura 12: Fluxo da Exploração Sexual comercial infanto-juvenil feminina



O fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina ocorre numa situação exasperada de poder assimétrico, na qual as meninas que são prostituídas e os que procuram por serviços sexuais formam uma rede de interdependência.

Os corpos de meninas adolescentes pobres nas ruas da cidade são significantes que, conforme a geógrafa McDowell (1999)³³, devem ser analisados em conjunto com o espaço. Os corpos, possuem forma, tamanho e, conforme a espacialidade por este corpo desenvolvida, pode representar diferentes significados que são lidos pelos outros grupos sociais. Para a autora, há uma mutabilidade de acordo com a posição e colocação, onde esse é construído por um discurso público, infligem na escala da posição e conseqüentemente com significativa variação da dimensão fenomenal do que se visa abarcar. Embora falemos em corpos de periferia, (da rua, na rua) eles se apresentam com certa plasticidade com diferentes formas espaços temporais.

Gostaria ainda de resgatar um trecho do depoimento de uma das adolescentes da família paradigmática que, ao estar vendendo verduras no pátio de um posto de gasolina, recebeu uma oferta de uma irrisória quantia de dinheiro do segurança do local para que ela permitisse que ele tocasse em seu seio. Esse mesmo segurança teria a mesma atitude, nesse mesmo local, com uma menina que apresentasse elementos de posse? A resposta provável é que não. É na forma corpo-espacial de menina pobre na escala-posição da rua, que tem girando em torno de seu corpo um discurso privilegiado a interditá-la e interceptá-la.

Evidenciamos um fenômeno que se manifesta pulverizado, multifacetado e

33 As discussões referentes ao corpo e a geografia podem ser vislumbradas particularmente no capítulo intitulado "In and Out of Place: Bodies and Embodiment". In: McDOWELL, L. **Gender, Identity e Place. Understanding feminist geographies. (1999).**

com várias escalas, numa complexa organização espacial por parte dos agentes compositores de redes de interdependências cujas táticas se viabilizam justamente no espaço do jogo, driblando as estratégias do combate à exploração sexual comercial das meninas.

2- O paradoxo da invisibilidade e a persistência do fenômeno

As configurações das redes de interdependências da exploração sexual comercial infanto-juvenil têm como elemento central os grupos de crianças e adolescentes pobres, prostituídos, que perpetuam, juntamente com os demais componentes, a situação de invisibilidade social. Este é o paradoxo com o qual convivemos durante toda a pesquisa. As práticas estão presentes, passíveis de serem problematizadas. Ou seja, o “referente” é concreto, material e visível. Entretanto, impera o silêncio das pessoas componentes fundamentais da rede, meninas adolescentes e homens adultos. A marca dos processos investigados é a ausência ou escamoteamento do fenômeno por parte do Estado. Além disso, há a posição clara por parte da família em manter o fenômeno abafado.

Ao percorrer dois anos de pesquisa, pudemos perceber que é importante dar atenção para os significados das “ausências e silêncios”, tal qual sugere Foucault (2006). O argumento é que a produção da invisibilidade a qual permite a perpetuação das práticas.

Algumas vezes, durante as discussões no Grupo de Estudos Territoriais, nós nos perguntávamos sobre a posicionalidade do pesquisador frente ao fenômeno. Refutamos a idéia de conceber nossas protagonistas como vítimas e passivas de

uma exploração. Nossas investigações de campo apontavam que elas agiam e optavam pelas práticas sexuais em troca de recompensas materiais e ainda fugiam da ação “protetora” do Estado. Contudo, ao entrevistá-las, ouvir suas histórias de vida, concepções de mundo, valores, esperanças e sonhos, não pudemos conceber suas opções sem considerar as relações de poder e sem localizá-las nos feixes de relações que construíram durante suas vidas. Com elas buscando sobreviver das táticas que lhes foram possíveis desenvolver, em uma sociedade em que se interdita certas condutas sexuais para salvaguardar um padrão moral que é subvertido às custas da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina. O poder aqui tratado é plurilocalizado e refuta a simples oposição entre dominadas e dominadores, exploradas e exploradores. Trata-se de um discurso compreendido

como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. É essa distribuição que é preciso recompor, com o que admite em coisas ditas e ocultas, em enunciações exigidas e interditas; com o que supõe de variantes e de efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra; com o que comporta de deslocamentos e de reutilizações de fórmulas idênticas para objetivos opostos. Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. O discurso veicula e produz poder, reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarita ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras (FOUCAULT, 2006, p. 111-112).

Nas redes de interdependências evidenciadas no item anterior, entrecruzam sexualidade, gênero, poder econômico. Os movimentos corporais se constituem de ações comunicantes em um espaço ativo, negociando regras tácitas compartilhadas.

As funções sociais e simbólicas permitem aos grupos tecer suas concepções de mundo e uma determinada maneira de viver. Os limites ou fronteiras permeáveis são construções sucessivas de relações que se imbricam no cotidiano.

Butler (1998) argumenta que é nas práticas que os seres humanos constroem posições que organizam suas identidades, sempre em permanente movimento. As normas sociais ou o discurso é um instrumento / reflexão. Ao agir no mundo, com base nas normas interiorizadas, é impossível uma repetição das normas. Simplesmente porque ao exercitá-las, incorporamos elementos próprios e possibilitamos o novo. Assim, os seres humanos são construídos, mas não determinados. As constituições são legadas também do seu próprio agir. Essa constituição é mediada pelo poder, que também é re-trabalhado. De modo que:

as idéias, convicções, afetos, necessidades e traços de caráter produzem-se no indivíduo mediante a interação com os outros, como coisas que compõem seu “eu” mais pessoal e nas quais se expressa, justamente por essa razão, a rede de relações de que ele emergiu e na qual penetra. E dessa maneira esse eu, essa “essência” pessoal, forma-se num entrelaçamento contínuo de necessidades, num desejo e realização constantes, numa alternância de dar e receber. É a ordem desse entrelaçamento incessante e sem começo que determina a natureza e a forma do ser humano individual. (ELIAS, 1994b, p.36).

O entrelaçar das pessoas nas redes de interdependência se dá numa ordem de heterogeneidade em que os indivíduos são incorporados numa configuração que enlaça gênero, poder e idade às desigualdades sócioespaciais. As redes, como evidenciado no item anterior, possuem características de multi-dimensionalidade e pluri-localidade, que oscilam e podem constituir inúmeras configurações sociais e espaciais. Os movimentos provocam desestabilizações das configurações estabelecidas e geram novas posições, tal qual argumentado por Rose (1993).

Dois elementos constituem a invisibilidade do fenômeno em tela. Eles são simultaneamente opostos e complementares, as redes de interdependências da exploração sexual comercial infanto-juvenil (em suas mais variadas configurações) e o Estado (agente garantidor do cumprimento do Estatuto da Criança e do

Adolescente, que concebe como “sujeito de direitos” todas as crianças, como já discutido no segundo capítulo).

As redes de interdependências são constituídas por pessoas que possuem interesses em jogo e estabelecem um pacto de silêncio. O homem que compra as práticas sexuais de adolescentes requer silêncio. Ele tem consciência de que está realizando um ato ilegal e, em geral, deve manter sua posição como homem maduro e chefe de família.

A adolescente, por sua vez, mantém a invisibilidade por várias razões. Quando está inserida na rede em que a troca não está bastante clara, cria uma representação em que se sente sedutora e desejada. Condição possível de ganhar presente. Nesse sentido, ela se sente também responsável pela relação e, ao mesmo tempo, quer continuar como disponível para namorar os adolescentes de sua idade, assim, mantém silêncio sobre suas práticas.

No caso da adolescente configurar uma rede em que a relação comercial de práticas sexuais é clara, há uma intencionalidade no silêncio a fim de que ela alivie sua própria culpa e corresponda minimamente aos padrões de moralidade impostos pela sociedade, mesmo quando suas mães já atuam como profissionais do sexo.

É importante marcar uma posição de que, embora muitas meninas naturalizem as práticas sexuais comerciais por conviverem com mulheres importantes em sua referência identitária que realizam tais práticas, as meninas constroem outros laços - vão à escola, igreja e acabam incorporando também valores sociais que se entrelaçam aos seus. O trecho de entrevista que se segue evidencia a contradição da adolescente a qual, mesmo crescendo com a mãe prostituta, realiza um julgamento moral, enquadrando as práticas sexuais como vergonhosas e repletas de culpa. Ou seja, por mais questionável que seja a

moralidade sexual cristã, as adolescentes, ao viverem em sociedade, incorporam tais valores na identidade feminina em transformação:

minha mãe sempre fala pra mim “*eu quero que você estude, eu quero que você fique lá, porque eu quero que você tenha futuro bom, não igual ao meu*”. Daí eu penso assim, né? Eu penso assim, né? Eu vou dar este gosto pra senhora. Não vou ser igual a senhora, né? Sou descente, né? (...) Eu ouço os outros falarem “Ah aquela mulher de bar, tem que mudá, não casa” e eu lembro de minha mãe. Daí eu penso, imagine. Que um dia eu tava com minha mãe e tava um carinha (ele) ficou me olhando. Daí falei: “olhe, mãe, ele olhou”. Ela pegou abaixou a cabeça, “aquele cara vai lá no bar tomá vinho”. É que tava com minha mãe, achou que eu era igual a ela... (Entrevista concedida por Sofrônia com estímulos de imagens)³⁴

O afeto entre as adolescentes e suas mães, mesmo que prostitutas, implica em sonhar com um futuro de melhor sorte, procurando modelos femininos de melhor inserção social, como um bom casamento ou um bom emprego. Aliás, as vivências sócioespaciais dessas adolescentes colocam em risco tais projetos. Destarte, admitir a filha fazendo parte da rede de práticas sexuais comerciais é uma forma de colocar de vez a filha no destino que se quer evitar. Em geral, o silêncio é partilhado também pelos familiares.

Para o grupo social dessas meninas ainda é comum representar as mulheres que servem para casar e aquelas que não. Assim, a manutenção de uma imagem adequada aos padrões também auxilia no mercado do casamento e o silêncio das práticas sexuais comerciais é ainda a melhor tática. A centralidade da vida das mulheres da periferia é o relacionamento marital, é por meio dele que cumprem a função social de constituir família e com isso obter respeitabilidade social. O silêncio deve ser mantido a fim de construir uma imagem de uma pessoa apta ao casamento, mesmo quando as compensações materiais são claras e, muitas vezes, bem vindas no sustento de famílias extremamente carentes.

34 Entrevista concedida a Joseli Maria Silva em 10/05/2007, na MARILLAC em Ponta Grossa.

Há uma interiorização da “culpa” o que acaba por ter um efeito mais nefasto a questão da exploração sexual comercial. Igualmente, os efeitos do poder se complementam em duas esferas justapostas. Por um lado, elas se sentem poderosas por despertarem desejos de um homem economicamente mais abastado, ou ainda, por ajudarem no orçamento precário de sua família. Todavia, isso se coloca de forma tensionada para as meninas, pois a sociedade a todo o momento alça palavras e atitudes pejorativas a troca de práticas sexuais por dinheiro ou presentes às mulheres que não são castas e puras. Isso é incorporado por elas já que, de acordo com Elias (1994b), essa se engendra por acordos cumulativos, pautado numa estrutura funcional de limites estreitos em que as pessoas estão ligadas numa margem bem circunscrita de convenção, dependentes das visões que são projetadas e do que é interiorizado, considerando os contextos históricos / geográficos.

Há um pacto instituído nas redes de interdependências em que os seus componentes optam por conviver com as práticas sexuais comerciais infanto-juvenis, escamoteando as conseqüências a serem colhidas pelas adolescentes.

Ao trabalhar os dados dos vinte e nove processos que serviram de base para este trabalho, pudemos constatar que a invisibilidade era também viabilizada pelas estratégias do Estado. Ao analisar os processos, criamos algumas categorias para poder traçar perfis da trajetória dos casos pelas instituições como: quem apresentou queixa sobre a adolescente pela primeira vez, qual o teor da queixa, qual o local do fato, se havia envolvimento de outros membros da mesma família, coincidência com uso de drogas e como era concebida a exploração sexual comercial no âmbito do processo.

Do total de vinte e nove processos a exploração sexual comercial aparece

relacionada a vinte e duas meninas. Contudo, raramente é a primeira queixa sobre as atitudes das adolescentes. As atitudes de rebeldia, desobediência e presença em locais indevidos são as queixas mais evidentes. Só quando o processo já está bastante volumoso, começam a aparecer os indícios da exploração, associados à presença das adolescentes nas ruas e em mais da metade dos casos ao uso de drogas. Os processos agregam, de forma majoritária, a presença de irmãos que também sofrem com direitos violados, não necessariamente por exploração sexual.

Em 79% dos casos analisados, as adolescentes passaram pela experiência do abrigo provisório ou em longo prazo. Além disso, a média de reincidência e retorno da menina ao abrigo é de 2,1 para um conjunto de vinte e três adolescentes.

O ingresso da adolescente nas instituições do Estado se dá, em sua grande maioria, por dois elementos principais, a polícia (em 31% dos casos analisados) e a mãe (20,8%). Quando a denúncia parte da mãe, é interessante evidenciar que elas elaboram suas queixas com uso de droga e na necessidade de obediência da filha aos horários e normas da casa. A participação da figura paterna é insignificante e é raro uma mãe denunciar diretamente a filha por estar mantendo práticas sexuais em troca de recompensas materiais. A exploração sexual comercial aparece de forma sutil e co-adjuvante às demais queixas. As trajetórias de relatos familiares iniciam a queixa de intransigência por parte da menina às regras familiares e, crescentemente, vão sendo localizadas ou denunciadas por estarem nas ruas, posando fora de casa e em má companhia.

Quando é a polícia quem denuncia as ações das adolescentes, há uma relação com suas presenças em locais indevidos de acordo com a lei, especificamente perambulando pelas ruas, às vezes, no horário noturno. Os agentes de segurança pública também são acionados por pequenos furtos praticados pelas

meninas, flagrantes de uso de entorpecentes, ou mesmo em caso que a adolescente agrediu alguma colega de escola, vizinha ou outra pessoa na rua.

A escola comunica ao Conselho Tutelar a respeito de ausências prolongadas das adolescentes às aulas, um caso específico em que os pedagogos comunicaram o conselho com relação à “erotização precoce” de uma de suas alunas, a que classificamos como sexualidade exacerbada. O quadro que segue sintetiza a primeira vez em que as nossas protagonistas aparecem nos registros de proteção à infância e adolescência.

Quadro 03: Entrada da menina na rede institucional – A primeira notificação

Quem notificou	Percentual
Polícia	31%
Mãe	20,8%
Não Consta	17,2%
Outro parente	13,8%
Escola	10,4%
Pai	3,4%
Outro processo	3,4%
Anônima	0%
A própria menina	0%
Vizinho	0%

Tipos de Notificações	Percentual
Desobediência	26,9%
Exploração sexual comercial	16,6%
Localização em local indevido	10,0%
Furto	10,0%
Drogas	10,0%
Sem condição material para viver	10,0%
Prática de agressão	6,6%
Sexualidade exacerbada	3,3%
Danos ao patrimônio	3,3%
Falta a escola	3,3%
Vítima de violência	0%
Gravidez	0%
Estuprada	0%
Tentativa de homicídio (por parte da menina)	0%

Fonte: Processos: Conselho Tutelar Oeste, Programa de Execução de Medidas Sócio Educativa em Meio Aberto de Ponta Grossa (PEMSE) e Procedimentos Investigatórios (PI) e Pedidos de Providências (PE) da Vara da Infância e Juventude da comarca de Ponta Grossa.

Organização e Pesquisa: Almir Nabozny – 2007. Percentual: relativo a 30 notificações de 29 meninas.

Observação: A coluna do denunciante não possui uma ordem sequencial com a dos tipos de notificações.

Mesmo depois do primeiro registro, as adolescentes continuam obtendo um perfil de problemas em que a exploração comercial sexual infanto-juvenil aparece em pequenos percentuais em relação aos outros tipos de problemas que elas apresentam como pode ser visto no quadro que se segue.

Quadro 04: Menina na rede institucional – Depois da primeira notificação

Quem notificou	Percentual
Mãe	27,0%
Polícia	23,8%
Pai	12,3%
Anônima	10,4%
Outro parente	8,9%
Não Consta	5,9%
A própria menina	4,4%
Vizinhos	4,4%
Escola	2,9%
Outro processo	0%

Tipos de Notificações	Percentual
Localização em local indevido	32%
Desobediência	23,3%
Furto	17,4%
Exploração sexual comercial	13,1%
Drogas	5,8
Vítima de violência	2,8%
Gravidez	2,8%
Estuprada	1,4%
Tentativa de homicídio (por parte da menina)	1,4%
Prática de agressão	0%
Sexualidade exacerbada	0%
Danos ao patrimônio	0%
Falta a escola	0%
Sem condição material para viver	0%

Fonte: Processos: Conselho Tutelar Oeste, Programa de Execução de Medidas Sócio Educativa em Meio Aberto de Ponta Grossa (PEMSE) e Procedimentos Investigatórios (PI) e Pedidos de Providências (PE) da Vara da Infância e Juventude da comarca de Ponta Grossa.

Organização e Pesquisa: Almir Nabozny – 2007.

Observação: A coluna do denunciante não possui uma ordem seqüencial com a dos tipos de notificações.

Os dados de desobediência e de localização das adolescentes em local indevido somam mais da metade dos casos. Quando cruzamos esses dados com as entrevistas realizadas (que possibilitaram a expressão das redes de

interdependências nos protótipos apresentados no item anterior), podemos argumentar que o fenômeno permanece invisível também na arena do Estado.

O Estado não consegue caracterizar a exploração sexual comercial já que os integrantes da rede primam pelo silêncio (como já foi relatado). Por outro lado, as instituições não conseguem captar o ato de forma flagrante, pois, as meninas utilizam táticas como a mobilidade dos corpos, os contatos telefônicos e horários e espaços não convencionais da prostituição adulta.

Além disso, há também pessoas que representam o Estado que fazem parte da cadeia de exploração, constituindo assim, mais um forte motivo para manter o fenômeno invisível. Como evidência, o relato de uma das adolescentes entrevistadas. Trata-se de Olívia, uma menina de treze anos de idade que denunciou toda uma rede de agentes, inclusive do próprio Estado, articulados em torno do fenômeno:

Naquele bar tinha policial envolvido. Esse policial, tinha as mulheres do Conselho Tutelar, que também sabiam que tinha de menor lá. Nunca ninguém dava batida lá. Quando mandavam ordem judicial eles não iam. Os policiais ligava avisando e as meninas de menor saíam, antes dos policiais da batida.(...) Na época eu acho que tava com treze anos. Daí, depois disso, eu fui prum abrigo. Eu não vim direto pra cá. E tinha até prefeito envolvido. Foi. O prefeito era um dos que freqüentavam o bar. Além disso, tinha os policiais, sabe? (Entrevista concedida por Olívia com estímulos de imagens)³⁵

As táticas de dispersão espacial das adolescentes, que facilmente podem ser categorizadas como desobediência ou permanência em local indevido, podem escamotear as práticas sexuais comerciais. Como no trecho a seguir, em que a adolescente é clara sobre as táticas das meninas que posam fora de casa e inventam um namorado quando o Conselho Tutelar é acionado pela mãe,

35 Entrevista concedida a Joseli Maria Silva em 10/05/2007, na MARILLAC em Ponta Grossa.

preocupada com o comportamento desregrado da filha:

É assim aquele caso de não posá em casa. Assim com doze, treze anos. Não posá em casa. A mãe não sabe onde tá. Aí vem o Conselho Tutelar. E fala: “tava na casa de meu namorado”. A gente, entre amigos, sabe onde uma tava, outra tava. Então, elas transavam no carro. Às vezes posavam na casa dos próprios clientes do bar. Ou até mesmo viajavam com eles pra outras cidades. (Entrevista concedida por Olívia com estímulos de imagens)³⁶

Cabe salientar que Olívia não é do município de Ponta Grossa. Foi institucionalizada na Casa Santa Luiza de Marillac por medida de proteção a pedido de uma juíza de um pequeno município próximo³⁷. De acordo com entrevista efetuada com assistente social³⁸ da instituição de abrigo, Olívia estava sendo aliciada e, após denunciar a rede de exploração, sofreu ameaças de morte. No momento não existia possibilidade alguma de retornar para sua casa junto à família.

Não podemos cometer a displicência de redirecionarmos este caso para o nosso recorte espacial aqui empreendido. No entanto, o envolvimento de policiais e conselheiros tutelares em redes de exploração sexual infanto-juvenil é tema presente nos relatos colhidos durante os trabalhos de campo realizados pelo Grupo de Estudos Territoriais. Assim, os agentes são responsáveis pela coibição da exploração, podem ser também os integrantes da rede.

Olívia relata com detalhes as táticas realizadas, como a presença dos policiais após a ronda noturna e fechamento do bar em festas que ocorriam nos fundos do estabelecimento com portas fechadas. Segundo ela, a senhora, proprietária da casa, possuía uma lista com os turnos dos policiais de plantão. Quando ocorria do policial plantonista não ser participante do “esquema” as meninas

36 Entrevista concedida a Joseli Maria Silva em 10/05/2007, na MARILLAC em Ponta Grossa.

37 Omitimos os dados jurídicos e do município para proteger a integridade física da entrevistada.

38 Entrevista concedida a Almir Nabozny pela assistente social Adriana Bonfatti funcionária da MARILLAC no dia 16/01/2007 em Ponta Grossa –PR.

com idade inferior à dezoito anos não freqüentavam o bar naquela noite.

Este caso em que Olívia figurou é cada vez menos comum em Ponta Grossa, já que as ações dos Conselhos Tutelares junto a bares e boates têm demonstrado a redução da presença de menores de idade. Contudo, o fenômeno permanece, graças às táticas desenvolvidas pelas adolescentes. Elas trocaram os pontos fixos de bares e boates por fluxos de relações via telefone e mobilidade espacial, gerenciando códigos corporais que lhes possibilita a troca comercial de práticas sexuais e o drible às ações do Estado.

O Estado, para intervir neste fenômeno, precisa de alguém que denuncie e rompa com a rede de interdependências, o que não acontece tomando como referência os envolvidos. Assim, o Estado procura um ato flagrante ou a presença das meninas em locais claramente identificados como de prostituição. Como o Estado persegue um modelo superado pelas táticas dos componentes das redes de interdependência, a invisibilidade do fenômeno permanece e é justamente ela que fortalece as práticas sexuais comerciais infanto-juvenis que acabam aparecendo de forma paralela ou subordinada à outros “*desajustes*” da menina.

Como consequência, quem permanece protegido na invisibilidade é justamente quem paga pelas práticas sexuais das adolescentes, quem explora sua pobreza, sua falta do apoio familiar e das instituições sociais. Às adolescentes, cabe o abrigo e o carimbo de desajuste social, mesmo que seja tomado como medida de proteção por parte do Estado.

É justamente Olívia, a adolescente explorada sexualmente aos treze anos de idade, que é obrigada a viver em outra cidade separada de sua família. Ela questiona as razões das opções que as adolescentes realizam ao praticarem sexo por recompensas materiais, deixando claro que tais opções são resultados de

constrangimentos espaciais. A realidade destas adolescentes é a vivência da realidade da periferia e da ausência de outras perspectivas:

Então o que adolescente tem? Lá não tem curso de aprendiz, não uma coisa pra ele ganhar um dinheirinho, numa coisa que ele mesmo faça, que goste daquilo que ele faça. (...) Não basta ir lá e só puni. Acho que deveria assim ter uma coisa. (...) Sei lá, deveria trabalhar de forma diferente. (...) Por que explorar, né? Uma menina de menor, com uma vida inteira em jogo, jogando a vida pro ar num lugar desses. Mas eu acho que sei lá. Mas acho que isso não vai mudar, isso sempre vai ter. O que tem que mudar é a cabeça das meninas com relação a isso. (...) porque esse negócio de exploração sempre vai ter. Sempre vai ter um bar ou um outro ali. Sempre vai. No mesmo caso dos policiais, sempre vai ter policiais desse jeito. Sempre. É muito difícil mudar o mundo hoje. Mas é preciso mudar o pensamento das meninas, eu acho também. (...) Mas eu não posso fazer nada pra mudar. Se hoje eu tivesse oportunidade de mudar, a primeira coisa que eu faria era dar oportunidade de emprego (...) (Entrevista concedida por Olívia com estímulos de imagens)³⁹

As adolescentes são ativas e constroem suas táticas de sobrevivência num contexto histórico e geográfico, articulando a sua compreensão da realidade. Escrevendo seu próprio texto urbano, para utilizar a metáfora de Duncan (2004). As redes de interdependências permanecem graças aos permanentes re-arranjos espaciais plurais, viabilizando às protagonistas sua invisibilidade de forma articulada com outros componentes da exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Parafraseando Calvino (2002), em *Cidades Invisíveis*, terminamos o capítulo das meninas invisíveis. Há duas maneiras de versar sobre elas e suas experiências sócioespaciais. A primeira é fácil, consiste em apenas ignorar suas existências. A segunda, é mais complexa. Incide em aprendizagens contínuas, reconhecendo-as agentes de suas táticas viabilizadas pelo espaço geográfico. As meninas e o fenômeno que elas configuram só são visíveis na medida em que lhes conferimos capacidade de ação. Quando as representamos como vítimas passivas, bastaria retirá-las do perigo da família, das ruas e abrigá-las em instituições. Contudo, é na

39 Entrevista concedida a Joseli Maria Silva em 10/05/2007, na MARILLAC em Ponta Grossa.

reflexão feita por uma menina de 15 anos de idade que permaneceu até os 13 anos na exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina, que nos disse: “é preciso dar oportunidades”. Assim, as meninas fazem opções, mesmo que constrangidas por toda sorte de carências. Se elas são ativas, há que se abrir outros espaços, quem sabe os “Espaços de Esperança” de que fala Harvey (2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de arremate do trabalho se destaca que esta pesquisa teve como fulcro compreender como a dimensão espacial compõe a exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina. Os referenciais metodológicos que sustentaram nossos argumentos foram a reflexão em torno da posicionalidade do pesquisador num processo de buscar estabelecer visibilidade aos agentes sociais ausentes no discurso geográfico brasileiro, as meninas envolvidas na exploração sexual comercial, com a tentativa de trazê-las a condição de co-participantes da pesquisa.

O processo de pesquisa empreendido evidenciou que trajetórias lineares de planos racionais e modelos pré-concebidos jamais permitiriam a finalização deste trabalho. Foi necessário adotar uma atitude desconstrucionista dos próprios pré-supostos iniciais e se curvar frente às explorações empíricas. A mescla de procedimentos, os recuos e avanços (inicialmente angustiantes), possibilitaram a elaboração da resposta à questão central elaborada. Enfim, o balanço do exercício desta pesquisa evidencia que, cada vez mais, é preciso acreditar que a ciência, pretensamente objetiva, se faz também com grande carga de subjetividades.

A dimensão espacial da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina é um elemento fundamental para sobrevivência do fenômeno. É justamente o jogo das transformações de espacialidades fixas em difusas, de tempos homogêneos e padronizados em tempos intermitentes e irregulares é que as meninas conseguem, em conjunto com os demais agentes das redes de interdependências, produzir táticas capazes de manter o fenômeno à margem da regulação estatal.

A padronização das táticas e a configuração das redes é impossível, mesmo

porque as configurações são móveis e é justamente a tensão permanente que possibilita a persistência de sua existência. Constatamos que há uma série de configurações. E que se formam a partir de agentes em redes de relações de poder. A fim de efetivar a prática sexual com crianças e adolescentes em troca de compensações materiais. Assim, a dimensão espacial do fenômeno se manifesta de forma a plurilocalizar os agentes em rede de relações que se compõem de várias dimensões envolvendo identidades de gênero, recursos econômicos e espaço. Não obstante, há um perfil comum na composição dos agentes centrais das redes. São meninas pobres que se relacionam sexualmente em troca de compensações materiais com homens mais velhos e, em geral, com maior poder aquisitivo que o dela. Não encontramos em todos os processos personagens centrais que fugissem a esse padrão.

Embora as meninas desenvolvam práticas sexuais para a obtenção de recursos numa relação desigual de forças, a posição de vítimas deve ser superada, pois elas exercem um papel ativo. Quando nos referimos à superação da visão das meninas como vítimas é no sentido de olhar suas táticas, compreender suas expectativas sociais e sonhos, atribuindo a elas possibilidades de reconstrução de suas vidas. Suas motivações e interesses em compor as redes e as opções que realizam estão constrangidas por uma série de elementos de desigualdades e necessidades. Porém, esta opção também é vivida de forma contraditória porque é tensionada por pressões sociais relativas à moralidade sexual. Pelos papéis sociais de gênero e às interdições institucionais.

Há toda uma gama de características sócioespaciais permeando as relações entre os diversos agentes que juntos formam as configurações de interdependências em constante transformação. O Estado age a partir de uma rotina estratégica,

criando uma estabilidade provisória, que ora encontra meninas em locais indevidos, ora as institucionaliza. Fomenta-se a inércia, pois as meninas continuam ou retornam para estas mesmas práticas, sobretudo os demais agentes envolvidos, como clientes e aliciadores, permanecem ilesos. As conseqüências das práticas sexuais comerciais com crianças e adolescentes têm sido mais pesadas para aquelas que sofrem a exploração. Isso porque há toda uma aura de sutilezas e táticas que obscurecem justamente a ação do explorador.

Os espaços cotidianos, componentes da formação identitária das meninas, se dá a partir de violências familiares, contextos de prostituição de mulheres mais velhas da família e carências de todas as ordens, que são internalizados ao longo da vida. Mesmo assim, há uma tentativa de moralizar os costumes sexuais que também é internalizada por elas, gerando culpa e baixa auto-estima. A família age de forma contraditória, naturalizando um cotidiano de violência, agressões e práticas sexuais comerciais. Mas as famílias perpetuam valores morais conservadores do comportamento feminino. E essa contradição impede que as próprias famílias rompam com a rede de interdependência, deflagrando denúncias que identificassem os compradores das práticas sexuais, porque elas acreditam que as meninas são também culpadas pelos fatos.

Entre o discurso formal-legal posto e a prática, a realidade não comporta a legalidade. O poder é exercido em todas as direções das relações das redes de interdependências, mesmo quando impera o silêncio, a ausência e a invisibilidade.

Aliás, compreendemos esta invisibilidade tal qual Foucault (2006). Ela não é ao acaso, edifica-se de forma estratégica pelo poder exercido. A dimensão espacial é um dos elementos que possibilita magistralmente esta invisibilidade. As redes de interdependência atam e desatam linhas delicadas que se entrelaçam em torno de

fenômeno e com uma arregimentação espacial que perfaz as diferentes condutas de gênero a se exercer. Somam-se aspectos econômicos, consensos simbólicos que perfazem uma teia de relações. Essa é produzida, produz e modifica uma cidade-texto. Mesmo invisíveis as meninas, por meio de suas táticas, produzem seu próprio texto, instituindo de várias formas as intertextualidades argumentadas por Duncan (2004).

As protagonistas dessa pesquisa são centrais no discurso legal de Estado, que tem como função protegê-las em seus direitos cidadãos. No entanto, simultaneamente estão na margem de suas estratégias. São centrais nas relações cotidianas fazendo opções, ainda que numa racionalidade constrangida. O espaço se faz numa construção e mediação, oscilando entre centro e margem numa condição paradoxal, nas palavras de Rose (1993). As meninas sustentam suas próprias espacializações, não sendo uma realidade fora de si. Todavia, reforçam suas condições de exploração. Cabe à Geografia contribuir com a inteligibilidade desse fenômeno, no sentido de abrir espaços e mediar uma intervenção social mais igualitária.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. Disponível em: <http://www.abrapia.org.br/>. Visitado em 25/01/2006.

AÏNOUZ, K. (dir). **O Céu de Suely**. Brasil / França / Alemanha / Portugal, 2006. 88 minutos. (filme).

ANJOS, J.C.G. dos. Sexualidade Juvenil de Classes Populares em Cabo Verde: Os Caminhos Para a Prostituição de Jovens Urbanas Pobres. In: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, V.13 (1). p 163-177. Jan/abr 2005.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.279 p.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 2 ed.São Paulo: Martins Fontes, 1996. 242 p.

BANDINTER, E. **Rumo Equivocado: O feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 174 p.

BARBOSA, J.L. A arte de representar como reconhecimento do mundo: O espaço geográfico, o cinema e o imaginário social.In: **Revista GEOgraphia**, Niterói: UFF. Ano.02,n.3 p.69-88. 2000.

BERNARDES, N.M.G. Autonomia/Submissão do Sujeito e Identidade de Gênero. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.85, p.43-53. maio de 1993.

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL,Z (org) **Paisagem, tempo e cultura**. 2.ed.Rio de Janeiro:UERJ, 2004.p.84-91.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z (org). **Geografia Cultural: Um Século (3)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p 83-131.

BORBA, A.M. **Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar**.(Tese de Doutorado em Educação). Niterói: UFF, 2005. 296 fh.

BONTEMPO, D; BOSETTI, E; CESAR, M.A, LEAL, M.P (org). **Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil**. Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995. 144 p.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996. 231p.

_____. **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 322

p.

BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J-C; PASSERON, J-C. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.328 p.

Brasil. **Profissionais do sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e da Aids**. Brasília: Ministério da Saúde,2002.160 p.

BREMBATTI, K. Gazeta do Povo. Versão impressa de 26/05/2005. In: <http://canais.rpc.com.br/gazetadopovo/>. Visitado em julho de 2007.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: O feminino e a questão do “pós-modernismo”. In: **Cadernos Pagu**, Campinas: UNICAMP, n.11,,p 11-42. 1998.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p

CALVINO, I. **As Cidades Invisíveis**. 18 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 150 p.

CAMARMA, E.V; TORRALBO, H.G. El Trabajo sexual a través de imágenes: Reflexiones críticas.In: **Revista de Antropología Iberoamericana (AIIR)**, Madrid: Ed. Electrónica, V. 1, n.1 p. 168-185. Enero-Febrero 2006. Disponível: <http://www.aiir.org>.

CAMPANATTI, P C A; CARVALHO, D B B de. Exploração sexual contra crianças e adolescentes: o cotidiano e as representações sociais das meninas no Distrito Federal. In: **Revista Ser Social**. Brasília: UnB, n.2. p.95-130. Jan/jun 1998.

CAMPOS, H.Á. Permanência e Mudança no Quadro de Requalificação Espacial de Cidades Brasileiras: O Caso das Territorialidades do Sexo na Área Central do Recife. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, Ano V,n.09 p.9-24. Jul/dez 2000.

CARDOSO, C.F.Repensando a construção do espaço. In: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: Dep. História, UEPG. V.3(1), p. 07-23. Verão de 1998.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**. 4 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994. p. 311-330.

CARPINEJAR,F. **Biografia de uma árvore**. 2 e.d. São Paulo: Escrituras,2002. 103 p.

CARVALHO,S.B de. **As virtudes do pecado: narrativas de mulheres a "fazer a vida no centro da Cidade"**. (Dissertação de Mestrado Escola Nacional de Saúde Pública) Fundação Oswaldo Cruz, 2000. 89 fh.

CASTEL, R. A nova questão social. In: CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.p.495-591.

CASTRO, I. E de. O Papel do Estado na Estruturação do Espaço. In: **A Geografia e as Transformações Globais: Conceitos e Temas Para o Ensino. Anais de Encontro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 63-72.

CATONNÉ, J-P. **A sexualidade, ontem e hoje**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. 120 p

Censo Demográfico 2000. Agregado de Setores Censitários dos Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, julho de 2002.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 351 p.

CIAMPA, A da C. Identidade. In: LANE, S.T.M; CODO, W (org). **Psicologia Social: O homem em movimento**. 5 reimpressão da 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 58-75.

CIESPI – Centro Internacional de Estudos e Pesquisas Sobre Infância. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/ciespi.htm>. Visitado em 13/07/2006.

CLAVAL, P. O Território na Transição da Pós-Modernidade. In: **Revista GEOgraphia**, Niterói: UFF/EGG, ano 1, n.2, p 7-26. 1999a.

_____. A geografia cultural o estado da arte. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z (org). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999b. p 59-97.

_____. **Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed UFSC, 1999c. 453 p.

_____. “A volta do cultural” na Geografia. In: **MERCATOR – Revista de Geografia da UFC**. Fortaleza: UFC, ano 01, n.1, p.19-28. 2002a.

_____. Campo e Perspectivas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z (org). **Geografia Cultural: Um Século (3)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002b. p. 133-195.

_____. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, F; KOZEL, S (org). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. 2 ed. Curitiba: UFPR, 2004. p 11- 43.

_____. Lieux de memoire. In: **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, n.19-20. p. 126-153. Jan/dez 2005.

CORRÊA R. L. **Trajetórias Geográficas** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 304 p.

_____. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.E de; GOMES, P. C da C; CORRÊA. R.L (Org). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.15-47.

_____. Entrevista com Prof.Dr.Roberto Lobato Corrêa. In: **Revista Discente**

Expressões Geográficas. Florianópolis, n. 01, p 01-14. Jun/ 2005.

COSGROVE, D E. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, R L; ROSENDHAL, Z (org). **Paisagem. Tempo e Cultura.** 2 ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p.92-122.

DEL PRIORE, M (org). **História da criança no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996. 176 p.

DIAS, L.C. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, I.E de; GOMES, P. C da C; CORRÊA. R.L (Org). **Geografia Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

Dicionário Eletrônico Michaelis. (versão,2002).

Dicionário On-Line Houaiss. Disponível:

<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=blitz&stype=k>, consultado em 16 de Janeiro de 2008.

DIMENSTEIN, G. **Meninas da Noite: A prostituição de meninas-escravas no Brasil.** São Paulo: Ática, 1992. 168 p.

DUARTE, M de B; MATIAS, V.R da S. Reflexões sobre o espaço geográfico a partir da fenomenologia. In: **Revista Caminhos de Geografia**,UFU, 17 (16) p.190-196. Out/ 2005.Revista on-line, disponível: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>.

DUNCAN, J.S; DUNCAN, N. Reconceitualizando a idéia de cultura em Geografia: uma resposta a Don Mitchell. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: UERJ, n. 8. p. 63-67. Agos/dez 1999.

DUNCAN, J.S. A Paisagem Como Sistema de Criação de Signos. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z (org). **Paisagens, Textos e Identidade.** Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 91-132.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador. Vol. I Uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a. 277 p.

_____. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1994b. 201 p.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Ponta Grossa: CMDCA, 2006.113 p.

ESTEVES, M de A. **Meninas perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque.** Rio de Janeiro: Paz e Terra,1989.212 p.

FALEIROS, E.T. S; CAMPOS. J.O. (org). **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Brasília: CECRIA / MJ – SDH – DCA / FBB / UNICEF. 2000. 66 p.

FERREIRA, A.B. de H. **Novo Aurélio: O Dicionário de Língua Portuguesa. Século**

XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.222.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres.** 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. 232 p.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 288 p

_____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber.** 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 176 p.

Fundamentos e políticas contra a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. **Relatório de Estudo.** Brasília: CECRIA/MJ. 1997.75 p.

GADELHA, R. **Um estreito chamado horizonte.** 2 ed. São Paulo: Aliança Cultural Brasil-Japão, 1991. 152 p.

GEERTZ, C. **O saber local.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1998. 366p

GIDDENS, A. **Sociologia.** 4 ed. Lisboa – Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 725 p.

GOMES, P.C da C. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.366 p.

GOMES, R. Prostituição infantil: uma questão de saúde pública. In: **Cad. Saúde Pública.** São Paulo, n.10. p.58-66. 1994.

_____. **O corpo na rua e o corpo da rua: a prostituição infantil feminina em questão.** São Paulo: Unimarco, 1996. 284 p.

GOMES, R; MINAYO, M.C. S; FONTOURA, H.A. A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde. IN: **Revista de Saúde Pública – USP** São Paulo, v.33, n.2, p.2-9. Abril de 1999.

GONÇALVES, C.W.P. Da Geografia às Geo-grafias: Um Mundo Em Busca de Novas Territorialidades. In: CECENÁ, A. E.; SADER, E. (Org). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial.** Buenos Aires - Argentina: Clacso, 2002. p.217-256.

GREINER, C. **O Corpo: pistas para estudos indisciplinados.** São Paulo: Annablume, 2005. 151 p.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano.** São Paulo: EDUSP, 1993. 310p.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1986. 327p.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z (org).

Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p 169-190.

HAMATI, S.M.C. **O desvelamento da rede de atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência no município de Ponta Grossa: limites e possibilidade de articulação.** (Monografia conclusão do curso em Serviço Social). Ponta Grossa: UEPG. 2006. 126 fh.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382 p

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.

HAZEU,M; FONSECA.S. Exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará. In: CÉSAR, M.A; LEAL,M de F.P.(org). **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes** (Relatório de Oficina). Brasília: CECRIA, 1998.p.33-42.

HEYWOOD, C. **Uma História da Infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente.** Porto Alegre: ARTMED, 2004.248 p.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. 231 p.

KATZ, C. **Growing Up Global: Economic Restructuring and Children's Everyday Lives.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004. 312 p.

LAGEMMAN, R. (dir). **Anjos do Sol.** Brasil, 2006. 92 minutos. (filme).

LALANDE, A. **Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996, 1 v. p.343.

LEAL, M.L.P. (org) **A exploração comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe.** (Relatório Final Brasil). 2 ed. Brasília: CECRIA, MJ, UNICEF, CESE, 1999. 82 p.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural – Algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z (org). **Paisagens, Textos e Identidade.** Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 157 – 179.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital.** 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001. 180 p.

LIBÓRIO, R.M.C. Adolescentes em situação de prostituição: Uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. In **Revista Psicologia e Reflexão Crítica.** Porto Alegre:UFRGS, V 18 (3), p. 413-420. 2005.

LIBÓRIO, R.M.C; CASTRO, B.M de. A opção pela prostituição: uma escolha voluntária? In: **Revista Ciências Sociais Unisinos.** São Leopoldo: UNISINOS. V. 40 n.165 p.189-218. Jul./dez 2004

LOPES, J.J.M.(Coordenador) **“Uma estrada dentro da estrada”: As crianças na paisagem brasileira. Estudos de Geografia da Infância.** (Relatório parcial de pesquisa). Niterói: UFF/ Universidade do Minho – Portugal. 1º Semestre de 2007.

LOPES, J.J.M. Produção do território brasileiro e produção dos territórios de infância: por onde andam nossas crianças?. In: 29º Reunião Anual da ANPED, 2006, Caxambu. **Anais da 29º Reunião Anual da ANPED**, 2006.

LÖWY, I. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. In: **Cadernos Pagu**, Campinas: UNICAMP. n 15, p.15-38. 2000.

LUPPI, C.A. **Malditos Frutos do Nosso Ventre**. São Paulo: Ícone, 1987.244 p.

MASSEY, D. Imaginando a globalização: Geometrias de poder de tempo-espço. In: **Revista Discente Expressões Geográficas**. Florianópolis, n.03, p 142-155. Mai/2007.

MATTOS, R.B de; RIBEIRO, M.A.C. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. In:**Revista Território**,Rio de Janeiro:Relume-Dumará. V.01, n.01, p.59-76. Jul/dez, 1996

MCDOWELL, L. **Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. 283 p.

MONDADA, L; SÖDERSTRÖM, O. Do Texto à Interação: Percurso Através da Geografia Cultural Contemporânea. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z (org). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 133-156.

MORIN, E. Problemas de uma epistemologia complexa. In: MORIN, E (org). **O Problema Epistemológico da Complexidade**. Sintra – Portugal: Biblioteca Universitária, 1996. p. 13-34.

NABOZNY, A. **Espaços de Transgressão: Participação Política Feminina na Periferia de Ponta Grossa Paraná**. (Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Geografia) Ponta Grossa: UEPG, 2005. 94 fh. Trabalho disponível: <http://www.reggal.uepg.br/modules/wfdownloads/viewcat.php?cid=2>

OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386p.

ORNAT, M.J. **Pobreza, Gênero e Deslocamentos Espaciais Intra-Urbanos em Ponta Grossa – Paraná**. (Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Geografia) Ponta Grossa: UEPG, 2005. 86 fh. Trabalho disponível: <http://www.reggal.uepg.br/modules/wfdownloads/viewcat.php?cid=2>

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Base Cartográfica Digital.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia - a experiência da Itália**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 256 p.

QUINTEIRO, J. A emergência de uma sociologia da infância no Brasil. In: XXIV Congresso ALAS – Sociologia da infância (Arequipa-Perú). **Infancia y adolescencia en América Latina** – Tomo I. Lima-Perú: IFEJANT, 2003. p.33-50.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa-Portugal: Gradiva, 2003. p.18-87.

REIS, M.S.F; VERARDO, M.T; VIEIRA, R.M. **Meninas do porto: Mitos e realidade da prostituição infanto-juvenil**. São Paulo: O Nome da Rosa, 1999. 144 p.

RIBEIRO, M.A.C. Prostituição de Rua e Turismo em Copacabana – A Avenida Atlântica e a Procura de Prazer. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro: Garamond. Ano II, n.03. p.87-99. Jul/dez 1997.

ROSE, G. **Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993. 205 p.

_____. Situating knowledges: positionality, reflexities and other tactics. In: **Progress in Human Geography**, v. 21, p. 305-320. 1997.

ROSSI, R. **As representações sociais das mulheres chefes de famílias sobre o Arroio do Padre em Ponta Grossa – PR**. (Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Geografia) Ponta Grossa: UEPG, 2005. 72 fh. Trabalho disponível: <http://www.reggal.uepg.br/modules/wfdownloads/viewcat.php?cid=2>

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. 120 p.

SAFFIOTI, H.I.B. Exploração sexual de crianças. In AZEVEDO, M.A; GUERRA, V.N de A. (org). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: IGLU, 1989. p. 49-95.

_____. A exploração sexual de crianças e adolescentes: aspectos históricos e conceituais. In: BONTEMPO, D; BOSETTI, E; CESAR, M.A; LEAL, M.P (org). **Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil**. Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995. p. 17-25.

SÁNCHEZ PÉREZ, J-E. **Geografía Política**. Madrid: Editorial Síntesis. 2005. 224 p.

SANTOS, C.N.F dos; VOGEL, A. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3 ed (Revisada e atualizada). São Paulo: Projeto, 1985. 156 p.

SANTOS, C.N.F dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: EDUFF, São Paulo: Projeto, 1988. 192 p.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1980. 236p.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. 2 ed. São

Paulo: Hucitec, 1996. 192 p

SANTOS, M ; SILVEIRA, M L. **O Brasil território e Sociedade no início do século XXI**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 490 p.

SARMENTO, M.J. Infâncias, Tempos e Espaços. Um diálogo com Manuel Jacinto Sarmiento. Entrevista concedida a DELGADO, A.C.C; MULLER, F. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.1, p.15-24, Jan/jun 2006. Revista on-line, disponível: <http://www.curriculosemfronteiras.org>

SCHIOCCHET, T. Exercício de direitos sexuais e reprodutivos por adolescentes: repensando os fundamentos da capacidade jurídica. In: **Anais do 7º Seminário Internacional Fazendo Gênero: Gênero e Preconceitos** (Recurso Eletrônico). WOLFF, C.S; FÁVERI, M de; RAMOS, T.R.O (Org). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. ISBN 86501-58-1.

SCHUCH, P. Sobre “O Resto do Resto”: os “direitos da criança” na encruzilhada entre os “princípios da igualdade” e os princípios da “diferença”. In: **Anais do 7º Seminário Internacional Fazendo Gênero: Gênero e Preconceitos** (Recurso Eletrônico). WOLFF, C.S; FÁVERI, M de; RAMOS, T.R.O (Org). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. ISBN 86501-58-1.

SELLTIZ, W e C. **Métodos de pesquisas nas relações sociais**. 2 ed. Brasileira (Baseada 4 ed. Americana). São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária – EPU, 1987. 3 volumes.

SIMON, C.P; SILVA, R.C.da ; PAIVA, V. Prostituição juvenil feminina e a prevenção da Aids em Ribeirão Preto, SP. In: **Revista de Saúde Pública – USP**, v.36, (4 Supl) p.82-87. 2002

SILVA, A.S. da; SENNA, E; KASSAR, M.C.M (org). **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá – MS**. Brasília: OIT, 2005.173 p.

SILVA, J. M. **A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002. 318 fh.

_____. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. In: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: Dep. História, UEPG. V.8(1), p. 31-45. Verão de 2003.

_____. Análise do espaço sob a perspectiva do gênero: Um desafio para a Geografia Cultural brasileira. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z (org) **Geografia: Temas Sobre Cultura e Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. p. 173-189.

_____. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. **Texto apresentado no V Simpósio Nacional Sobre Espaço e**

Cultura. Rio de Janeiro: NEPEC, 2006a.

_____. Espaço, gênero e pobreza como elementos de análise das políticas de desenvolvimento urbano. In: **Anais do 7º Seminário Internacional Fazendo Gênero: Gênero e Preconceitos** (Recurso Eletrônico). WOLFF, C.S; FÁVERI, M de; RAMOS, T.R.O (Org). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006b. ISBN 86501-58-1.

SOUZA, M.L. de. **O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000: 368p.

STEARNS, P. A Infância nas Civilizações Clássicas. In: STEARNS, P. **A infância**. São Paulo: Contexto, 2006. p.37-55.

TRINDADE, E. **As meninas da esquina: Diários dos sonhos, dores e aventuras de seis adolescentes do Brasil**. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2005. 415 p.

VASCONCELOS, T de. **Criança do lugar e lugar de crianças: Territorialidades infantis no noroeste fluminense**.(Tese de Doutorado em Educação). Niterói: UFF, 2005. 251 fh.

VILLALOBOS, J.G. Geografia e Sexo: Os Discursos e Práticas no Território Brasileiro. In: **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, n.45 (53). 1º de Agosto de 1999. ISSN 1138-9788.

ZÉ, T; MOLINA, S; SIQUEIRA, A. O PIB da PIB (Prostituir). In: ZÉ, T. **Jogos de armar faça você mesmo**. São Paulo: TRAMA, 2000.(cd).

Referências citadas em Silva (2006b), não exploradas nesse trabalho

GARCIA, M.F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

ROSSINI, R. E. Geografia e Gênero: A Mulher Como Força de Trabalho no Campo. **Informações Econômicas**. São Paulo, 1993. p. 41-52,

ROSSINI, R. E. Superando a discriminação: mulher e trabalho na modernidade tecnológica no Brasil. In: Eni de M. Samara. (Org.). **Populações: (con)vivência e (in)tolerância**. São Paulo: Humanitas, v. 4, 2004. p. 245-257.

SILVA, S.M. V. **Trabajo informal, género y cultura: el comercio callejero e informal en el sur de Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, 2004.

TONINI, I.M . **Identidades Capturadas - gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia**. Tese. (Doutorado em Educação) - UFRGS, Porto Alegre, 2002.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro de análise - Processos.

Data de preenchimento:

Local:

Processo de:

Data de início dos procedimentos com a adolescente:

Data de último registro:

Constituição familiar:

Endereço: (somente uma referência para confecção dos cartogramas)

Idade:

Estado civil dos genitores: solteira (o) () casada(o) () amasiada(o) ()

Separada(o) L () Separada(o) I () Viúva(o) ().

Quantos relacionamentos maritais da mãe:

Número de filhos:

Idade dos filhos residentes com a mãe / pai:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14
15	16	17	18	+ 18									

Trajetória da adolescente:

Quem denunciou 1º vez.	Mãe:	Pai:	Escola:	Anônima :	Não Consta
O que denunciou 1º vez	Desobediência:	Local indevido	E.S.C.I.J	Furto:	
Denunciante	Mãe:	Pai:	Escola:	Anônima :	Não Consta
O que denunciou	Desobediência:	Local indevido	E.S.C.I.J	Furto:	

Local					
Outros	Irmãos	Irmãs			
Caso significativo relacionado à E.S.C.I.J	Sim *	Não	* Abre nova análise do processo sob a perspectiva de nova sujeita.		
Coincidência com uso de drogas	Sim	Não	Suspeito		
Abrigamentos	Sim	Não	Provisório		
PEMSE	Sim	Não			
Como é concebida a E.S.C.I.J no processo	Paralela	Central			
O que aparece conjugado com a E.S.C.I.J.	Tráfico	Furto			
Como se manifesta a atividade (materialidade do fenômeno)	Rua/BR	Casa de um terceiro.	Boate	Fora de Casa	Centro

E.S.C.I.J – Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil.

PEMSE – Programa de Execução de Medidas Sócio Educativa em Meio Aberto.

TRECHOS DE FALAS DAS AGENTES QUE COMPÕEM A REDE:

Apêndice B: Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada Profissionais do Sexo Adultas

Entrevistador:

Local/Data:

- 1) Como você gostaria de ser chamada?
- 2) Onde você mora? Vila.
- 3) Quantos anos você estudou? Continua estudando? Em que série parou?
- 4) Estado civil.
- 5) Com quem você mora?
- 6) Qual é a renda da casa em salários mínimos?
- 7) Tem filhos? Quantos? De que sexo e qual idade?
- 8) Onde você nasceu? (cidade)
- 9) Como você soube que poderia ganhar a vida assim batalhando?
- 10) Há quanto tempo faz programas?
- 11) Como foi o seu primeiro programa (com que idade, em que local, com quem, realizou que práticas, qual foi o pagamento)?
- 12) Como começou a fazer programas (quem fez os contatos?, houve indicação de um cliente)?
- 13) O que sua família pensa disso? Tem mais alguém na família que batalha ou já batalhou no passado?
- 14) Você faz muitos programas? Com que frequência (todos os dias, finais de semana...)?
- 15) Com quem sai? (sexo, idade, padrão de renda).
- 16) Qual é o tipo de programa que mais é procurada? Práticas solicitadas?

- 17) Você diferencia preço em relação ao que faz?
- 18) Você sempre usa preservativo? Programa sem preservativo é mais caro?
- 19) Já experimentou algum tipo de droga ou faz uso? Quais?
- 20) Quais os locais que você batalha? Todos os dias? Sempre foi o mesmo?
- 21) Você é contatada por telefone para fazer programas? Quem contata? Cliente, colega de ponto? Com relação ao horário, qual é?
- 22) Tem alguém que contrata o programa para você?
- 23) Como é feita a segurança para fazer os programas?
- 24) Quais os locais de realização do programa?
- 25) Já saiu do cotidiano de programas? Relatar os motivos ao retorno da prática.
- 26) O que espera de sua vida para o futuro?
- 27) Quantos anos você tem hoje? Poderia me dizer seu nome verdadeiro?
- 28) Se você pudesse resumir em uma palavra seu sentimento em realizar programas. Qual seria essa palavra?

Apêndice C: Roteiro de entrevista: Profissionais que executam trabalho na área de infância e juventude.

- 1) Nome
- 2) Formação/Cargo:
- 3) Instituição
- 4) Local e Data:
- 5) Há quanto tempo a instituição está prestando atendimento à comunidade?
- 6) Quem são as pessoas atendidas (público-alvo)?
- 7) Qual é a equipe da instituição?
- 8) Quais são as expectativas com relação ao trabalho desempenhado? Elas têm sido atingidas?
- 9) Em sua opinião, o que vem a ser infância e adolescência.
- 10) Comente as expressões “sexualidade” e “relações sexuais”. Relacione elas à infância e adolescência.

Apêndice D: Roteiro de trabalho com gravuras: Meninas institucionalizadas

Temas relevantes à pesquisa:

1- Constituição familiar

2- A cidade vivida

3- Amor e sexo

4- Sexo e troca

Parte 1. Seleção das imagens (pelas meninas) conforme temas dirigidos.

Parte 2. Elaboração do cartaz com as colagens das imagens selecionadas.

Parte 3. Entrevista semi-estrutura referendada nas imagens.

Elementos explorados na entrevista

1) Constituição familiar

- Pessoas componentes do grupo familiar
- Como significa cada (membro)
- Descrição das atividades dos membros da família
- Sentimentos em relação ao grupo familiar

2) A cidade vivida

- Qual o contexto de moradia
- Onde se localiza na cidade
- Significado da casa e da rua

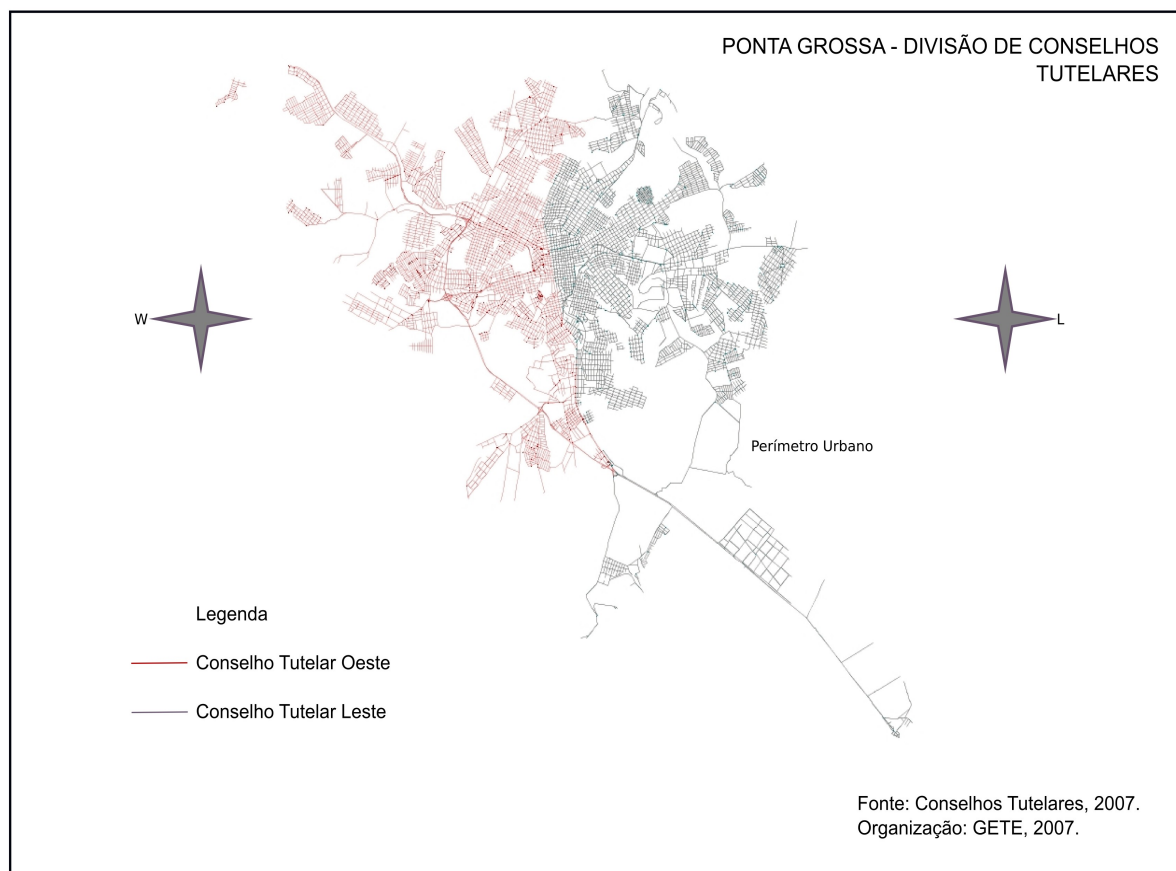
3) Amor e sexo

- Com quem
- Por que com quem (tempo / experiência)
- O porquê do amor e do sexo na vida

4) Sexo e troca

- Com quem
- Por que e com quem (tempo / experiência)
- Por que do sexo e da troca

Apêndice E: Divisão de Conselhos Tutelares em Ponta Grossa – Paraná



Apêndice F: Nomes da Obra de Italo Calvino

Os nomes seguem quase uma ordem. Página a página de *Cidades Invisíveis* (CALVINO, 2002), relacionamos os nomes das cidades e suas histórias em metáfora com parte da biografia de cada personagem presente na dissertação.

Algumas histórias de nossos atores e atrizes sociais não tinham relação com a sequência do livro, por exemplo, Zobeide. Esse nome aparece no início do segundo terço do livro. Todavia, recorremos a ele para nomearmos uma menina. Essa, aos quatorze anos de idade é encaminhada ao Conselho Tutelar, pela Polícia Militar, após ter sido apreendida quando agredia uma pessoa. No decorrer do processo e vida da menina, sua mãe, em *entrevista familiar* aos funcionários do PEMSE reclama:

a genitora esteve no dia 05/09/2006 na sede do programa e relatou que a adolescente está fazendo uso de bebidas alcoólicas. Está fumando e posa fora de casa, várias noites, sem dizer onde está. Ou o que está fazendo (Relatório PEMSE. Ponta Grossa, 2006).

Relacionamos a Menina (in) Visível. Por nós, nomeada Zobeide à Cidade Invisível, cuja: “As ruas da cidade eram aquelas que o levavam para o “trabalho” todas as manhãs, sem qualquer relação com a perseguição do sonho. Que, por sua vez, tinha sido esquecido havia muito tempo”. (CALVINO, 2002. p.45)

Um segundo motivo nos levou a escolher os nomes da já referida obra.

Por um longo tempo, Pirra foi para mim uma cidade encastelada nas encostas de um golfo, com amplas janelas e torres, fechada com uma taça, com uma praça

em seu centro profunda como um poço e com um poço em seu centro. Nunca a tinha visto. Em uma das tantas cidades que nunca visitara, que imaginava somente a partir do nome: Eufrásia, Odila, Margara, Getúlia. Pirra era uma delas, diferente de todas as outras, assim como cada uma delas era inconfundível para os olhos de minha mente.

Chegou o dia em que as minhas viagens me conduziram a Pirra. Logo que coloquei os pés na cidade, tudo o que imaginava foi esquecido; Pirra tornara-se aquilo que é Pirra; e imaginei que sempre soubera que a cidade não tinha vista para o mar, escondido atrás de uma linha reta; que as casas são reagrupadas em intervalos, não altas, e são separadas por descampados de depósitos de madeira e serrarias; que o vento move os cata-ventos das bombas hidráulicas. Daquele momento em diante, o nome de Pirra evoca essa vista, essa luz, esse zumbido, esse ar no qual paira uma poeira amarelada: é evidente que significa isto e que não podia significar mais nada.

A minha mente continua a conter um grande número de cidades que não vi e não verei, nomes que trazem consigo uma figura ou fragmento ou ofuscação de figura imaginada: Getúlia, Odila, Eufrásia, Margara. A cidade sobre o golfo também está sempre lá, com a praça fechada em torno do poço, mas não posso mais chamá-la com um nome, nem recordar como pude dar-lhe um nome que significa algo totalmente diferente. (CALVINO, 2002. p.87-88).

ANEXOS

DEDICATÓRIA

(Euclides da Cunha)

Se acaso uma alma se fotografasse
De sorte que, nos mesmos negativos,
A mesma luz pusesse em traços vivos
O nosso coração e a nossa face
E os nossos ideais, e os mais cativos
De nossos sonhos... Se a emoção que nasce
Em nós, também nas chapas se gravasse
Mesmo em ligeiros traços fugitivos
Amigo! Tu terias com certeza
A mais completa e insólita surpresa
Notando - deste grupo bem no meio -
Que o mais belo, o mais forte, o mais ardente
Destes sujeitos é precisamente
O mais triste, o mais pálido, o mais feio.

Soneto escrito no verso de uma fotografia enviada ao escritor Rodrigo Otávio. Tirada às margens do Alto Purus, Euclides aparece rodeado por todos os companheiros da comissão. Extraído por nós do encarte do cd de Kátia Teixeira – Lira do Povo, Aracaju – Sergipe, 2005.

ANEXO 01 - Registros de Atividades e confraternização com Meninas da Casa Santa Luiza de Marillac.



Fotografias: diversos autores. Ponta Grossa março a julho de 2007.

ANEXO 02 - Painés sobre cidade, família e amor.

Gravuras utilizadas na realização das entrevistas semii-estruturadas.

CIDADE



FAMÍLIA



AMOR



Criação:
Meninas abrigadas
Casa Santa Luiza de Marillac,
Ponta Grossa, 2007.

CONCLUSÃO

Aos 27 de fevereiro de 2007 faço estes autos conclusos a MM. Juíza de Direito Doutora **NOELI SALETE TAVARES REBACK**. Lavro este termo. Eu _____ () Viviane Maria W. Mulfait), Escrivã, () Mari Estela Kindrat de Limar – Auxiliar de Cartório, que o subscrevi.

Recebi hoje

Trata-se de pedido formulado por professora e Chefe de Departamento de Geociências da Estadual de Ponta Grossa visando autorização para que o aluno do Curso de Mestrado em Gestão de Território **Almir Nabozny** consulte dados de processos e cadastros de feitos em trâmite neste Juízo, além de visitar instituições de abrigos de crianças e adolescentes, com intuito de realizar pesquisa acadêmica.

Autorizo as visitas as entidades e o acesso do estudante, para fins exclusivamente acadêmicos, aos feitos em trâmite neste Juízo, desde que em períodos previamente acordados com a escrivã de modo a não atrapalhar o andamento dos serviços.

Fica consignada a ressalva de que os dados colhidos, relativos à identidade e vida pessoal das partes, inclusive endereço, não sejam utilizados para a pesquisa, observando-se rigorosamente o sigilo que norteia os respectivos processos.

Ciência ao acadêmico e as dignas orientadoras, com cópia desta decisão. Após archive-se.

Ponta Grossa, 28 de fevereiro de 2007

Noeli Salete Tavares Reback
Juíza de Direito